

PÓLIS

ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS

49

Coleta seletiva com inclusão dos catadores

Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo
Experiência e desafios



Coleta seletiva com inclusão dos catadores

Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo
Experiência e desafios

Essa revista contou com o apoio da Ecofuturo no fornecimento do papel Reciclato.

O Instituto Pólis conta com o apoio solidário de:

Avina
Action Aid
CCFD
EED
FPH
Frères des Hommes
Fundação Ford
Fundação Friedrich Ebert - ILDES
IDRC
NOVIB
OXFAM

Publicações Pólis
ISSN - 0104-2335

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DO INSTITUTO PÓLIS

GRIMBERG, Elisabeth

Coleta seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo. Experiência e desafios. -- São Paulo: Instituto Pólis, 2007. 148p. (Publicações Pólis, 49)

1. Meio Ambiente Urbano. 2. Saneamento Ambiental. 3. Gestão Ambiental. 4. Resíduos Sólidos. 5. Gestão Compartilhada de Resíduos Sólidos. 6. Coleta Seletiva. 7. Cooperativas de Catadores. 8. Políticas Sociais. 9. Cidade de São Paulo. 10. Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo. 11. Programa Coleta Seletiva Solidária. 12. Movimentos Sociais. I. Título. II. Instituto Pólis. III. Série.

Fonte: Vocabulário Instituto Pólis/CDI

Pólis 49

Coordenação: Elisabeth Grimberg

Assistente de coordenação: Auana Diniz

Coordenação editorial: Iara Rolnik Xavier e Paula Santoro

Conselho editorial: Elisabeth Grimberg, Veronica Paulics, Juliana Sicoli, Auana Diniz, Iara Rolnik Xavier e Paula Santoro

Revisão de textos: Tomás Bastian

Capa e diagramação: Sílvia Amstalden

Coleta seletiva com inclusão dos catadores

Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo
Experiência e desafios

Sumário

Apresentação	7
Introdução	9
Capítulo I	21
Capítulo II	49
Capítulo III	63
Capítulo IV	101
Conclusões	109
Bibliografia	114
Anexos	115
Fotos	131

Apresentação

Esta publicação apresenta a história da formação e atuação do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo. O Fórum, criado em 2000, foi uma construção coletiva de muitas instituições e pessoas que contribuíram de forma significativa para fazer avançar o paradigma de gestão de resíduos sólidos neste município com a aposta de que esta experiência pudesse servir de referência para outras cidades do país. A revista está estruturada em seis capítulos. Logo após a introdução do texto, o capítulo I apresenta o processo de construção do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, seguido pelo capítulo II, em que é tratada a trajetória do Programa Coleta Seletiva Solidária e um conjunto de ações desenvolvidas pelo Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo. No capítulo III são abordados diversos aspectos que caracterizaram as primeiras sete cooperativas de catadores que operaram as centrais de triagem do Programa Coleta Seletiva Solidária. Neste capítulo são apresentados depoimentos de cooperados que atuavam nestes locais. No capítulo IV, o texto apresenta os conflitos e tensões que marcaram o primeiro ano da gestão PSDB-PFL (2005) na cidade. As conclusões apontam avanços e desafios a serem enfrentados rumo a um sistema sustentável de gestão de resíduos sólidos.

O processo de articulação política do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo contou especialmente, no período entre 2000 e 2005, com a participação de Eduardo de Paula (Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis – COOPAMARE) e de inúmeros catadores que aqui seria impossível de nominar, Marilena de Souza e Edy de Lucca (Organização de Auxílio Fraternal – OAF), Delaine Romano (Fórum Desenvolvimento Zona Leste), Wilson Pereira Santos, Fabio Luiz Cardoso e Ruth Takahashi (Fórum Recicla São Paulo), Sérgio Forini (Comitê de Resíduos Sólidos da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES), Stefan David (ABIVIDRO), Inês Bertão e Minoru Kodama (Programa Coleta Seletiva Solidária da Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura Municipal de São Paulo – SSO/PMSP da gestão Marta Suplicy), Valéria Tiveron (Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal de São Paulo – LIMPURB-PMSP, gestão Marta Suplicy), Helena Magoso (Secretaria da Saúde da Prefeitura Municipal de São Paulo – SS-PMSP, gestão Marta Suplicy).

Neste processo de articulação foram fundamentais as contribuições dos técnicos do Instituto Pólis Claudio Lorenzetti, Miriam Lozano, Yamila Goldfarb. Outros parceiros do Instituto Pólis que deram contribuições igualmente relevantes em momentos críticos do processo foram Nelson Saule Junior, Mariana Levy Piza Fontes, Patrícia Cardoso, Jorge Kayano, José Carlos Vaz, Maria do Carmo Albuquerque e Inácio da Silva. Destacou-se também a contribuição de Luciana Tuzel, mestranda em desenvolvimento sustentável pela Universidade de Genebra e pesquisadora visitante no Instituto Pólis, em 2004, e de Yamila Goldfarb, técnica da área do Instituto Pólis, na pesquisa e elaboração do capítulo IV. O trabalho de organização da documentação e de levantamento de informações de Auana Diniz, estagiária no Instituto Pólis, foi da maior importância. O Centro de Documentação e Informação do Instituto Pólis deu uma preciosa contribuição no levantamento de fontes de informação. Do ponto de vista do suporte metodológico, a Fundação Friedrich Ebert teve um papel central ao apostar na iniciativa de criação do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo e também em outros momentos do processo.

Elisabeth Grimberg

Introdução

Introdução

Diferenciando lixo de resíduos sólidos recicláveis

É preciso diferenciar os termos *lixo* de *resíduos sólidos recicláveis*. Quando misturados, restos de alimentos, embalagens descartadas e objetos inservíveis tornam-se *lixo*, que deve ter como destino ambientalmente adequado o aterro sanitário. Esses mesmos materiais, quando disponibilizados separadamente para a coleta seletiva (resíduos secos e úmidos) tornam-se materiais reaproveitáveis ou recicláveis. Ainda é preciso diferenciar os materiais que não têm mais como serem aproveitados na cadeia do reuso ou reciclagem, denominados *rejeito*. Não cabe, portanto, a denominação de *lixo* para tudo aquilo que sobra no processo de produção ou de consumo. Estudos indicam que 90% dos resíduos urbanos gerados são passíveis de reaproveitamento – 60% são resíduos orgânicos e podem se compostados e 38% são papéis, vidros, metais, plásticos e embalagens que podem se tornar produtos reciclados.

Marcar estas diferenças é de suma importância para a construção de um paradigma de gestão sustentável de resíduos sólidos que supere, inclusive, o conceito de *limpeza urbana*. A perspectiva é a de avançar para uma sociedade sensibilizada, informada e educada para as questões do não desperdício de materiais, para consumir com critérios, para descartar seletivamente e para não jogar resíduos nas ruas, córregos, terrenos baldios, ou seja, de forma inadequada. Neste cenário, poderemos superar o conceito de *limpeza urbana*, que pressupõem a *sujeira urbana*, *lixo* – governos, empresas, cidadãos e cidadãs terão consciência de suas atitudes e não mais jogarão os resíduos em locais impróprios. Pelo contrário, estarão participando da construção de uma nova concepção de gestão de resíduos estruturada a partir da participação cidadã, da inclusão social, da educação para os 3 Rs – reduzir, reutilizar, reciclar – da responsabilidade social empresarial e da economia solidária e inclusiva.

Os resíduos sólidos no Brasil

Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), realizada em 2000 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil coleta-se diariamente 125,281 mil toneladas de resíduos domiciliares, sendo que 47,1% dos mesmos vão para aterros sanitários. O restante, 22,3%, segue para aterros controlados e 30,5% para lixões (depósitos a céu aberto). Ou seja, 52,8% do total gerado no país são destinados de forma inadequada. Cabe salientar que os dados referentes à destinação para aterros sanitários são relativizados inclusive pelo IBGE, conforme matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo* (28/03/2002): "os informantes [prefeituras] podem ter sido demasiadamente otimistas". A pesquisa revela uma tendência de melhora no quadro da destinação adequada de resíduos no país (diminuição da quantidade destinada para lixões), entretanto o próprio Instituto ressalva que "não é provável que se tenha atingido a qualidade desejada de destinação final do lixo urbano no Brasil, na medida em que estes locais, por estarem geralmente na periferia das cidades, não despertam interesse da população formadora de opinião, tornando-se, assim, pouco prioritários na aplicação de recursos por parte da administração municipal" (IBGE, 2000).

Por outro lado, há que considerar que os chamados "aterros controlados" são uma modalidade de disposição de resíduos extremamente frágil e, portanto, questionável quando definida como uma forma "adequada" de tratamento. Aterros controlados são inadequados porque podem facilmente tornar-se lixões e, além disso, devido a sua engenharia ser muito inferior a do aterro sanitário, causam problemas ambientais, tais como contaminação do ar, do solo e das águas subterrâneas. Assim, pode-se considerar que 52,8% do total de resíduos gerados no país são gerenciados de forma inadequada, ou seja, quase 3mil municípios estão nessa condição. Vale destacar também que as cidades, especialmente as grandes, enfrentam a crescente falta de espaço para a construção de aterros. Nos municípios pequenos e médios, por sua vez, os espaços que servem para os aterros podem ter outras finalidades importantes tais como a agricultura, turismo, lazer etc. A estas dificuldades e desvantagens de destinação para aterros sanitários, acrescentam-se os altos custos para instalação e gerenciamento deste tipo de infra-estrutura. Quanto aos resíduos reciclados, apenas uma parcela mínima (não contabilizada na pesquisa por sua pequena dimensão) é coletada seletivamente e destinada para a reciclagem por meio de programas municipais. No entanto, na metodologia do IBGE não foi contabilizada a parcela de resíduos destinada para a reciclagem pelo trabalho desenvolvido pelos catadores em todo o país. É preciso que se realize este levantamento urgentemente.

Outra face da questão é o grave quadro social que envolve a presença de crianças, adolescentes e adultos vivendo no e dos inúmeros lixões e muitas

vezes em aterros sanitários e controlados. Estas pessoas coletam alimentos e materiais recicláveis para daí extraírem sua sobrevivência. São cerca de 35 mil crianças em lixões e uma estimativa de 500 mil catadores¹ trabalhando em depósitos a céu aberto e nas ruas em todo o país! Constata-se, assim, um duplo desperdício: por um lado, deixa-se de reutilizar ou reciclar uma grande quantidade de materiais – vidro, papel, papelão, metais, plásticos – que podem dinamizar um mercado gerador de trabalho e renda, uma economia inclusiva. E, por outro lado, gasta-se significativas cifras dos orçamentos públicos para *enterrar* resíduos. Estes recursos podem ser redirecionados para implementação de uma nova lógica de prestação de serviços no setor: catadores organizados em cooperativas e/ou associações podem realizar os serviços de coleta, triagem e pré-beneficiamento, de forma remunerada e com infra-estrutura subsidiada. Estudos indicam que a reciclagem de todos os resíduos poderia propiciar uma economia de 3 a 12% no orçamento anual das prefeituras brasileiras.

Além disso, os recursos orçamentários devem ser canalizados para amplas e permanentes campanhas de sensibilização e de educação ambiental de forma a que os materiais sejam separados pelos grandes geradores (empresas, setor público etc.) e pela população em geral, e doados aos catadores e suas cooperativas ou associações. Um outro aspecto a ser considerado na ótica das mudanças necessárias no enfrentamento do desperdício refere-se ao não aproveitamento dos resíduos orgânicos que, como já mencionado anteriormente, representam cerca de 60% do total de resíduos sólidos descartados hoje no país. Anualmente 14 milhões de toneladas de sobras de alimentos, segundo o Ministério da Agricultura, transformam-se em *lixo* literalmente, devido a procedimentos inadequados em toda a cadeia produtiva. Perde-se 30% das hortaliças ao longo das fases de produção, industrialização, armazenagem, transporte e distribuição. Perde-se outras tantas toneladas de hortifrutigranjeiros com o descuido do consumidor no manuseio de alimentos nos supermercados, e também nas cozinhas domiciliares e comerciais, em função dos preconceitos da nossa cultura alimentar que despreza, por exemplo, talos de verduras, cascas de frutas e de ovos, sementes etc. Dados publicados na revista *Superintessante* (03/2002) apontam que 19 milhões de pessoas poderiam ser alimentadas diariamente com as sobras desperdiçadas.

Por fim, deve-se considerar também que a falta de alternativas adequadas de descarte dos resíduos provoca graves problemas de saúde pública, bem como desastres ambientais quando jogados nos rios e córregos.

¹ O termo catador será usado nesta publicação para denominar os trabalhadores que atuam na coleta e/ou triagem de materiais recicláveis. Esta é uma conceituação política, definida pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

A situação dos resíduos sólidos na cidade de São Paulo

São Paulo produzia no início de 2001 cerca de 10 mil toneladas de resíduos por dia, o equivalente a um quilo por pessoa, que são destinados a dois aterros sanitários (ambos estimados com apenas mais um ano de vida útil).

Os dados oficiais sobre quantidade de resíduos produzidos na cidade de São Paulo são aferidos com base nas informações de coleta e destinação de resíduo sob responsabilidade da Prefeitura. A quantidade efetivamente *gerada* não é medida, pois o poder público mede apenas o que é coletado. Detectar, portanto, a quantidade de resíduo que a população de São Paulo está gerando implica um estudo minucioso que deverá contemplar (1) a coleta feita pelos catadores de rua que atuam individualmente e pelos que atuam coletivamente organizados em grupos, associações e cooperativas e (2) a identificação da quantidade de resíduos jogada a céu aberto, em terrenos baldios, córregos, nos rios Pinheiros e Tietê.

Quanto à questão social, que envolve a presença de catadores de rua, um grande desafio é saber quantas pessoas estão atuando nesta área, conhecer seu perfil, saber quantos dentre eles são organizados e como atuam, identificar a cadeia de intermediários (que compram seus materiais) entre outras informações. Segundo dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), São Paulo tinha oficialmente, em 2000, cerca de nove mil moradores de rua, sendo que 32,2% dos entrevistados na pesquisa exerciam atividade de catação. Já estimativas do Instituto Pólis (amplamente adotadas pela mídia e pelo próprio movimento de catadores) apontam a presença de cerca de 20 mil catadores. Na falta de um censo que apure o número exato de catadores que coletavam materiais recicláveis nas ruas da cidade em 2004, o Instituto Pólis construiu a seguinte lógica para estimar o número de pessoas atuando nesta atividade: dados da Secretaria de Serviços Obras indicavam a redução de 1.300 toneladas de resíduos coletados por dia entre o ano 2000 e 2004. Multiplicando-se estas 1.300 toneladas por 30 dias (um mês) e dividindo este valor (39.000 toneladas) por duas toneladas (média que um catador organizado coleta por mês) chega-se ao número de 19.500 pessoas sobrevivendo de materiais recicláveis em São Paulo. (Estes números estão sujeitos a revisões, a partir da realização de um levantamento mais preciso.) Segundo estimativas do Comitê de Catadores de São Paulo existe cerca de 70 a 96 entidades de catadores (cooperativas, associações, grupos), aproximadamente 3 mil pessoas atuando na cidade de forma organizada.

O trabalho dos catadores avulsos, especialmente, realiza-se em condições bastante precárias e indignas, sendo comum encontrar famílias inteiras de catadores – o que inclui crianças – separando materiais recicláveis embaixo de viadutos e pontes, praças e terrenos baldios. Os materiais são, em geral, vendidos para intermediários, também chamados de atravessadores (os preços

praticados pelos intermediários na compra dos materiais dos catadores avulsos costumam ser extremamente baixos)².

A discrepância de informações entre as fontes disponíveis e a sabida precariedade do trabalho de catação apontam a necessidade urgente de o poder público realizar um inventário desta situação. Apesar da cobrança permanente do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, ao longo de sua atuação, para que se realizassem estes levantamentos, até o momento essa demanda não foi atendida.

Por fim, do ponto de vista da saúde, a situação de destinação inadequada de resíduos, dada a falta de infra-estrutura e educação, apresenta-se como outro problema social a ser enfrentado, em que destacam-se as doenças veiculadas como leptospirose, diarreia, tifo, salmonelose etc. A disposição inadequada também causa sérios impactos ambientais, especialmente na água: as represas Billings e Guarapiranga – as reservas hídricas mais importantes para abastecimento de água dos 17 milhões de habitantes da Grande São Paulo – já estão em estágio avançado de assoreamento e contaminação.

O Fórum Nacional Lixo e Cidadania

Em junho de 1998, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) tomou a iniciativa de organizar um seminário em Brasília para debater e apontar caminhos para o problema da presença de famílias inteiras, adultos e crianças, vivendo nos e dos lixões no Brasil. Deste evento resultou a criação de um programa, o Fórum Nacional com o nome *Lixo e Cidadania* e o objetivo de erradicar o trabalho de catação de materiais recicláveis por crianças e adolescentes, criando alternativas concretas para integrar os catadores adultos em ambientes de trabalho com condições dignas. Outro grande objetivo do Fórum Nacional era (e continua sendo) a mudança de padrão de destinação de resíduos sólidos, na perspectiva de erradicar os lixões existentes no país.

A principal estratégia desenvolvida pelo programa criado foi a campanha "Criança no lixo nunca mais"³. Simultaneamente ao lançamento da campanha, foi enviado um questionário para apurar a situação dos resíduos nos municípios aos 5,5 mil prefeitos brasileiros, dos quais 1.679 foram respondidos, ou seja, 30% do total.

No marco da atuação do Fórum Nacional desenvolveu-se uma série de iniciativas, entre elas a de criar fóruns estaduais e municipais para implementação de políticas públicas voltadas para os objetivos acima mencionados. Formaram-se 24 fóruns estaduais Lixo e Cidadania e inúmeros fóruns municipais que contribuiriam (e contribuem até hoje) para levar as bandeiras de mudança no paradigma de gestão de resíduos sólidos no Brasil, não só no sentido da erradicação do trabalho das crianças e adolescentes nos lixões e nas ruas, mas também da ampliação dos programas de recuperação e reciclagem com inclusão dos catadores.

² Cabe ressaltar que consideramos aqui os intermediários como todos os que atuam na compra de materiais recicláveis para posterior venda para as empresas de reciclagem, chamados de sucateiros, ferro-velhos, depósitos, aparistas. Uma parcela significativa das empresas que atuam neste negócio o faz de forma irregular e frequentemente explora os catadores pagando preços aviltantes ou gerando dependência dos mesmos de formas variadas. A luta do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) é pelo estabelecimento de comercialização direta com as indústrias e para tal estão organizando no presente momento centrais de venda em que possam vender em escala, o que favorece a venda para as indústrias de reciclagem (como exemplo, existem hoje as redes CataBahia, CataSampa e Central de Comercialização de Papel de Belo Horizonte).

³ Ver ABREU, 2001.

Pode-se dizer que esta iniciativa do UNICEF, em co-promoção com inúmeros atores da sociedade e de governos, deu início ao processo de construção de um novo paradigma de gestão de resíduos pautado na participação social, na inclusão dos catadores em sistemas públicos de recuperação e reciclagem de resíduos.

Assim, as cerca de 56 instituições plurais – órgãos governamentais, ONGs, entidades técnicas e religiosas – passaram a atuar sob a forma de gestão compartilhada na estruturação de estratégias para enfrentamento do problema.

Os resultados desta ação ainda estão longe de ser satisfatórios e passíveis de mensuração, mas vale ressaltar a iniciativa e, como reforça as palavras de Téia Magalhães (coordenadora executiva do Fórum Nacional Lixo e Cidadania) em entrevista em 2006, "(...) houve o esforço de distribuir 46 mil bolsas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, da ONG Missão Criança e de algumas prefeituras, no ano de 2002. A efetividade da saída das crianças do trabalho tem que ser relativizada, porque as crianças tendem a voltar a trabalhar, à medida que os lixões mantêm-se abertos – sai uma criança e supostamente abre-se um espaço para a entrada de outra no mesmo lugar. Além disso, constata-se o aumento de crianças na catação das ruas no país pelo próprio fato da valorização que a catação de recicláveis passou a ter. Apesar disso, houve uma redução real de crianças trabalhando nesta área e uma tomada de consciência por parte das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), do Ministério Público e de muitas prefeituras"⁴.

⁴Para saber mais sobre o Fórum Lixo e Cidadania, consulte também o site www.lixoecidadania.org.br.

Constituição do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)

Em meados de 1999 foi realizado o "I Encontro Nacional de Catadores de Papel", momento considerado como o início do processo de formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Já em junho de 2001, ocorreu em Brasília o I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, um acontecimento político que marcou a expressão do potencial organizativo da categoria. Participaram desse congresso 1.700 catadores. Nessa oportunidade, foi encaminhada uma série de propostas às autoridades responsáveis, entre elas a "definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis", bem como a adoção de uma política de subsídios para a aquisição de equipamentos e aperfeiçoamento tecnológico. Também nesta oportunidade ocorreu a I Marcha Nacional da População de Rua, à qual os catadores vieram a se somar.

Este evento representou um marco na luta por direitos de cidadania, fruto do processo de organização mais amplo que já vinha se desenvolvendo em diversas regiões do Brasil. Neste congresso foi lançada a *Carta de Brasília* (Anexo I), documento que expressa as necessidades das pessoas que sobrevivem da coleta dos materiais recicláveis. Em outubro de 2002, o MNCR teve uma de suas primeiras conquistas quando houve o reconhecimento do trabalho do catador como profissão por parte da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO, n. 5192). A CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro.

Em 2003, em Caxias do Sul/RS, no contexto do III Fórum Social Mundial, realizou-se o I Congresso Latino-americano de Catadores, encontro em que catadores de diversos países elaboraram a *Carta de Caxias*. Neste evento foi apresentada a situação dos catadores na América Latina, criando-se as condições para iniciar o processo de unificação da luta entre os países, fruto das articulações regionais em desenvolvimento em todo o país. Participaram 800 catadores representando organizações do Brasil, Argentina e Uruguai.

No marco do V Fórum Social Mundial, em 2005 ocorreu o II Congresso Latino-americano de Catadores no município de São Leopoldo/RS que contou com a participação de 1.050 pessoas vindas de todas as regiões do Brasil e delegações da Argentina, Uruguai, Chile e Colômbia. Neste evento os catadores realizaram um balanço dos desafios estabelecidos no ano anterior em Caxias do Sul e reiteraram suas consignas: garantia pelos governos de condições dignas de trabalho, alimentação, moradia, educação para todos os catadores que atuam em lixões e nas ruas.

Neste período, o MNCR tomou diversas iniciativas, entre elas destacou-se a de criar a campanha Selo Amigo do Catador com o objetivo de incentivar a doação de materiais recicláveis aos catadores organizados em associações, cooperativas, grupos articulados com o movimento. A campanha procurou também sensibilizar a sociedade para a valorização do trabalho dos catadores, enquanto agentes ambientais que recuperam matéria-prima para a indústria da reciclagem. O Selo Amigo do Catador é um símbolo que atesta a responsabilidade social das empresas, instituições (escolas, universidades etc.), comunidades (bairros e condomínios) e outras iniciativas que promovam a participação direta dos catadores na coleta seletiva e continua sendo usado até hoje.

Essa campanha foi lançada em 2004, na cidade de São Paulo, numa cerimônia com a presença do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A iniciativa da campanha contou com o apoio especial da Organização de Auxílio Fraternal e também de outras entidades e colaboradores voluntários. O Fórum Lixo e Cidadania da Cidade e do Estado de São Paulo participaram do processo inicial de construção da mesma. O MNCR é um movimento que vem crescendo a cada ano e revelando grande capacidade organizativa e com resultados concretos para a categoria⁵.

5 Para saber mais sobre o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis consulte o site www.mnrc.org.br.

Articulação por uma Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

Em maio de 2001, a Câmara Federal criou uma Comissão Especial para instituir a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). O Deputado Emerson Kapaz, então relator da mesma, elaborou um anteprojeto de lei sobre o tema e o abriu para o debate no país. O Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo interveio neste debate, visto que o documento continha uma série de artigos relacionados à questão da coleta seletiva e à responsabilização dos geradores de resíduos que afetavam diretamente os interesses dos catadores, por um lado, e os interesses da sociedade como um todo, por outro. Foi realizada uma série de reuniões com o foco neste assunto, visto que as diversas instituições que se reuniram para analisar o anteprojeto concordaram que o mesmo abordava o tema da responsabilidade dos geradores de forma a re-excluir os catadores.

Outro tema considerado relevante para o aprofundamento do debate foi a questão da incineração, que constava como uma das tecnologias a serem consideradas como alternativa para a destinação de resíduos sólidos domiciliares no Relatório Preliminar da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Os integrantes do Fórum Lixo e Cidadania da cidade de São Paulo avaliaram como negativas as implicações sociais e ambientais deste tipo de tecnologia de destinação tendo construído os argumentos no seminário "Incineração de Resíduos Sólidos", organizado pelo Instituto Pólis. O seminário, no marco do Fórum Lixo e Cidadania, foi feito em parceria com o Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste, o Fórum Recicla São Paulo e o Comitê Metropolitano de Catadores e contou com a colaboração de dois especialistas no tema, integrantes do Greenpeace na época: Karen Suassuna, coordenadora da campanha de Substâncias Tóxicas, e Délcio Rodrigues, coordenador de campanhas desta ONG. A partir de então, ficou definido publicamente que a posição coletiva dos fóruns era contrária ao uso desta tecnologia. Dada a importância de se elaborar um marco regulatório na questão dos resíduos e suas implicações sobre os catadores, entendeu-se que era preciso criar uma ressonância das propostas elaboradas pelo Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo. Neste sentido, o Instituto Pólis, em conjunto com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental do Rio Grande do Sul (ABES/RS), tomou a iniciativa de organizar um amplo debate, em 2003, no âmbito do II Fórum Social Mundial, buscando o compromisso do governo federal, do Congresso Nacional e, assim, garantir um amplo processo participativo de elaboração de Projeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Neste evento, criou-se também a Articulação por uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, cujo objetivo central foi, e continua sendo até hoje, influenciar na elaboração e aprovação de um marco regulatório com diretrizes tanto para a cadeia da produção (responsável pela geração de

resíduos sólidos) e do consumo (co-responsável pela geração), quanto para a gestão dos mesmos. A questão da inclusão dos catadores em um sistema público de serviços de recuperação de materiais recicláveis era um dos temas centrais desta rede.

Os fóruns nacional e municipal Lixo e Cidadania foram ativos na elaboração de propostas para a mudança no padrão de produção e consumo do país, bem como no padrão de destinação de resíduos sólidos, especialmente no período entre 2001 e 2004. Este processo foi chave para tornar públicas propostas que foram acumuladas pelos debates na sociedade civil e assim marcar a presença e força dos setores organizados.

Capítulo I

O Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo

Criação do Fórum em 2000

O interesse e os resultados decorrentes das iniciativas ligadas à campanha “Criança no lixo nunca mais” motivaram a criação do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo. Entre essas iniciativas estava o Programa Lixo e Cidadania, em São Bernardo do Campo. Em 1999 o UNICEF indicou e apoiou o Instituto Pólis para atuar como co-promotor junto à Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo na estruturação de ações e estratégias para erradicação do trabalho de crianças e adultos no lixão do Alvarenga. O lixão, localizado em uma área de proteção de mananciais, à beira da represa Billings, na divisa entre os municípios de São Bernardo do Campo e Diadema é um dos maiores lixões da América Latina, com 40 hectares de lixo a céu aberto¹. A experiência em São Bernardo do Campo foi fundamental para a decisão do Instituto Pólis de tomar a iniciativa de criar uma rede que fizesse avançar a concepção de gestão de resíduos em São Paulo tendo como desafio, agora, pressionar coletivamente por uma política pública que integrasse os milhares de catadores de rua que atuavam de forma organizada ou não sem que, até então, tivessem o apoio e reconhecimento do governo e da sociedade de sua contribuição para a destinação sustentável de resíduos na cidade. Cabe salientar que, neste momento, existiam algumas iniciativas de organização de catadores na cidade, mas praticamente sem articulação entre si. A referência mais forte de organização de catadores era a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE), criada em 1989.

Neste contexto, o Instituto Pólis tomou a iniciativa de reunir instituições plurais – cooperativa de catadores, ONGs e fundações promotoras do desenvolvimento social entre outras – para elaborar propostas voltadas para a solução das questões ambientais e sociais que envolvem a produção e a recuperação dos resíduos sólidos na cidade de São Paulo. Com o apoio da Fundação Friedrich Ebert, o Pólis organizou dois eventos que possibilitaram a criação de uma base sólida e legítima para a criação e o desenvolvimento das ações posteriores do Fórum.

¹ Ver mais em: International Finance Corporation, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Instituto Pólis. Segurança Alimentar e Nutricional: a contribuição das empresas para a sustentabilidade das iniciativas locais. São Paulo: Instituto Pólis, 2003.

Assim, em março de 2000, foi realizada uma oficina para definir os objetivos do encontro e pactuar a lista preliminar de instituições a serem convidadas para participar do mesmo. Participaram desta oficina representantes das seguintes organizações: UNICEF, COOPAMARE, Fundação ABRINQ, Greenpeace, Organização de Auxílio Fraternal (OAF), Água e Vida, Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE), Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente (SINTAEMA). Também estiveram presentes um representante da Prefeitura de São Bernardo do Campo e dois técnicos integrantes do programa municipal de coleta seletiva que atuaram durante a gestão Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo entre 1989-92.

A Fundação Friedrich Ebert participou deste evento como apoiadora da metodologia utilizada. A oficina legitimou a proposta do Pólis à qual somou-se o UNICEF como co-promotor de um encontro para a criação de um Fórum e de uma plataforma propositiva com alternativas para os resíduos da capital com vistas à instituição de uma política pública de reaproveitamento de resíduos com inclusão social. A proposta do evento preparatório continha, em si mesma, o embrião do que viria a ser a estrutura e dinâmica do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo: um fórum plural, aberto para integrar permanentemente novas posições e visões e com a capacidade propositiva em termos de formulação de políticas públicas para a gestão socioambiental e sustentável dos resíduos sólidos da cidade de São Paulo.

Nos dias 27 e 28 de junho de 2000, realizou-se o "Encontro Lixo e Cidadania: compartilhando a gestão do lixo de São Paulo", do qual participaram mais de 60 instituições. A criação de um espaço institucional para articulação de atores sociais plurais, comprometidos com a construção de objetivos comuns voltados para o tema da gestão compartilhada e sustentável de resíduos sólidos em São Paulo, revelou-se bastante oportuna. Os trabalhos desenrolam-se em dois dias, em grupos de trabalho que elaboraram propostas para o enfrentamento dos seguintes desafios:

- 1) Incorporar os catadores no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos;
- 2) Erradicar o trabalho infante-juvenil na catação do lixo urbano;
- 3) Reduzir a geração de resíduos sólidos urbanos na cidade;
- 4) Segregar os resíduos perigosos nas fontes geradoras na cidade.

Do encontro de junho, que ganhou visibilidade por meio da rádio Cultura, que divulgou o mesmo numa série de entrevistas ao longo dos dois dias, resultou a elaboração da Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo (Anexo II) e a criação do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo. Destacam-se a seguir as propostas centrais deste documento

Propostas Plataforma Lixo e Cidadania para a Cidade de São Paulo

O sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos deve possibilitar a redução, o reaproveitamento dos resíduos e processos de coleta, tratamento e disposição, social e ambientalmente adequados. Para tal requer-se do sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos as seguintes características:

- organização com base na co-gestão – gestão pública compartilhada com a sociedade – devendo ser construído e gerido de forma participativa, desenvolvendo ações para promover, de forma transparente, o efetivo envolvimento de todos os segmentos da sociedade;
- organização e atuação sob uma concepção de desenvolvimento sustentável, promovendo ações educativas de mudanças de valores e hábitos no conjunto da sociedade, esclarecendo a população para os benefícios sociais, econômicos e ambientais envolvidos nos processos de redução da geração, reutilização de produtos e reciclagem de materiais (3 Rs), precedida da separação de resíduos nas fontes geradoras;
- promoção de mudanças nos processos produtivos das atividades urbanas para implantação do consumo responsável, da redução, da reutilização e separação dos materiais recicláveis e ampliação do aproveitamento biológico da fração orgânica dos resíduos;
- promoção de formação e capacitação permanentes dos agentes do processo;
- o sistema deve contar com um órgão público com os recursos necessários, gerido com autonomia, agilidade e sob controle social. O funcionamento deste órgão deve ser sistêmico para integrar as ações dos demais órgãos da administração;
- o sistema deverá implantar, por força de lei, a coleta seletiva e reciclagem dos resíduos de forma descentralizada e em parceria prioritária com os catadores, organizados em cooperativas e/ou outras formas associativas.

É também objetivo do sistema de resíduos sólidos urbanos incorporar a participação dos catadores no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos. Para tal é necessário:

- criar uma instância para uma gestão compartilhada de resíduos sólidos urbanos – Conselho Lixo e Cidadania;
- o poder público promover, em parceria com diversos setores da sociedade, o reconhecimento legal e o fortalecimento do catador

enquanto categoria profissional autônoma, por meio de:

- acesso ao processo licitatório e às condições de infra-estrutura pelas organizações de catadores;
- criação da figura de "cessão" de áreas para utilização pelos catadores;
- provimento de infra-estrutura para que as organizações dos catadores tenham sustentabilidade;
- promoção de programas de capacitação dos catadores, estimulando-os à participação e à organização;
- estabelecimento de parcerias entre catadores e poder público na execução de serviço de limpeza de forma descentralizada;
- autorização legal para apropriação dos resíduos secos pelos catadores;
- formalização de contratos com os catadores, organizados sob diversas formas associativas, para a coleta seletiva de resíduos;
- cadastramento dos catadores com orientação sobre formas de associativismo e promoção de sua organização em cooperativas ou outras formas de pessoa jurídica para que possam dispor de subsídios e tributos e se tornarem protagonistas no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos;
- promoção de estudos sobre o marco institucional-legal das entidades cooperativadas, sobre a apropriação dos custos na cadeia de produção de resíduos, sobre os tributos e as despesas públicas no sistema de gerenciamento dos resíduos, e sobre as experiências como as da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável (ASMARE), em Belo Horizonte, a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE) e Cooperativa de Reciclagem de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis (COORPEL), em São Paulo, e Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul, para apoiar os trabalhos em cada local;
- viabilização econômico-financeira dos projetos das organizações de catadores por meio de:
 - acesso às linhas especiais de crédito para financiamento;
 - parcerias e convênios entre indústrias e organizações de catadores e entidades populares para absorção dos resíduos industriais, fomentando o desenvolvimento da economia solidária;
 - criação de incentivos para o mercado de reciclados;
 - garantia da destinação de recursos federais/estaduais, existentes ou a criar, para o fomento à reciclagem.

Outro objetivo é erradicar o trabalho infanto-juvenil na catação do lixo urbano em São Paulo. Para isso é necessário:

- implantar políticas públicas integradas de inclusão socioeconômica dos catadores e retirar as crianças e adolescentes do trabalho com lixo;
- implementar políticas de geração de renda – programas de bolsa-escola, renda mínima etc.;
- criar condições básicas para a educação e capacitação de crianças e adolescentes, assegurando sua presença na escola;
- criar programas de complementação escolar;
- criar programas específicos de educação infantil para evitar a presença de crianças na catação;
- criar melhores condições de fiscalização do trabalho infanto-juvenil;
- criar programas de habitação para retirar as crianças e adolescentes e seus familiares-catadores da sub-habitação;
- criar programas específicos de saúde e educação sanitária;
- construir redes sociais de apoio à proposta de erradicação do trabalho infanto-juvenil no lixo;
- sensibilizar e mobilizar a sociedade para o problema do trabalho infanto-juvenil.

Para reduzir a geração de resíduos sólidos urbanos na cidade de São Paulo é necessário:

- implementar programas de informação e esclarecer o conjunto da sociedade sobre o impacto ambiental, social e econômico dos resíduos para o desenvolvimento da cultura do consumo responsável e sustentável, do consumo com critérios;
- o poder público criar e implementar programas educativos de mudanças de hábitos e atitudes que reduzam a geração de resíduos e aumentem a responsabilidade dos agentes sociais com o ambiente;
- difundir práticas de redução na geração de refugos, de diminuição do desperdício alimentar e de outras formas de consumo responsável;
- desenvolver projetos e programas sobre modalidades de reaproveitamento de materiais e produtos com ações educativas específicas, direcionadas aos diversos setores – sociedade, setores privado e público;
- estimular a implementação de políticas de embalagens retornáveis/reaproveitáveis, a criação de produtos com *ecodesign*, desmontáveis, recondicionáveis e com maior vida útil, visando reduzir a

geração de resíduos nos vários pontos da cadeia produtiva;

- promover envolvimento dos geradores de resíduos em ações integradas com os órgãos municipais para a solução dos problemas sociais, econômicos e ambientais da região relacionados com a produção, coleta, tratamento e disposição dos resíduos.

Objetivo de segregar os resíduos perigosos nas fontes geradoras na cidade de São Paulo. As ações necessárias para garantir a segregação de resíduos perigosos podem ser agrupadas em três conjuntos: ações gerais, aplicadas a todos os tipos de resíduos perigosos, ações aplicadas especificamente aos resíduos domiciliares e ações aplicadas especificamente aos resíduos dos serviços de saúde.

Ações gerais:

- implantar mecanismos que assegurem a participação da sociedade na formulação, implementação e avaliação de políticas para resíduos perigosos;
- desenvolver programas educativos para a sociedade em geral e para setores específicos;
- priorizar os 3Rs no manejo intra-unidade geradora e também no tratamento pós-coleta dos resíduos perigosos;
- diversificar as formas de tratamento de resíduos sólidos de saúde;
- implementar políticas públicas que responsabilizem o produtor pelo tratamento e disposição final adequados, com infra-estrutura de coleta diferenciada;
- fiscalizar efetivamente os procedimentos de tratamento e disposição final dos resíduos perigosos;

Ações específicas para resíduos domiciliares:

- Sensibilizar a população sobre os riscos dos resíduos perigosos;
- Implantar extensa rede de entrega voluntária;
- Responsabilizar o produtor pela transmissão de informações ao consumidor, tais como especificação no rótulo sobre os riscos inerentes ao produto e à embalagem (uso e descarte);
- Normatizar (leis e incentivos) a coleta, o tratamento e o destino final adequados para cada tipo de resíduo.

Ação específica para resíduos de serviços de saúde:

- Criação de rotinas que facilitem a classificação e separação dos materiais.

O fato de o ano 2000 ser um ano eleitoral balizou também a escolha da estratégia de comprometer os candidatos ao governo da cidade com propostas formuladas pela sociedade civil. Tanto o desenvolvimento da oficina preparatória em abril, quanto do encontro em junho, ambos em 2000, tiveram como ferramenta de trabalho a metodologia da moderação, que permitiu a construção coletiva de proposições, a valorização de todas as intervenções sem hierarquizações, a formulação e registro de consensos e dissensos. Desta forma, definiram-se objetivos, diretrizes e estratégias coletivas e comuns, contribuindo para uma nova cultura do "fazer política". O desafio de implementar uma política pública de reaproveitamento de resíduos com inclusão dos catadores sob forma de gestão integrada e compartilhada requeria este tipo de metodologia, dado que experiências de governança ainda são embrionárias.

As primeiras ações do Fórum Lixo e Cidadania

Compromisso público e as negociações iniciais

O primeiro passo do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo foi a realização, em 30 de agosto de 2000, de um ato público de comprometimento dos candidatos à Prefeitura de São Paulo tendo como instrumento de reivindicação a Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo. Oito candidatos, entre eles os mais pontuados nas pesquisas de opinião, compareceram ao evento e assinaram um "termo de intenção", no qual assumiam o compromisso de implementar as propostas contidas neste documento. O evento ganhou visibilidade na mídia e contou com a presença das rádios CBN, Cultura, Globo e da TV Cultura, que veiculou, neste dia, uma matéria sobre a criação do Fórum e o trabalho dos catadores da COOPAMARE. A Plataforma também recebeu a adesão de dezesseis candidatos a vereador.

A aprovação deste documento pelo conjunto dos participantes deste ato precedeu a abertura do evento, bem como discussões de encaminhamentos para novas adesões ao Fórum. Esta foi uma das estratégias iniciais de ampliar e consolidar esta rede como uma instância democrática, plural e com dinâmica horizontal, capaz de avançar rumo ao compartilhamento da gestão de resíduos da cidade. No evento foram distribuídos quatrocentos exemplares da Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo.

Por fim, nesta mesma sessão, foi eleita uma coordenação transitória, denominada *grupo facilitador* para instalação do Fórum e agilização das ações seguintes. Integraram esse grupo o Instituto Pólis, o UNICEF, o Ministério Público, a Organização de Auxílio Fraternal (OAF), Água e Vida, Greenpeace, Plastivida, LIMPURB-PMSP e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ao Instituto Pólis coube o papel de dinamização geral da rede,

na condição de secretaria executiva do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo. Após a definição dos resultados da eleição para a Prefeitura de São Paulo, em que Marta Suplicy foi nomeada prefeita, integrantes do Fórum Lixo e Cidadania consideraram estratégica uma aproximação do Instituto Florestan Fernandes (IFF), instituição criada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para dialogar, recolher propostas e divulgar a plataforma de governo junto à sociedade civil paulistana.

A expectativa do Fórum era a de que este fosse um canal de comunicação, na conjuntura de transição entre a pós-eleição e a posse e, portanto, um espaço legitimado junto ao governo para iniciar o processo de construção da gestão compartilhada, vistos os compromissos assumidos na campanha eleitoral com a Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo. Contudo, as discussões no IFF contribuíram para dar visibilidade às propostas da Plataforma e ao próprio Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, mas não se converteram num canal político capaz de fazer avançar o processo de implementação dos compromissos assumidos pela prefeita recém eleita.

Em fevereiro de 2001, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, então presidida por Stela Goldenstein, tomou a iniciativa de chamar um debate para trazer a público as propostas para o programa de coleta seletiva tanto do governo quanto dos quatro fóruns atuantes na cidade – Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, Comitê Metropolitano de Catadores, Fórum Recicla São Paulo e Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste.

Carta de Princípios – Fórum Recicla São Paulo

Em março de 2000, foi criado o Fórum Recicla São Paulo por grupos que tinham por objetivo a troca de experiências, articulação e qualificação do trabalho de coleta e estruturação de venda coletiva de materiais recicláveis. Na construção de sua rede, foi produzida a *Carta de Princípios* que norteou a organização dos grupos que dele participavam. O Fórum reunia mais de 70 grupos de coleta seletiva, que atuavam em todas as cinco regiões da cidade e na região metropolitana.

Em junho de 2000, foi criado o Comitê Metropolitano dos Catadores, que se estabeleceu como a principal referência para a organização e mobilização em nível local, regional, estadual e nacional para o I Congresso Nacional de Catadores de Materiais Reaproveitáveis. O Comitê desempenhou importante papel de elo e apoio às organizações dos catadores da grande São Paulo, troca de experiência, formação, informação e organização. Em 2004, formou-se o Comitê de Catadores de São Paulo, cujo papel era e continua sendo o de articulação de ações voltadas para a valorização e reconhecimento dos catadores pelo governo e sociedade. Além disso, o Comitê é responsável pela implementação das diretrizes definidas no âmbito do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR) na capital paulista.

O Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste é um movimento que reúne representantes dos governos federal, estadual e municipal, entidades empresariais do comércio, indústria e serviços, entidades educacionais, universidades, entidades de trabalhadores, associações e ONGs. Foi criado com o objetivo de unir entidades para propor soluções para os problemas da Zona Leste da cidade de São Paulo. O Fórum é organizado em grupos de trabalho, em que os representantes das entidades afins se reúnem e, de forma voluntária e solidária, elaboram diagnósticos, analisam projetos e propostas, encaminhando-os aos órgãos públicos e/ou para parcerias junto à sociedade civil. O Fórum iniciou o processo de articulação para a coleta seletiva a partir do ano 2000, com a realização do seminário de "Meio Ambiente" com o Programa Coleta Seletiva: Zona Leste Faz!. O objetivo do seminário foi o de criar um programa de coleta seletiva realizado por catadores autônomos de materiais recicláveis e entidades interessadas. O Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste conta com o apoio do SESC Itaquera, do poder público e de agentes econômicos da iniciativa privada envolvidos com a questão. Atualmente articula oito grupos de catadores organizados em torno do programa.

Esse foi um momento em que a sociedade pôde inteirar-se de um projeto em andamento na Secretaria de Serviços e Obras (SSO), responsável pela gestão de resíduos. Por meio desse projeto, segundo a secretaria, seria implantado um sistema de coleta seletiva que contaria com uma tecnologia sofisticada, a ser operada pelas empreiteiras que prestam serviços na cidade sem que os catadores fossem incorporados nesse processo.

A partir de então, desenrolou-se uma série reuniões com a Prefeitura em que participaram associações e cooperativas de catadores, ONGs ativas no campo social e ambiental. As discussões eram tensas, visto que o movimento organizado defendia "uma tecnologia social"², capaz de incorporar os catadores, enquanto que a SSO/PMSP apresentava como modelo de coleta seletiva soluções com tecnologias sofisticadas que não contemplavam a participação dos catadores. A tensão refletia o descompasso com o compromisso assumido publicamente, em período eleitoral, de implementar um sistema de gestão compartilhada de resíduos com base no reaproveitamento de materiais recicláveis contemplando dimensões sociais e ambientais. Vale lembrar que um dos itens da Plataforma Lixo e Cidadania diz: "O sistema deve ser organizado com base na co-gestão – gestão pública compartilhada com a sociedade –, construído e gerido de forma participativa, devendo desenvolver ações para promover, de forma transparente, o efetivo envolvimento de todos os segmentos da sociedade". Mais adiante, esse documento, assinado pela prefeita, fala sobre "a criação de uma instância para a gestão compartilhada de resíduos sólidos urbanos – Conselho Lixo e Cidadania".

O centro do conflito passava pelo não reconhecimento desta população – os catadores de recicláveis – que atua há décadas na cidade e no país, num esforço de auto-inclusão, praticamente sem apoios de governos, salvo em alguns casos em que foi concedido algum recurso ou equipamento e cedidas áreas públicas para funcionamento da triagem e comercialização de recicláveis. Por fim, o movimento organizado também tomava como base a própria plataforma do governo que se propunha a implementar uma gestão democrática e com inclusão social dos catadores.

A pressão dos fóruns para a implantação da coleta seletiva com inclusão dos catadores

No dia 26 março de 2001, o governo municipal realizou uma audiência pública para instaurar um processo de licitação para contratação dos serviços de limpeza para a cidade de São Paulo. Nesta oportunidade, a coleta seletiva foi apresentada como um dos serviços que seriam implantados visto que a mesma "ficou esquecida no município ao longo dos anos..". (Ata da Audiência Pública, 26/03/2001). Representantes da Prefeitura Municipal de São Paulo também salientavam que a cidade reciclava apenas 0,03% dos resíduos produzidos e que a meta era avançar para 1% num primeiro momento. Representantes dos

2 Expressão usada por Roberto Kishinami, diretor do Greenpeace na época (2001).

diversos fóruns participaram da audiência interpelando o governo quanto à proposta de iniciar a coleta seletiva por meio de um modelo piloto em três bairros da cidade (Pinheiros, Lapa e Butantã), beneficiando supostamente um número aproximado de 14 organizações de catadores, ao invés de potencializar as cerca de 70 associações e cooperativas ativas nesse momento. Ou seja, o que os fóruns defendiam era a valorização do conjunto das iniciativas de coleta seletiva e triagem já existentes na cidade e investimentos públicos nas mesmas para qualificarem investimentos a fundo perdido em equipamentos, instalações físicas e capacitação e ampliarem sua atuação. Também defendiam uma campanha de sensibilização da população e implantação de toda uma infra-estrutura para descarte e coleta seletiva deveria ser desenvolvida pelo governo para dar a devida sustentabilidade a este modelo. Em síntese, os argumentos trazidos pela sociedade questionavam a implementação do convencional programa-piloto em algum local da cidade, a exemplo do que já havia sido feito na gestão Luiza Erundina entre 1989-1992, com empresas contratadas pelo poder público.

Posicionavam-se, portanto, contrários à contratação de empresas, sem que antes se definisse claramente o papel das organizações de catadores e das empreiteiras neste novo modelo. Já os empresários, por sua vez, questionavam os valores previstos pelo governo para este serviço, bem como a eficiência e o alto custo do mesmo se operado pelas organizações de catadores. A imprensa noticiou a dupla pressão vivida pelo diretor da LIMPURB na audiência³.

3 Jornal Folha de São Paulo, 27 março 2000.

É interessante relatar que, na ocasião da audiência, as empresas e associações que as representavam praticamente desafiaram as lideranças sociais presentes a comprovarem sua eficiência, indagando de forma agressiva "qual a quantidade de materiais desviada pelos catadores dos aterros para a reciclagem" e "qual o custo da coleta seletiva", por exemplo. Em síntese, os empresários afirmaram que os projetos sociais existentes eram ineficazes, que a coleta seletiva era uma operação cara e propunham que os materiais recuperáveis ficassem sob responsabilidade dos produtores.

O resultado mais significativo desta audiência foi o compromisso do diretor da LIMPURB-SSO, Alfredo Buso, de realizar uma nova audiência especificamente para tratar da coleta seletiva. Para as lideranças sociais, integrantes dos fóruns, esta era uma dupla conquista, porque além da abertura deste espaço para aprofundar o debate do governo com a sociedade, também passou a ser publicamente conhecida a existência de um movimento organizado com propostas que apontavam para um novo modelo de gestão, comprometido com a causa social dos catadores e a preservação ambiental. Ao final deste processo foi publicado um edital de licitação dos serviços de limpeza pública que não contemplou a coleta seletiva, abrindo-se concretamente a possibilidade de se estruturar uma modalidade de gestão da coleta seletiva com a participação de cooperativas e associações de catadores e não pela via da prestação deste serviço por empreiteiras.

Esta decisão foi avaliada pelos integrantes dos fóruns como uma vitória, porque desta forma poderia dar-se seqüência ao processo de fazer valer o compromisso da prefeita com as propostas do Fórum Lixo e Cidadania. Destaque-se que, em 7 de março daquele ano, o Fórum Lixo e Cidadania, em parceria com os demais fóruns, havia solicitado uma audiência com Marta Suplicy (anexo VI), tendo em vista inclusive a previsão de que a coleta seletiva deveria ser um dos temas da licitação dos serviços de limpeza da cidade.

Antes deste desfecho, várias instituições atuantes nos fóruns haviam manifestado este posicionamento ao diretor da LIMPURB, em reunião sobre o assunto. O governo argumentava não ser contrário ao estabelecimento da participação dos catadores, mas declarava, até aquele momento, não ter encontrado a forma jurídica adequada para a formalização da relação da Prefeitura com serviços prestados pelas organizações dos catadores.

O Fórum Lixo e Cidadania, mais especificamente, tomou a iniciativa de buscar subsídios para contribuir junto ao poder público na elaboração de um caminho legal para a contratação dos catadores. Foram realizadas ao longo deste processo inúmeras reuniões na tentativa de encontrar um formato jurídico que garantisse uma relação sustentável entre o poder público e as organizações de catadores, respaldada pela lei.

Primeiramente, especialistas no assunto foram chamados para contribuir na busca de soluções jurídicas para a contratação de associações e cooperativas para a catação e reciclagem dos resíduos sólidos. Um jurista e dois técnicos sugeriram as formas de consórcios ou convênio. Também Adriano Diogo, então vereador do PT, tornou-se um parceiro importante, trazendo ao longo de 2001, elementos-chave para a concepção de gestão de resíduos sob um novo paradigma, além de articular uma consultoria pontual com advogado especialista na área.

Diante da situação de indefinição do governo quanto à implantação de um sistema de coleta seletiva que integrasse os catadores de recicláveis formalmente, agendou-se uma audiência com a prefeita e representantes da coordenação do Fórum Lixo e Cidadania de São Paulo, Comitê Metropolitano de Catadores, Fórum Recicla São Paulo e Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste.

Em 26 de abril de 2001, um grupo de lideranças sociais, representando as quatro redes, reapresentou à então prefeita as propostas da Plataforma, por ela assinada, a qual previa a implantação de um sistema público de reaproveitamento de resíduos, por meio de um programa de coleta seletiva, no qual os catadores deveriam ser integrados como agentes centrais do processo. A preocupação imediata dessa reivindicação era de que o edital de licitação dos serviços de limpeza pública contemplasse a participação dos catadores, ou, na impossibilidade disto acontecer por questões jurídicas, que se criasse outros mecanismos de participação dos mesmos, o que significava a não entrada deste item no processo licitatório tal como havia sido apresentado na audiência pública antes referida (o que terminou por acontecer).

Como resultado desta audiência com a prefeita foi criado um Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI) e intersetorial, composto por dez secretarias municipais – Serviços e Obras (que coordenava o grupo), Verde e Meio Ambiente, Trabalho e Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Assistência Social, Habitação, Negócios Jurídicos, Finanças, de Implementação de Subprefeituras – e por representantes dos fóruns da sociedade já mencionados para iniciar o processo de gestão compartilhada para elaboração e implantação de programa de coleta seletiva com inclusão dos catadores na cidade.

É preciso destacar, em primeiro lugar, a importância de a sociedade ter criado um fato político para estabelecimento de um compromisso público, em período eleitoral, o que permitiu, em segundo lugar, a cobrança de seu cumprimento.

Assim, a Plataforma Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo ganhou dupla função e relevância: por um lado, as propostas elaboradas coletivamente deram um norte para a mobilização social que se formava neste momento e, por outro, constituiu-se em um instrumento político para pressionar o governo. E nesse sentido a presença da mídia ao final da audiência com a prefeita e a Secretária do Verde e do Meio Ambiente foi fundamental para dar ampla visibilidade à atuação do Fórum Lixo e Cidadania e dos outros fóruns que estavam presentes nesta luta em São Paulo.

Planejamento estratégico e a estruturação do Modelo de Gestão Socioambiental Compartilhada de Resíduos para São Paulo

Uma das intervenções centrais do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo foi a formulação coletiva de uma proposta de um novo modelo de gestão de resíduos. Desta perspectiva, as instituições integrantes da coordenação do Fórum entenderam que era necessário detalhar as ações a serem desenvolvidas para que as propostas contidas na Plataforma ganhassem concretude. Assim, nos dias 7 e 8 de maio de 2001, o Instituto Pólis, enquanto secretaria executiva do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, organizou sessões de planejamento de ações a serem desenvolvidas na cidade, tomando como referência a Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo. Novamente obtém-se o apoio da Fundação Friedrich Ebert para as sessões de Planejamento Estratégico, contando com especialista no método da moderação para o desenho *Modelo de Gestão Socioambiental Compartilhada de Resíduos Sólidos para São Paulo*.

Como resultado deste trabalho, definiram-se *princípios, diretrizes e benefícios* para uma gestão sustentável de resíduos em nível social, ambiental, econômico e político. Também foram indicadas linhas para o funcionamento da coleta dos resíduos domiciliares inorgânicos e orgânicos, objetos inservíveis, inertes e substâncias perigosas produzidas na cidade. Um aspecto a ser des-

tacado foi a identificação dos *fatores críticos* para a garantia do sucesso de um modelo de gestão compartilhada voltado para o descarte, coleta seletiva e reaproveitamento de materiais recicláveis ou compostáveis. Por fim, este planejamento estratégico apontou diretrizes para uma legislação em nível local e nacional que contemplasse os objetivos do Programa Nacional Lixo e Cidadania. O modelo de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos foi validado pela Prefeitura de São Paulo, que decidiu integrar-se na etapa final do processo de Planejamento Estratégico, promovido pelo Fórum Lixo e Cidadania, com participação de representantes dos outros dois Fóruns. Participaram pela Prefeitura representantes das Secretarias de Serviço e Obras, Educação e Assistência Social.

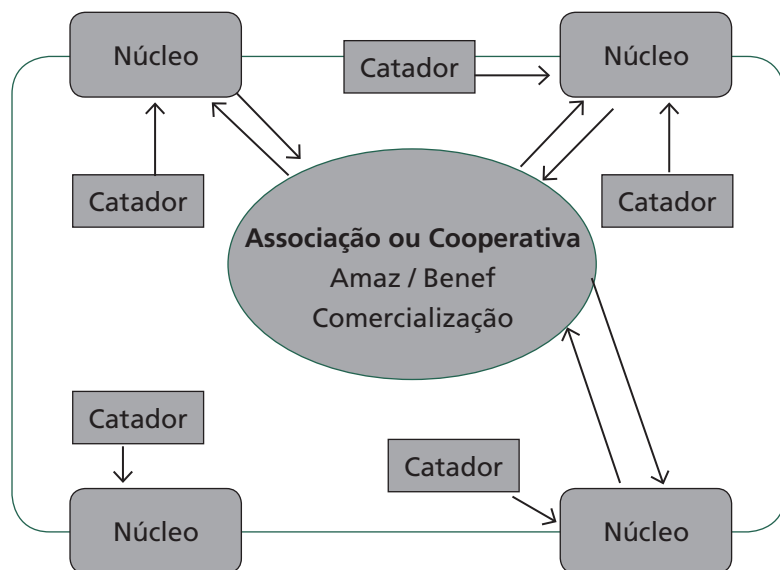
Este processo deu-se em duas etapas. Na primeira, participaram integrantes da coordenação do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, representantes do Fórum Recicla São Paulo e do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste, um professor da UFRJ e um vereador de São Paulo (Adriano Diogo - PT). Numa segunda etapa, foi debatida com um coletivo de quarenta instituições, também integrantes do Fórum, a estrutura de modelo e de funcionamento da gestão de resíduos, especialmente o sistema de coleta seletiva, ampliando e aprofundando o desenho das ações elaborado na primeira etapa. Esta escolha de realizar o planejamento em duas etapas visou garantir resultados mais efetivos no processo de detalhamento do plano de ação, pois na segunda etapa já se contava com uma estrutura básica de conteúdos formulados.

O modelo de gestão socioambiental compartilhada de resíduos sólidos para São Paulo

O modelo proposto tinha dois eixos estruturantes: o reconhecimento da coleta seletiva executada pelos catadores como parte do processo de recuperação de resíduos, e a educação ambiental voltada para os 3 Rs – redução, reutilização, reciclagem.

No primeiro eixo, a proposta era a de estruturar um modelo que integrasse os catadores como profissionais do sistema de gestão de resíduos e não apenas na perspectiva de um "projeto social", apesar de a proposta contemplar fortemente a dimensão social como parte dos desafios a serem resolvidos, dada a presença de crianças e adolescentes que trabalham na catação de materiais recicláveis na cidade. Como perspectiva de solução destes dilemas, aponta-se a integração dos adultos-familiares nas atividades de coleta, triagem, comercialização e beneficiamento (artesanal, industrial etc.) de resíduos. Sem promover a inclusão social dos pais por meio da geração de trabalho e renda, dificilmente atingia-se o resultado esperado em relação às crianças.

O foco deste modelo foi a coleta seletiva com inclusão dos catadores e a participação da sociedade. Contudo, foram contemplados outros temas relativos ao gerenciamento de resíduos mais globalmente e registrados em relatório. O modelo pode ser traduzido, basicamente, no seguinte gráfico:



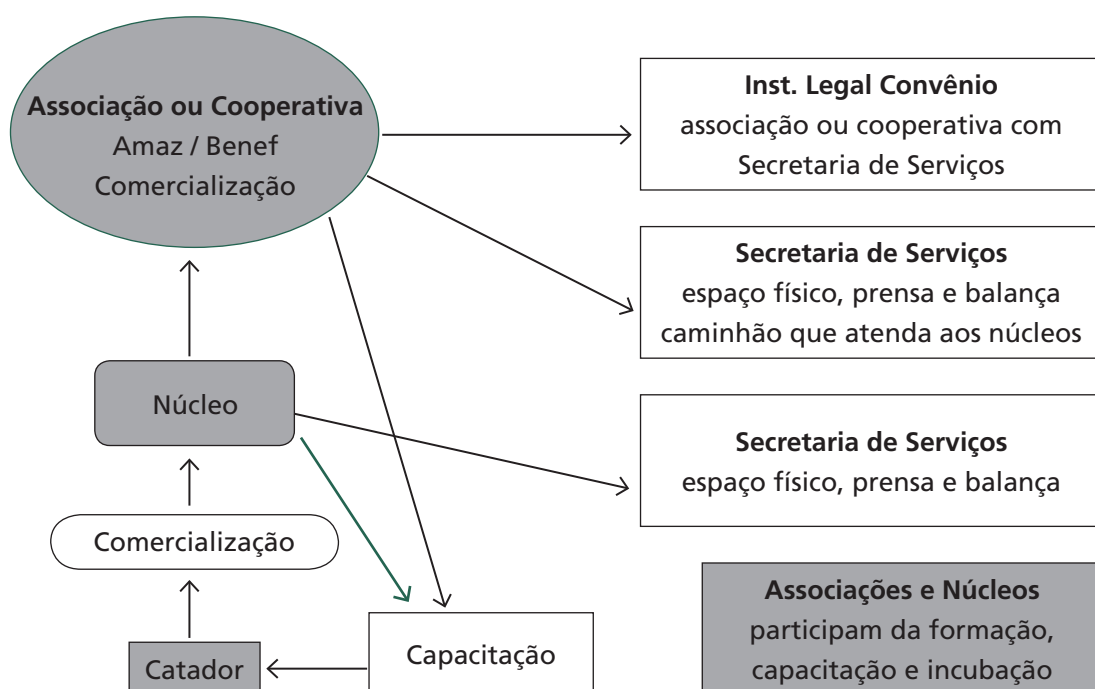
Acima, tem-se o modelo em que os núcleos de catadores existentes, associações ou cooperativas dialogam com o catador avulso para promover sua integração às organizações. O conjunto dos núcleos, por sua vez, se articula em unidades de comercialização para armazenagem e comercialização coletiva dos materiais recicláveis, garantindo escala e melhores condições de beneficiamento dos mesmos. Se necessário, as unidades de comercialização podem dar diversos tipos de suporte aos núcleos como destinação de materiais, no caso de uma eventual redução dos mesmos, e outros tipos de apoio. Essa estrutura garante às organizações de catadores um patamar mais sustentável de negociação com a indústria da reciclagem, especialmente no que se refere aos preços.

Neste modelo as unidades de comercialização constituem-se formalmente como associação ou cooperativa e estabelecem convênios com a secretaria responsável pela gestão de resíduos (Secretaria de Serviços e Obras), que se responsabiliza por assegurar espaço físico (galpão de triagem), equipamentos (prensa, balança, empilhadeira, equipamentos de proteção individual (EPIs) etc.) para os núcleos e para as unidades de beneficiamento. Os núcleos e unidades de comercialização promovem capacitação para integração dos catadores avulsos e para os associados/cooperados que atuam em ambos, com recursos públicos e privados.

É importante valorizar a capacidade das redes sociais em processo de organização, naquele momento, de estruturação de um novo modelo de gestão de resíduos sólidos para uma cidade do porte de São Paulo na perspectiva da

implantação de um sistema público de reaproveitamento de resíduos e ao mesmo tempo com inclusão social, sob forma autogestionária. De fato, esta iniciativa significou um avanço no que é comumente declarado como desafio para resolver o "problema do lixo". Neste contexto, portanto, criaram-se condições para a reflexão e o debate propositivo em torno de uma nova concepção de gestão que se diferenciasse da convencional – coletar e destinar *lixo* para aterros sanitários, ou seja, considerar *materiais reaproveitáveis*, *matéria-prima*, como *lixo*, como *rejeito*. Mais do que isso, os produtos gerados nestas sessões de planejamento apontaram possibilidades de inovar na forma de gerir a *coisa pública*, além de fortalecer sujeitos coletivos, ao se formular propostas para serem implantadas de forma participativa, tendo-se como prioridade garantir a integração dos catadores neste novo sistema.

No segundo eixo, a referência para a atuação era desenvolver ações para mobilizar a população para separar seus resíduos e *doar* para os catadores, disponibilizá-los, por meio da coleta seletiva oficial ou diretamente para os catadores avulsos ou organizados em associações e cooperativas. Esses, então, foram os eixos constituintes do Programa Coleta Seletiva Solidária.



O “I Encontro de Educação Socioambiental do Programa Coleta Seletiva Solidária”

Em 2001, haviam se constituído grupos de trabalho para a concepção política do modelo da coleta seletiva, a estruturação da logística e construção de estratégias de capacitação e educação ambiental da sociedade para motivá-la a participar ativamente do Programa Coleta Seletiva Solidária. Assim, em 2002, em uma das reuniões do grupo de trabalho responsável pela área de educação e formação do sistema de coleta seletiva aprovou-se a proposta de organizar um encontro para desenhar uma nova plataforma propositiva que pudesse contribuir para a estruturação de um programa público de sensibilização da população para que esta aderisse ao Programa Coleta Seletiva Solidária doando seus materiais.

A busca dessa sensibilização estava fundamentada na tendência crescente de parte da população, especialmente os moradores de condomínios residenciais, em separar seus materiais recicláveis e vendê-los, ao invés de doá-los aos catadores ou ao programa público de coleta seletiva oficial em implantação. Então, os fóruns e também o governo entenderam ser necessária a elaboração de diretrizes e estratégias para o conjunto dos setores da sociedade a participar deste processo, com ênfase na educação. Considerou-se que não bastava construir infra-estrutura para descarte seletivo se as pessoas não fossem sensibilizadas e educadas para usá-la e compreender mais amplamente a importância de mudar suas práticas, valores e comportamentos em relação ao que é comumente chamado de *lixo*. Um aspecto que chamou atenção, neste momento (maio de 2002), foi a informação de que nas plenárias deliberativas do Orçamento Participativo da cidade aparecia a demanda por coleta seletiva e educação socioambiental. Isto reforçou a decisão de se organizar este encontro.

O Instituto Pólis sediou o processo de organização do evento que passou a se estruturar de forma compartilhada – Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, Comitê Metropolitano de Catadores, Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste, Fórum Recicla São Paulo e mais nove representantes de secretarias municipais de governo (Serviços e Obras, Verde e Meio Ambiente, Saúde, Cultura, Assistência Social, Subprefeituras, Educação, Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade e Infra-estrutura Urbana) e um representante da Secretaria de Meio Ambiente do Estado.

Como método já consolidado de construção de eventos que tenham como objetivo a elaboração coletiva de propostas, o Pólis co-promoveu um debate preparatório do encontro para criar uma base mais consolidada de participação no dia 16 de agosto de 2002. As perguntas que as instituições envolvidas na concepção do evento se fizeram foram: “Para que precisamos da educação socioambiental para implantar o Programa Coleta seletiva Solidária?” e “O que fazer ao consumir e após consumir?” A resposta que o grupo organizador do evento

deu a esta pergunta foi a seguinte: "É preciso atingir o 'público-alvo' do catador – os cidadãos. É importante a adesão do poder público, mas a questão principal é a participação dos cidadãos e cidadãs na separação e doação dos resíduos gerados nas residências e também nos locais de trabalho, com a compreensão de que estão contribuindo para a inclusão social. É fundamental a adesão da população no sentido de apoiar, valorizar e reconhecer que o sistema que está sendo implantado envolve a organização dos catadores, enquanto prestadores de um serviço público de forma autogestionária. A idéia é de que as cooperativas sejam aceitas e que, quando se reservar áreas na cidade para instalação de unidades de triagem operadas por catadores, por exemplo, se supere o preconceito de que neste lugar se está depositando 'lixo' e que, portanto, o bairro vai se desvalorizar. Também reafirmamos a compreensão da experiência dos catadores e catadoras como agentes ambientais, bem como das ONGs. Retomou-se, por outro lado, a discussão de que o tema geral do encontro é também a questão da minimização e redução de resíduos para o desenvolvimento sustentável".

Em síntese, o desafio assumido pelas instituições co-promotoras era o de mudar a cultura política da gestão dos resíduos para uma gestão participativa voltada para a recuperação e minimização dos resíduos, tendo a educação ambiental da população como eixo estruturante para seu enfrentamento.

Nos dias 4 e 5 de dezembro de 2002, foi realizado o "I Encontro de Educação Socioambiental e o Programa Coleta Seletiva Solidária da Cidade de São Paulo" com a participação de 74 instituições e um total de cem pessoas atuantes nas dimensões social, ambiental, econômica, cultural e de educação da gestão de resíduos. O encontro, realizado na sede do Instituto Pólis, adotou a mesma metodologia do encontro de 2000 e contou com o apoio da Fundação Friederich Ebert e da Caixa Econômica Federal.

O final do processo de organização do evento foi bastante complexo, pois o clima estava tenso entre o governo e os fóruns em função da pressão da Prefeitura em aprovar o Projeto de Lei nº 685/02 que mudaria o sistema de funcionamento da limpeza urbana de São Paulo (este tema será abordado no próximo item). Apesar do atropelo dos fatos, o encontro realizou-se com a participação do Secretário de Serviços e Obras, Jorge Hereda, tendo os fóruns adotado como estratégia buscar garantir, junto ao secretário, o compromisso do governo com o Programa Coleta Seletiva Solidária. Havia também a compreensão de que a luta pela não aprovação do projeto teria que se dar em outras frentes e que o evento era uma oportunidade privilegiada de definição de instrumentos de educação e mobilização da população para somar no programa em andamento.

A mídia se fez presente com o intuito de aferir posições da sociedade organizada para contracenar com as do governo quanto às mudanças no sistema de limpeza pública, ou seja, a instituição de um marco legal para o setor. Assim o evento foi noticiado levando em consideração o posicionamento crítico do Fórum Lixo e Cidadania sobre a proposta de lei.

Deste encontro resultou um conjunto de propostas reunidas no documento Plataforma de Educação Socioambiental do Programa Coleta Seletiva Solidária, com diretrizes e estratégias para o envolvimento dos empresários, da sociedade e do governo na afirmação de um novo paradigma de gestão de resíduos sólidos na cidade de São Paulo. Foram dois dias intensos de debate e de construção coletiva, o que mais uma vez afirmou a força da metodologia utilizada, em que se estimulou a participação de todos, tendo sido feito um registro completo das manifestações dos participantes. No segundo dia formaram-se grupos por afinidades de interesse e, assim, catadores, empresários, instituições da sociedade que já haviam interagido no dia anterior reuniram-se separadamente para definir seus compromissos e ações no campo da educação e mobilização para que convergessem com o modelo de coleta seletiva que estava sendo implementado de forma compartilhada naquele momento na cidade.

Depois de um longo processo de construção da parceria entre os fóruns e a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio), foi lançada publicamente a Plataforma de Educação Socioambiental do Programa Coleta Seletiva Solidária, em 3 de setembro de 2003, no auditório da sede central do SESC São Paulo.

A escolha desta entidade teve como motivação inicial a busca de apoio para sensibilizar o comércio para a causa dos catadores, que neste momento enfrentavam uma falta significativa de materiais. A escassez de material foi agravada pela implantação da Taxa Domiciliar de Resíduos Sólidos, uma vez que os condomínios residenciais, uma das fontes importantes de recicláveis no abastecimento das organizações de catadores, começaram a vender seus materiais para empresas privadas a fim de reduzir o custo do novo imposto. Outra razão aparente para tal redução de recicláveis parecia ser o envolvimento de novos atores na atividade de catagem, associada ao aprofundamento da dificuldade de obtenção de um trabalho no sistema formal ou informal.

O governo também havia sido envolvido neste ato de publicização da Plataforma. Na visão dos fóruns a parceria com a Fecomércio representava uma demonstração de capacidade de articulação com um ator social de peso, com fortes possibilidades de mobilizar grandes e médios geradores do comércio para a doação dos seus materiais. Outro fato considerado relevante neste ato público foi o lançamento da campanha "Ação Recicla Comércio", criada por iniciativa da Federação do Comércio. No folheto da campanha havia menção à participação dos fóruns e a valorização do trabalho dos catadores.

Não obstante a iniciativa ter sido dos fóruns, o governo valeu-se deste espaço para anunciar a introdução de novos circuitos da coleta seletiva porta a porta sem uma prévia campanha de sensibilização da população a ser abrangida e, além disso, utilizando equipamentos questionáveis, ou seja, caminhões compactadores que, ao prensarem os recicláveis, terminavam por dificultar o trabalho de triagem e classificação dos mesmos e diminuindo seu valor de venda. Mais uma vez, viveu-se a colisão de visões num contexto em que os

fóruns apostavam na construção compartilhada e, no caso, justamente no lançamento de um documento que deveria servir de instrumento de comunicação, de informação e formação da população. Os fóruns consideraram-se mais uma vez atropelados no processo. Durante o debate, diversos catadores e entidades ligadas aos fóruns protestaram contra esta postura da Prefeitura. O evento foi divulgado na rádio CBN e em meios de comunicação. Apesar destas dificuldades, a Plataforma de Educação Socioambiental do Programa Coleta Seletiva Solidária foi ampliada e divulgada tornando-se uma referência para muitos setores e atores interessados no assunto.

As negociações e dificuldades para a implementação da gestão compartilhada e integrada de resíduos urbanos

Pressionada pelos fatos e pela mídia que começava a dar visibilidade para as intervenções dos fóruns, a Prefeitura realizou, em 18 de maio de 2001, o "I Seminário de Limpeza Urbana da Cidade de São Paulo". No espaço reservado para exposições, o Fórum Lixo e Cidadania expôs a Plataforma Lixo e Cidadania para a Cidade de São Paulo e o Termo de Intenção assinado pela prefeita Marta Suplicy em ato de campanha, no mesmo *stand* em que o Comitê Metropolitano de Catadores expôs uma representação do carrinho do catador, feita pela artista plástica Mara Amaral.

O Fórum Lixo e Cidadania também foi convidado para apresentar sua missão no painel "Limpeza Urbana da Cidade de São Paulo – definindo um futuro ambientalmente sustentável", momento em que foram apresentadas suas propostas de modelo de coleta seletiva. Chamou atenção, nesta mesa, a explícita divisão interna da Prefeitura quanto à definição de modelo de coleta seletiva a ser adotado, quando uma representante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) polemizou com a representante da Secretaria de Serviços e Obras (SSO) após esta última apresentar o modelo de coleta seletiva em negociação com os fóruns. Nele estava definido que o funcionamento do sistema, triagem e comercialização dos recicláveis seria implantado com a participação das organizações dos catadores e naquele momento a SVMA questionava sua viabilidade uma vez operado em parceria com as organizações de catadores.

Assim, apesar de haver indícios de abertura de alguns órgãos da Prefeitura no sentido de incorporar o modelo de coleta seletiva que estava sendo proposto, o ritmo das negociações era lento, do ponto de vista dos fóruns e das organizações dos catadores. Foram feitas reuniões com os secretários da SSO, da SVMA e com o Coordenador da Secretaria de Desenvolvimento Social (em 2003 convertida em Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo), num esforço de convencimento da viabilidade do modelo que estava sendo proposto. Ressalva-se, também, a pressão feita pelos

fóruns junto à Câmara de Vereadores para o aumento da dotação orçamentária da PMSP prevista para a coleta seletiva na Lei Orçamentária Anual de 2002, inicialmente no valor de 1,6 milhão, para 7 milhões de reais. Todos estes acontecimentos eram noticiados pela mídia, o que contribuía para a visibilidade das propostas do Fórum Lixo e Cidadania e da categoria dos catadores.

Apesar dessas tentativas de diálogo com os órgãos públicos municipais e da pressão na Câmara, a dificuldade de implementar uma nova concepção de gestão de resíduos pela Prefeitura era nítida nos primeiros seis meses de governo – período de vigência da Secretaria de Infra-Estrutura Urbana (após julho de 2001 foi reinstituída a Secretaria de Serviços e Obras).

A questão permanentemente colocada pelo governo era a dificuldade de estabelecer uma relação legal com as associações e cooperativas de catadores. À pergunta sobre como construir legalmente a inserção dos catadores, os fóruns responderam com o argumento trazido pelo Vereador Adriano Diogo, de que a construção jurídica deve atender às decisões políticas, ou seja, se a Prefeitura decidisse que a forma de executar a coleta seletiva deveria incluir os catadores, poderia ser criada uma modalidade jurídica para dar sustentação legal para esta escolha. O Instituto Pólis também se mobilizou para trazer argumentos nesse sentido, o que ficou claro na fala da autora desta revista: “a Prefeitura poderá deixar de ter despesas com a destinação convencional, ou seja, aterramento de resíduos sólidos ao investir na coleta dos materiais recicláveis com a participação dos catadores, pois estes, ao entrarem no ciclo econômico do reaproveitamento, tornam-se matéria-prima. Mas o governo precisa entender que, no primeiro momento, terá que investir na estruturação do modelo de coleta seletiva proposto pelos fóruns”.

Na busca por aprofundar o argumento quanto à viabilidade de um sistema de recuperação de resíduos de caráter híbrido – operado pelo poder público por meio da contratação de empresas para a coleta convencional e, em parte, por cooperativas de catadores para a coleta seletiva através de suas organizações devidamente equipadas e estruturadas – os integrantes do Fórum decidiram realizar a oficina “Cooperativismo, Auto-gestão e Economia Solidária”. Em 20 de julho de 2001 participaram do evento como expositores o professor Paul Singer representando a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), Egeu Esteves, representando a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única de Trabalhadores (CUT), e Paulo de Tarso Fragetto, como representante da Verso Cooperativa de Psicologia. Ao todo 63 pessoas, num total de 42 instituições, participaram deste momento estratégico da reflexão propositiva de um novo modelo de gestão de resíduos para a cidade de São Paulo (o evento realizou-se no Instituto Pólis).

O esforço permanente dos integrantes dos fóruns era aportar conteúdos que pudessem esclarecer o poder público sobre a importância da construção de uma política pública de caráter redistributivo, visto que investir na integração dos catadores, enquanto profissionais do sistema de limpeza urbana,

traria condições dignas de trabalho, aumento na renda dos mesmos e sustentabilidade na gestão dos resíduos sólidos na cidade. Isso implicava por outro lado redirecionar recursos públicos do sistema convencional de destinação, dos aterros sanitários para o ciclo da coleta seletiva, triagem e reciclagem dos resíduos secos com inclusão social.

Após a extinção da Secretaria de Infra-estrutura, separada em duas - Secretaria de Vias Públicas e Secretaria de Serviços e Obras (SSO) - e a troca do Secretário Rasmussen por Jorge Hereda, houve uma sensível mudança na forma de encaminhar o processo de diálogo como os fóruns e os catadores. Inês Bertão passou à coordenação do programa de coleta seletiva e as negociações com o governo assumiram outro formato, mais favorável à sociedade organizada. Foram então realizadas inúmeras reuniões com os fóruns e visitas técnicas às associações e cooperativas dos catadores.

4 A partir deste momento, fóruns e governo passaram a se referir ao Grupo de Trabalho Intersecretarial e à Comissão de Gestão Compartilhada, dado o caráter de trabalho conjunto entre governo e fóruns.

Em agosto deste mesmo ano, o "Modelo de Gestão Socioambiental Compartilhada de Resíduos Sólidos para São Paulo" foi apresentado ao Grupo de Trabalho Intersecretarial⁴, criado para a estruturação do programa de coleta seletiva, já então coordenado pelo Secretário de Serviços e Obras, Jorge Hereda. Defendia-se que cada secretaria teria um papel a cumprir e que ações integradas poderiam representar um salto qualitativo em todas as áreas envolvidas tanto na questão dos catadores quanto na gestão dos resíduos de maneira geral. Com esta intenção, foi realizada em 26 de outubro de 2001 a oficina "Gestão socioambiental compartilhada de resíduos sólidos urbanos", em que representantes dos fóruns e do Grupo de Trabalho Intersecretarial propuseram a identificação de ações em cada setor do governo para que cada secretaria pudesse atuar posteriormente com clareza de suas atribuições. A dificuldade do governo de mudar a engrenagem que movia os interesses relacionados a este setor (especialmente no que se refere à relação com as empresas privadas prestadoras de serviços de limpeza pública), contudo, era maior do que a vontade política de alguns técnicos que compreendiam e apostavam nas propostas de compartilhamento da gestão e na integração dos catadores.

Apesar do início do processo de discussão do modelo de coleta seletiva de São Paulo ter como foco o compromisso do governo em formular uma política pública, havia também a clareza (por parte dos fóruns) da responsabilidade das empresas geradoras de resíduos sólidos. Considerava-se que as empresas não estavam assumindo sua responsabilidade em relação aos resíduos gerados, mas, na sua grande maioria, os convertendo em passivo ambiental. Na falta de um marco legal regulatório em nível nacional que reconhecesse a contribuição dos catadores ao assumirem essa responsabilidade, apontava-se o apoio às organizações de catadores para o aumento da vida útil dos aterros sanitários uma vez que essas ajudam a desviar os materiais recicláveis destes locais⁵. Cabe salientar que até este momento ainda não foi aprovada a Política Nacional de Resíduos Sólidos e, portanto, o estabelecimento das responsabilidades das empresas na geração, tratamento e destinação dos resíduos. As empresas apon-

5 Estima-se que os catadores sejam responsáveis por 90% do material que alimenta a indústria.

tadas como especialmente problemáticas eram as produtoras de embalagens cartonadas (denominadas de *longa vida*) e de vidro. As empresas de cartonados são problemáticas por gerar um resíduo parcialmente reciclável e com extrema dificuldade de ser comercializado, seja pelo baixo valor pago pela única empresa recicladora do mesmo, seja pela dificuldade de armazenamento. Já as indústrias do vidro trazem problemas em função da dificuldade de transporte do material até as indústrias e também pelo preço pago considerado inadequado, uma vez que é definido pelo valor da matéria-prima. Para o vidro, a proposta dos fóruns era a de que a Associação Brasileira das Indústrias do Vidro (ABIVIDRO) tratasse as setenta organizações existentes como Postos de Entrega Voluntária (PEVs) e buscasse o material nestes locais. E, para a indústria produtora das embalagens cartonadas, a proposta dos fóruns era a de que fosse colocado no rótulo dos produtos um aviso de que o material deveria ser lavado e entregue na associação ou cooperativa mais próxima. Como se sabe, o resto de leite nas embalagens produz odores, além de ser um vetor de disseminação de doenças, atraindo ratos e baratas. E havia a proposta de que a empresa de cartonados dinamizasse o setor para que os recicláveis tivessem escoamento no mercado comprador. Foram agendadas reuniões com estas empresas, mas apenas o setor do vidro estabeleceu uma parceria com os catadores, por meio da ABIVIDRO, garantindo a comercialização direta com a indústria, além de doação de materiais para algumas cooperativas e equipamento de proteção. A Associação também realizou cursos de capacitação na área.

Por fim, em 10 de dezembro de 2001, ainda no esforço de propor e pressionar a Prefeitura para a implantação da coleta seletiva em moldes cooperativistas, os catadores organizados realizaram o "Ato de Preservação à Vida", que consistiu numa marcha que percorreu as avenidas centrais de São Paulo no Dia Internacional dos Direitos Humanos. Na praça da Sé foi feito um ato público, em que diversos atores sociais defenderam os direitos dos catadores enquanto profissionais da coleta seletiva e agentes de preservação ambiental. O Fórum Lixo e Cidadania foi convidado a expressar suas posições nesta oportunidade.

Participação do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo no debate público e na mídia em 2001

O reconhecimento do papel do Fórum Lixo e Cidadania foi sendo revelado e legitimado por meio dos diversos convites para que apresentasse sua visão e suas propostas. O Fórum participou de mesas de discussão em duas audiências públicas realizadas pelo Ministério Público do Trabalho de São Paulo, em que estiveram presentes cinquenta prefeituras do Estado; em evento da Coordenadoria da Fundação Orsa, em Carapicuíba; em encontro do Tribunal Regional Federal

com a presença de setenta funcionários; em reunião do Fórum dos Mutirões de São Paulo com a participação de cinquenta lideranças sociais; em debate com diretoras do Sindicato dos Especialistas do Ensino Municipal de São Paulo; em exposição para setenta lideranças comunitárias e vereadores na Câmara Municipal de São Paulo; na "Oficina nacional de trabalho sobre lixo domiciliar: uma abordagem ambiental, ocupacional e social", promovida pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro); no ciclo de palestras organizado pelo Diário do Grande ABC no centro universitário do Município de São Caetano; no "Curso Atualização do Novo Cenário Político e Social da Cidade de São Paulo em Ações Organizadas", entre outras.

No ano de 2001, os meios de comunicação deram um destaque ímpar para a questão dos resíduos⁶ certamente devido ao fato inédito da sociedade ter se organizado em fóruns para reivindicar a implementação de uma política pública voltada para a recuperação de resíduos e a integração concomitante dos catadores organizados em associações e cooperativas. Dentre essas iniciativas, cabe destacar o debate promovido pela rádio CBN no programa "Mais São Paulo", em 16 de outubro, no Pátio do Colégio, em que participaram o Instituto Pólis, representando o Fórum Lixo e Cidadania, o secretário da SSO e o presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública Resíduos Especiais (ABRELPE).

⁶ Um *clipping* das matérias está disponível para consulta no Instituto Pólis.

A organização do Movimento de Catadores de Materiais Reaproveitáveis no Estado de São Paulo

Ainda no ano de 2001, um outro acontecimento revelava o avanço do processo de afirmação de uma nova concepção de gestão de resíduos com a integração dos catadores. Organizou-se o "I Encontro Estadual dos Catadores de Materiais Reaproveitáveis" durante três dias no mês de abril, que contou com apoio do UNICEF, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), Secretaria do Emprego e do Trabalho do Estado (SERT) e da Organização de Auxílio Fraternal (OAF). O Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, por meio do Instituto Pólis, contribuiu tanto no estabelecimento do contato junto à SERT, quanto na elaboração inicial da estrutura do encontro. Trezentas pessoas participaram, representando setenta experiências de cooperativas e associações de catadores de quarenta municípios do Estado. Como resultado do evento, foi definida uma pauta para o trabalho de organização interna dos catadores e para a realização de um Congresso Nacional dos Catadores em Brasília. A pauta interna contemplava a capacitação dos catadores para o cooperativismo e a educação ambiental e básica, construção de canais de comunicação com a comunidade, prefeituras, empresas e outras entidades com vistas ao estabelecimento de parcerias. Já neste momento abriu-se a discussão para a formação de uma

rede solidária. Outras pautas de reivindicações a serem levadas para Brasília envolviam a legalização da profissão de catador de materiais recicláveis, a garantia da participação das cooperativas e associações nos programas municipais de coleta seletiva, os incentivos à indústria da reciclagem, a revisão da lei do cooperativismo e a criação de linhas de financiamento para cooperativas e associações da categoria.

Além deste encontro, os catadores realizaram outros eventos regionais em Araçatuba, Santos e Mont Mor, que resultaram na construção dos princípios do movimento e das bandeiras de luta levadas para o Congresso Nacional, realizado em Brasília, em 2001, que deu origem ao Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis. (Ver Introdução, p.11).

O Fórum da capital e as estratégias do Fórum Lixo e Cidadania do Estado de São Paulo

Inspirada na criação Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, a Associação Brasileira de Engenharia Ambiental (ABES) co-promoveu com o UNICEF, o Instituto Pólis e a Frente Parlamentar Lixo e Cidadania o encontro "Lixo e Cidadania: construindo compromissos para a gestão compartilhada do lixo do Estado de São Paulo", nos dias 28 e 29 de novembro de 2001, momento em que foi criado o Fórum Lixo e Cidadania do Estado de São Paulo e a Plataforma Lixo e Cidadania para o Estado de São Paulo. Esta ocasião criou a oportunidade para a formulação de propostas para a erradicação do trabalho de crianças e adolescentes no lixo e para a mudança do padrão de gestão de resíduos no Estado. Para saber mais sobre o encontro consulte o site www.abes-sp.org.br.

Capítulo II

A criação do Programa Coleta Seletiva Solidária e outras ações do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo

O Decreto nº 42.290 de 15 de agosto de 2002 que institui o Programa Socioambiental Cooperativa de Catadores de Material Reciclável

Em 2002, durante as negociações para implantação do sistema compartilhado de coleta seletiva com a participação das iniciativas de catadores existentes, foram criados três grupos de trabalho (como já dito no Capítulo I), item 1.4 objetivando: (a) a elaboração da concepção política do modelo da coleta seletiva, (b) a estruturação da logística e (c) a construção de estratégias de capacitação e educação ambiental. Previu-se como resultado destas discussões a formulação de um documento com as diretrizes do Programa Coleta Seletiva Solidária – denominação criada conjuntamente pelos fóruns e governo. O documento foi elaborado, mas terminou por não ser publicado, ainda que tenha sido usado parcialmente pela SSO como referência na implantação do sistema de coleta seletiva e triagem de materiais recicláveis.

O Decreto nº 42.290 de 15 de agosto de 2002, que institui o Programa Socioambiental Cooperativa de Catadores de Material Reciclável, foi recebido pelo movimento social de catadores e fóruns como uma importante sinalização de que a Prefeitura de São Paulo reconhecia o valor das iniciativas que a sociedade vinha desenvolvendo. Entre as justificativas do Decreto para a inclusão dos catadores, vale destacar as seguintes passagens: "atualmente grande parte do lixo gerado na cidade de São Paulo é constituído de material passível de reciclagem. (...) a importância de formalizar a atuação, hoje, informal, dos catadores de resíduos recicláveis no programa de coleta seletiva do Município" e "(...) ser relevante a geração de renda para essa parcela excluída da população, garantindo-lhe meios de ser cidadã (...) a necessidade de que a atividade de catação seja menos insalubre e danosa à saúde dos catadores". O artigo 3º, em seus três primeiros incisos, apontava claramente a definição do governo quanto às diretrizes do Programa no sentido da integração dos cata-

dores na operação do sistema: "apoio à formação de cooperativas de trabalho e implementação progressiva de coleta seletiva de lixo, triagem e reciclagem do material coletado em unidades regionais, a serem operadas pelas próprias cooperativas de trabalho".

Um ponto que merece especial atenção neste Decreto refere-se ao parágrafo único do artigo 5º no qual: "entende-se por cooperativa o grupo de catadores de material reciclável legalmente constituído, que gerenciará a unidade regional encarregada de coletar, triar, armazenar e comercializar os resíduos sólidos recicláveis". Estas deliberações do Decreto revelaram o que, na época, entendeu-se por disposição efetiva de implantar as propostas da Plataforma, ou seja, honrar o compromisso assumido pela prefeita de implementar um novo sistema de gestão dos resíduos secos com a participação dos catadores.

Os argumentos também demonstraram valorizar a dimensão ambiental, como mostra o trecho: "a importância da segregação do lixo para proteger o meio ambiente e combater a poluição" e ainda "que a coleta seletiva propicia o efetivo reaproveitamento do lixo pela indústria e, em consequência, aumento de vida útil dos aterros sanitários".

Outro aspecto do Decreto na época muito valorizado pelos fóruns e pela organização dos catadores foi o texto relativo ao compartilhamento da gestão, exposto nos artigos 5º e 6º: "O programa será gerido, de forma compartilhada, por representantes do Executivo, das cooperativas de trabalho, de entidades sindicais e da sociedade" (5º). E no artigo 6º constava: "O programa contará com uma comissão de apoio, que terá por atribuição o contínuo acompanhamento, a avaliação e a formulação de sugestões para seu aperfeiçoamento e será constituída pelos seguintes órgãos: I – administração direta municipal: a) Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS, b) Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMMA, c) Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade – SDTS, d) Secretaria Municipal de Educação – SME, f) Secretaria Municipal de Saúde – SMS, e) Secretaria de Implementação das Subprefeituras – SIS, II – Sociedade Civil: a) Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, b) Fórum Recicla São Paulo, c) Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste, d) Comitê Metropolitano de Catadores e demais entidades que desenvolvam trabalhos afins no âmbito do Município de São Paulo, III – entidades sindicais e IV – Instituições de ensino e pesquisa".

Não obstante esta deliberação formal, é preciso considerar que o Decreto não é lei, é uma decisão administrativa do poder Executivo e pode ser revogado. Neste sentido, teria sido fundamental a criação de uma lei que instituísse a Política Municipal de Resíduos Sólidos, ou seja, um instrumento de política pública que se consolidasse enquanto um marco legal e regulatório do sistema de gestão de resíduos como um todo.

O processo de aprovação da Lei nº 13.478/02 e os embates da sociedade

Ao invés de seguir a lógica de criar a Política Municipal de Resíduos Sólidos para depois instituir uma lei que a regulamentasse, o caminho tomado pelo governo foi oposto. No segundo semestre de 2002, os fóruns e os catadores organizados viram-se pegos de surpresa ao saber que estava em processo acelerado a elaboração do Projeto de Lei nº 685/02, cujo objetivo era instituir mudanças estruturais no sistema de funcionamento dos serviços de limpeza urbana na cidade de São Paulo. A proposta do governo previa, entre outras mudanças, a introdução de um novo regime de contratação das empresas prestadoras de serviços neste setor. Representantes dos fóruns foram chamados pelo diretor da LIMPURB na época, Fabio Pierdomenico, para uma reunião em meados de outubro em que este expôs em linhas gerais os objetivos da lei que estava sendo proposta. A conversa foi insuficiente para esclarecer as dúvidas dos representantes das quatro redes – Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, Comitê Metropolitano de Catadores, Fórum Recicla São Paulo e Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste. Para agravar a situação, foi realizada uma audiência na Câmara de Vereadores para apresentação do Projeto de Lei nº 685/02, em que, no entanto, não foi concedida a palavra para os participantes da sociedade civil organizada. A segunda audiência foi realizada em 27 de dezembro, uma data em que grande parte das pessoas estavam fora da cidade por ser período de festas de final de ano. Antes disto, ainda houve duas tentativas de convencer vereadores a não aprovarem este anteprojeto. Uma das tentativas foi no dia 20 de dezembro, quando representantes do Fórum Nacional de Reforma Urbana e da equipe do Instituto Pólis, sensibilizados com o apelo dos fóruns para que tentassem intervir junto aos vereadores, conseguiram articular uma reunião com alguns parlamentares da bancada do PT (que era maioria na câmara) como Nabil Bonduki, Adriano Diogo, Carlos Neder, Beto Custódio, Flavia Pereira. Outra tentativa foi feita por meio de um documento elaborado por Nelson Saule Júnior, jurista do Instituto Pólis, por solicitação dos fóruns, enviado em 23 de dezembro de 2002 ao conjunto de vereadores da Câmara Municipal de São Paulo. Este documento questionava o Projeto de Lei nº 685/02 quanto às desigualdades que aconteceriam instituindo-se o regime de concessão para empresas privadas prestarem serviços por vinte anos simultaneamente ao regime de permissão para as cooperativas e associações de catadores, visto que na exposição de motivos o Executivo ressaltava a importância do “fomento das políticas públicas” e de “programas de interesse social”, bem como a necessidade de se implementar um programa regular de coleta seletiva. Então, por que a ausência de efetivo incentivo aos serviços prestados por estas cooperativas? Interpelava-se também o poder público quanto à necessidade de criação de um Conselho Gestor do Fundo

Municipal de Limpeza Urbana com a participação efetiva e o controle da sociedade. No Projeto de Lei estava prevista apenas a criação de um conselho consultivo, cujos conselheiros seriam indicados pelo Secretário de Serviços e Obras. Por fim, questionava-se que, em sendo a Prefeitura *usuária única dos serviços*, o risco da inadimplência seria assumido pelos cofres públicos, o que contrariava a Constituição Federal de 1998 (Lei nº 8666/93), visto que, segundo o Projeto de Lei nº 685/02, a "conta e risco" da prestação do serviço seria somente da Prefeitura e não do concessionário.

Os esforços para impedir a aprovação do referido documento não foram bem sucedidos. A Lei nº 13.478/02 foi aprovada na madrugada do dia 30 de dezembro de 2002. Neste dia abriu-se um novo capítulo na gestão dos serviços de limpeza urbana, complexo, polêmico, de alto risco para a cidade, cujas implicações se fazem sentir até os dias de hoje.

O que mudava fundamentalmente? Os serviços deixariam de ser contratados por períodos de quatro anos e poderiam ser concedidos para exploração de empresas sob forma de concessão por até vinte anos e prorrogável por igual período. Questionou-se, na época, se seria possível prever que escala e que tipo de resíduos seriam produzidos em vinte ou quarenta anos. A expectativa dos fóruns era (e continua sendo) de crescimento da consciência pela sociedade da necessidade de redução do excesso de embalagens produzidas, que em curto prazo tornam-se resíduos e geram impacto ambiental sempre, mesmo quando recicladas (todo o processo produtivo consome matérias-primas virgens, água e energia, além de gerar resíduos). Outra norma instituída por esta lei foi a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD) a ser paga pela população pela quantidade de resíduos gerada (estimada pelo governo), mas a lei autorizava as empresas concessionárias a cobrarem uma tarifa pré-definida não proporcional ao pagamento por parte dos contribuintes. Ou seja, caso houvesse inadimplência por parte dos cidadãos, a taxa paga pelas empresas se manteria igual, o que poderia acarretar endividamento por parte da prefeitura. Outra preocupação por parte dos fóruns era a de que as empresas alegassem necessidade de supostos investimentos para a *modernização do sistema de destinação* e acabasse havendo o repasse dos custos para a sociedade através da elevação da taxa, o que veio a ocorrer no início de 2004, quando ainda cobrava-se pelos serviços, em 2005 o então prefeito Serra teria suspenso este sistema de cobrança. A leitura do Fórum Lixo e Cidadania foi de que estava sendo privatizada a execução dos serviços e as cobranças das taxas reverteriam basicamente para pagamento das concessionárias e não para estruturar um amplo sistema de recuperação de resíduos sólidos com inclusão dos catadores. A expectativa era de que os recursos da taxa subsidiassem a estruturação das cooperativas de catadores (galpões de triagem, compra de equipamentos e capacitação) e também viabilizassem a implementação de campanhas de educação e sensibilização da população para separar e doar seus recicláveis.

Como ficaria a relação com as associações e cooperativas de catadores, neste novo sistema? Há um artigo nesta lei que estabelece que as cooperativas de catadores receberiam *permissão* para operar a triagem, mas não define as garantias dadas aos catadores para não perderem a permissão, visto que a lei estabelecia direito de revogar a permissão "em razões de conveniência e oportunidade relevantes (...) e poderá ser feita a qualquer momento sem que isso importe qualquer direito à indenização", e mais, essa lei também estabelecia que, caso revogada a permissão, os interessados (catadores) deveriam "devolver o bem recebido (...) sem nenhum direito à retenção, no prazo de 30 (trinta) dias".

Diante do avanço do processo de implantação do regime de concessão no setor de serviços de limpeza urbana e especialmente frente ao tratamento dado à sociedade em audiência pública para instaurar procedimentos licitatórios, no dia 14 de abril de 2003, o Fórum Lixo e Cidadania tomou a iniciativa de novamente solicitar o apoio de Nelson Saule Junior para acionar o Ministério Público diante dos riscos que se percebia para os catadores e também para o conjunto da sociedade. Desta forma, agendou-se uma audiência com o promotor de Justiça do Meio Ambiente, Daniel Fink, realizada em 6 de julho de 2003. O Instituto Pólis redigiu uma nota técnica apresentada pela coordenação do Fórum Lixo e Cidadania ao Ministério Público. Fundamentalmente, o movimento social propôs a anulação da audiência pública mencionada acima, visto que a sociedade que se fez representar nesta oportunidade não se sentia suficientemente esclarecida quanto aos procedimentos licitatórios que envolveriam o funcionamento das centrais de triagem que estavam começando a operar por meio da participação das organizações de catadores. Ainda que não se tenha tido os resultados esperados em relação à atuação do Ministério Público, este questionou etapas do processo licitatório, fato importante naquele contexto. Contudo, até hoje, continua vigente o sistema de prestação de serviços sobre forma de concessão. E nos termos legais da Lei nº 13.478/02 as associações e cooperativas tornavam-se permissionárias no sistema, o que as colocou em situação de insegurança e instabilidade na relação com o poder público (o que se perpetua até hoje).

Por uma Política Municipal de Resíduos Sólidos

Paralelamente à implantação do Programa Coleta Seletiva Solidária e à instituição do Decreto nº 42.290, desenvolveu-se o processo de discussão de Política Municipal de Resíduos Sólidos.

No início de 2002, após a realização de 22 reuniões, o Grupo de Trabalho Intersecretarial, constituído pela Portaria 209 de 30 de agosto de 2001, encerrou sua primeira fase de trabalho, concluindo a minuta de proposta da Política Municipal de Resíduos Sólidos.

Sendo assim, a SSO apresentou uma pré-proposta de projeto de lei da Política Municipal de Resíduos Sólidos dando início aos debates sobre o tema junto aos fóruns. O aspecto positivo do projeto de lei proposto foi a incorporação dos conceitos-chave Lixo e Cidadania e das propostas do movimento dos catadores. A criação de conselho municipal, um ponto que vinha sendo defendido pelos fóruns desde 2001 e que constava na referida pré-proposta de lei, deve ser destacada. Porém a proposta da sociedade organizada era de que este conselho tivesse caráter deliberativo e na do governo este teria caráter apenas consultivo. Outro destaque a ser feito relaciona-se ao capítulo "minimização", em que se atribuía ao poder público o desenvolvimento de "diretrizes e programas de educação ambiental com ênfase nas questões da não geração, do não desperdício, da reutilização, da reciclagem dos resíduos. Mais avançado ainda era o aspecto que apontava: "o poder público municipal poderá oferecer vantagens fiscais e criará dispositivos que incentivem a fabricação e a comercialização de produtos em embalagens retornáveis ou biodegradáveis". E ainda "promover ações no sentido de incentivar a reutilização de embalagens e materiais". Por fim, um último destaque é "o reconhecimento (pelo poder público) das categorias (organizações e cooperativas de catadores) que exerçam atividades ligadas à reciclagem ou outras formas de minimização e... que deverá buscar a regularização" das mesmas. Estas formulações superaram as de mesmo caráter formuladas no Anteprojeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Já a discussão sobre a elaboração de um Plano Diretor de Resíduos também avançou para além da realização do "I Encontro Internacional de Gerenciamento Sustentável de Resíduos Sólidos" pela Prefeitura Municipal de São Paulo (6 e 7 de novembro de 2002). Segundo a LIMPURB-SSO, órgão promotor do evento, o encontro tinha como objetivo específico "buscar subsídios junto a outros países do mundo para formar um Plano Diretor de Resíduos Sólidos para a Cidade de São Paulo". Chamou atenção, na época, a quantidade de experiências européias apresentadas que utilizavam a incineração como principal modalidade de destinação de seus resíduos, sendo a coleta seletiva e reciclagem programas bastante periféricos à gestão. Cabe ressaltar que o Plano Diretor de Resíduos é um desdobramento do Plano Diretor da cidade, e este, por sua vez, apresentou apenas uma diretriz genérica sobre resíduos.

O Plano Diretor de Resíduos Sólidos foi um processo que se desenvolveu de forma a não permitir um debate mais aprofundado com a participação da sociedade organizada. Contudo, o artigo 72, inciso IX, da Lei nº 13.430/02, que instituiu o Plano Diretor de São Paulo, apontava como uma das "ações estratégicas para a política dos resíduos sólidos (...) implantar e estimular programas de coleta seletiva e reciclagem, preferencialmente em parceria, com grupos de catadores organizados em cooperativas, com associações de bairros, condomínios, organizações não governamentais e escolas". Esta diretriz pode ser considerada um avanço, mas não é suficiente para fazer frente às determi-

nações da Lei nº 13.478/02, pois a mesma instituiu uma outra lógica de gestão de resíduos na cidade, em que se deu maior proteção aos serviços prestados sob regime de concessão, bem como maior número de garantias. A permissão para atuação das cooperativas de catadores podia ser revogada em trinta dias, como já mencionado anteriormente.

O mais surpreendente para os integrantes dos fóruns foi o fato de a Prefeitura elaborar e aprovar em tempo recorde (de 6 a 9 meses, já que foi aprovado em 30 de dezembro de 2002) um projeto de lei que instituiu mudanças estruturais no sistema de limpeza urbana da cidade, sem promover um processo verdadeiramente participativo, ou sequer debater a proposta com o movimento organizado. Apesar do empenho da coordenação do programa Coleta Seletiva Solidária, o Anteprojeto da Política Municipal de Resíduos Sólidos não foi encaminhado à Câmara de Vereadores para ser votado. Este ponto merece um maior aprofundamento em outra oportunidade, mas de qualquer forma, o que se pode perceber é que, na época, havia concepções diferentes em disputa e interesses econômicos em jogo. Esse fato fez com que a lei aprovada (nº 13.478), que regulamenta a gestão de resíduos da cidade, fosse criada sem que se instituisse outros dois instrumentos fundamentais para a estruturação de uma política pública neste setor, e que deveriam, na verdade, preceder a instituição da mesma. São eles a Política Municipal de Resíduos Sólidos e o Plano Diretor de Resíduos Sólidos. O contexto em que isso ocorre será retomado mais adiante.

A iniciativa da Secretaria da Saúde de responsabilizar o comércio pelos resíduos recicláveis gerados

Paralelamente à implantação do Programa Coleta Seletiva Solidária, em 2 de janeiro de 2002, o então Secretário de Saúde, Eduardo Jorge, instituiu a Lei nº 13.264/02, decretada pela Câmara de Vereadores e promulgada pelo vice-prefeito em exercício Hélio Bicudo, que "dispõe sobre a instituição do programa Municipal de Combate e Prevenção à Dengue". No artigo 9º, a Lei estipulava que "os estabelecimentos que comercializarem produtos armazenados em embalagens descartáveis ficam obrigados a instalar, nos próprios estabelecimentos, em local de fácil visualização e adequadamente sinalizado, containers para recebimento das embalagens". E ainda no caput 1º deste artigo: "as embalagens descartáveis armazenadas deverão ser encaminhadas, pelos estabelecimentos comerciais, a entidades públicas ou privadas, cooperativas e associações que recolham materiais recicláveis".

Diante deste fato e do prazo de seis meses dado pela lei para a implantação do sistema de recebimento de recicláveis pelo comércio, a coordenação do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, reunida em 6 de agosto de

2002, encaminhou proposta de participar das negociações, defendendo que deveria ser desenhada uma estratégia de implantação deste sistema convergente com o Programa Coleta Seletiva Solidária que já vinha sendo estruturado com a colaboração dos fóruns e do Comitê Metropolitano de Catadores. A preocupação dos movimentos organizados era que a coleta seletiva fosse implantada nos estabelecimentos comerciais e, ao ganhar adesão da população e efetividade por parte do comércio, se refletisse em uma diminuição significativa de materiais para as cooperativas e também para os catadores avulsos, porque o comércio poderia optar por vender os recicláveis, devido à desarticulação interna no governo ao implementar dois sistemas de coleta seletiva não integrados. Além disso, este "duplo" sistema poderia enfraquecer a negociação com os fóruns na perspectiva da implantação de um sistema público de recuperação de resíduos socialmente inclusivo.

O Fórum Lixo e Cidadania agendou uma reunião com o Secretário de Saúde, para discutir uma forma de implementação que não colidisse com o Programa Coleta Seletiva Solidária. Propôs que se implantasse o sistema da SS de forma gradativa e com a integração das cooperativas que tivessem condições de receber uma quantidade significativa de recicláveis. Mas a decisão do secretário de implantar o sistema de uma só vez, tal como vinha sendo discutida com a Associação Paulista de Supermercados (APAS), revelou-se irreversível.

Desta forma, restou negociar junto com a APAS e o governo para tentar chegar a um acordo que viesse ao encontro do setor privado e que pudesse fortalecer as posições dos fóruns e a organização dos catadores. Foi realizada uma reunião na sede desta associação e pelo menos outras duas com os grupos de catadores organizados interessados em participar do processo. A proposta dos grupos endossada pelos fóruns foi a de implantar inicialmente o sistema por região, cabendo às cooperativas o gerenciamento dos Postos de Entrega Voluntária (PEVs) nos supermercados filiados à APAS. Restava identificar a distribuição geográfica das organizações de catadores e sua capacidade operacional, sendo a questão do transporte dos materiais a principal dificuldade para a operacionalização desta proposta – aliás, este é um desafio constante até hoje para os grupos organizados que não integraram o Programa Coleta Seletiva Solidária. Assim, a proposta seguinte dos grupos foi a de que os supermercados pagassem aos projetos pelo serviço prestado, argumentando que, se a rede de lojas dos supermercados contratasse empresas privadas, o custo seria muito mais alto. Outra proposta feita aos empresários foi a remuneração de um catador para que ficasse permanentemente no local de coleta da loja do supermercado, realizando a pré-seleção e a orientação ao público. Discutiu-se também a idéia de o Banco do Povo financiar a compra de equipamentos e caminhões para as cooperativas de catadores. Contudo, nas reuniões com a APAS ficou explícito que os supermercados queriam resolver a coleta seletiva dos recicláveis envolvendo as associações e cooperativas de catadores a custo zero. Os fóruns e grupos de catadores elaboraram um documento apontando a necessidade

de responsabilizar as associações representantes do diversos materiais recicláveis – Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (ABIVIDRO), Associação Brasileira da indústria do Pet (ABIPET), Programa de Valorização e Incentivo ao Consumo da Embalagem Metálica (PROLATA), Associação brasileira de celulose e papel (BRACELPA), Associação Brasileira do Alumínio (ABAL), entre outras. Em reunião dos fóruns decidiu-se também agendar uma audiência com a prefeita para apresentar as propostas elaboradas e buscar uma solução negociada em melhores condições para os catadores. Esta audiência acabou sendo solicitada em 27 de outubro, com uma pauta mais ampla, visto que o processo de implantação da coleta seletiva nos supermercados não avançou muito além da instalação de PEVs na rede de lojas Pão de Açúcar. Mais tarde, esta iniciativa da empresa passou a integrar o Programa Coleta Seletiva Solidária por meio do acordo com o poder público de que os resíduos das lojas desta empresa seriam destinados a uma das unidades de triagem disponibilizadas pela Prefeitura e os funcionários que cuidavam desta área no supermercado passariam a atuar nesta instalação, formando uma cooperativa, a exemplo do que estava sendo encaminhado junto aos núcleos de catadores.

O Fórum Lixo e Cidadania na Conferência Municipal, Estadual e Nacional das Cidades

Em 27 de junho de 2003, a Prefeitura de São Paulo convocou por decreto a realização da II Conferência Municipal da Cidade de São Paulo, que veio a acontecer no dia 30 de agosto. Este evento fazia parte de um processo nacional, coordenado pelo Ministério das Cidades, que deveria permitir a discussão sobre o desenvolvimento urbano do país.

O Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo e o Comitê Metropolitano de Catadores foram convidados para integrar a comissão organizadora desta Conferência. Esta experiência permitiu a introdução do tema da inclusão sócioeconômica dos catadores na gestão dos resíduos e da socialização de um novo conceito de funcionamento dos serviços de coleta seletiva, triagem e comercialização de recicláveis. A presença dos catadores em várias reuniões preparatórias, enquanto protagonistas do sistema proposto, dava uma dimensão bastante concreta para as propostas. Além disso, do ponto de vista das plataformas já produzidas (Lixo e Cidadania para a Cidade de São Paulo e Educação Socioambiental do Programa Coleta Seletiva Solidária), esta era também uma oportunidade de divulgação e formação de outros atores na concepção de gestão socioambiental compartilhada.

Os diagnósticos do primeiro documento preparatório da Conferência Nacional revelavam o quanto ainda se estava distante de contemplar a questão dos catadores como um dos temas centrais da gestão dos resíduos. Em um documento informativo da I Conferência Nacional das Cidades, mencionou-se a existência de lixões, a falta de serviços de coleta regular de resíduos sólidos

para uma parcela significativa da população brasileira (16 milhões), a precariedade destes serviços nas favelas, áreas de ocupação e bairros populares. No entanto, não se tocava na questão dos catadores. A menção aos mesmos foi feita somente no Documento Base, elaborado pelo Ministério das Cidades.

Assim, a permanência do Fórum Lixo e Cidadania junto à comissão de organização da Conferência Municipal abriu a possibilidade desse interagir com atores plurais da sociedade civil, governo e setor empresarial na defesa da proposta de forma articulada com a plataforma dos direitos à cidade – moradia, saúde, transporte, educação, etc. Por fim, havia uma avaliação no Fórum Lixo e Cidadania de que estar neste espaço permitiria levar as propostas de integração dos catadores e da preservação ambiental em âmbito estadual e nacional, ampliando a repercussão das mesmas.

Com a participação de cerca de 4 mil pessoas, realizou-se a conferência municipal "Construindo uma Política Democrática e Integrada para a Cidade de São Paulo" no dia 30 de agosto de 2003. O Sindicato dos Bancários sediou os debates temáticos, após a abertura da mesma pela prefeita e outros representantes do governo municipal e federal.

Deste processo resultou a incorporação das propostas levadas para a Conferência Municipal no documento final e também a eleição de quatro delegados catadores e do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo para a Conferência Estadual das Cidades. Estes delegados participaram desta última Conferência e conseguiram garantir parcialmente a incorporação do conjunto das propostas encaminhadas naquela oportunidade.

O destaque na atuação do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo neste evento foi a defesa de posição contrária ao processo de privatização da gestão dos resíduos por meio da concessão. Vale destacar que no documento base elaborado pelo Ministério das Cidades, um dos objetivos (o de nº 21) era: "aumentar a eficiência dos serviços de limpeza pública (coleta, disposição final e tratamento), promovendo a modernização e a organização sustentável dos serviços, estimulando a coleta seletiva e a inserção dos catadores". Na leitura do Fórum Lixo e Cidadania, no conceito de "modernização" estava inserido outro, o de privatização. Como já abordado anteriormente, a Prefeitura de São Paulo estava em pleno processo de implantação deste regime de contratação na cidade. Havia também a compreensão de que a cidade de São Paulo era (e continua sendo) uma vitrine para o país e, portanto, era preciso combater este tipo de proposta para que não se propagasse como alternativa sustentável. Na plenária de defesa das propostas do Fórum Lixo e Cidadania e do movimento de catadores, um número expressivo de pessoas manifestou-se simpático às posições apresentadas. Novamente os catadores elegeram delegados para a Conferência Nacional das Cidades, mas apesar da boa cotação do Fórum Lixo e Cidadania para ser eleito como delegado, sua representação acabou se fazendo por meio de indicação feita pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana (todos os fóruns de atuação nacional tinham um certo número de delegados para indicar). O Fórum

Lixo e Cidadania do Estado de São Paulo, por sua vez, elegeu um delegado para a Conferência Nacional das Cidades.

No contexto da organização da Conferência Estadual a articulação Estadual pelo Direito à Cidade, criada em 2003, ganhou muita força e capacidade organizativa e representativa. Esta rede articulou atores plurais da sociedade civil paulista com a finalidade de levar as propostas pela reforma urbana e o direito à cidade, garantindo espaço para debates preparatórios sobre o tema do saneamento ambiental. Nestes debates, a questão dos resíduos sólidos foi apresentada de forma destacada dos outros três sub-temas que compunham o assunto (saneamento básico, drenagem de águas pluviais e abastecimento de água). Uma representante do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo expôs as propostas do conjunto dos fóruns e o estágio de implantação do Programa Coleta Seletiva Solidária. Esta intervenção foi discutida antes com as redes que integravam o Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo – Comitê Metropolitano de Catadores, Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste e Fórum Recicla São Paulo. Este momento preparatório também serviu para ampliar a divulgação das propostas de inclusão social dos catadores nos sistemas de coleta seletiva dos municípios. Além dessa, surgiram outras propostas que se complementavam na defesa de uma nova lógica de operação do sistema, na perspectiva do reaproveitamento dos resíduos, contribuindo para o avanço na concepção de gestão tradicional de resíduos – coleta convencional de *lixo* (resíduos misturados) e destinação para aterros sanitários. Houve também um esforço desta Articulação de mobilizar a discussão sobre a região metropolitana de São Paulo tendo se realizado um seminário neste sentido, em que um representante da coordenação Fórum Lixo e Cidadania do Estado de São Paulo, em consonância com o Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, apresentou as propostas que estavam sendo preparadas para a Conferência Estadual e Nacional.

A Conferência Nacional das Cidades realizou-se entre 23 e 26 de outubro de 2003, em Brasília, com a participação de diversos segmentos sociais e de governo. Novamente, foram encaminhadas as propostas dos Fóruns Lixo e Cidadania da Cidade, endossadas pelo Fórum Lixo e Cidadania do Estado de São Paulo e incorporadas no texto final. Criou-se também nesta oportunidade o Conselho Nacional das Cidades com caráter consultivo.

Concluiu-se que todo este processo serviu como oportunidade de difundir os conceitos e propostas dos Fóruns Lixo e Cidadania, ou seja, a inclusão dos catadores em sistemas públicos de reaproveitamento de resíduos, bem como programas e ações voltadas para a minimização de resíduos.

Capítulo III

As primeiras cooperativas do Programa Coleta Seletiva Solidária e o embate com os fóruns¹

O modelo de gestão de resíduos inicialmente elaborado pelos fóruns previa que o sistema como um todo deveria ser estruturado para fortalecer os núcleos de catadores (associações e cooperativas receberam essa denominação pelos catadores organizados) já existentes na cidade, como já foi mencionado no Capítulo I. Isso significava que os mesmos seriam reconhecidos como a rede pré-existente de coleta seletiva, devendo ser, portanto, equipados com prensas, balanças, esteiras e veículos para transporte de materiais recicláveis, além de equipamentos de proteção individual. O funcionamento deste programa deveria ser estruturado a partir de cooperativas que operariam em unidades públicas, denominadas centrais de triagem. Estas aglutinariam núcleos organizados de catadores já existentes na cidade. Assim, no processo de negociação do sistema de reaproveitamento de resíduos, que envolveu os fóruns e a Prefeitura, chegou-se a um acordo de que o Programa Coleta Seletiva Solidária funcionaria em parte nas centrais de triagem compostas por catadores integrantes dos núcleos organizados (associações e cooperativas). Os núcleos inicialmente contemplados pelo Programa teriam, em contrapartida, o compromisso de integrar um determinado número de catadores avulsos (que trabalhassem individualmente). O número de catadores a ser absorvido, em princípio, deveria corresponder ao de transferidos para as centrais.

A Secretaria de Serviços e Obras (SSO) havia definido como meta a criação de 31 centrais de triagem (uma em cada subprefeitura) até dezembro de 2004. Mas no final da gestão Marta Suplicy estavam operando apenas quinze centrais de triagem em toda a cidade de São Paulo, das quais algumas foram originalmente compostas por núcleos de catadores e estavam constituídas enquanto cooperativas autônomas. Funcionavam em áreas públicas, com infra-estrutura (instalações e equipamentos) cedidas pela Prefeitura. Ficou estabelecido o compromisso da SSO de coletar os materiais recicláveis nos Postos de Entrega Voluntária (PEVs) e, por parte das cooperativas a responsabilidade de acompanhar a coleta do caminhão gaiola no sistema porta a porta e o transporte até suas unidades. A retirada dos rejeitos deveria ser feita pela SSO que, por outro lado, também teria que promover a capacitação dos cooperados, bem como implementar a educação socioambiental da população.

1 Este capítulo foi resultado de edição do estudo desenvolvido em 2004, coordenado por Elisabeth Grimberg em co-autoria com Yamila Golfarb e Luciana Tuzel. As sete cooperativas estudadas, também chamadas de centrais de triagem do local onde estavam inseridas, foram: central Sé, Penha, Tietê, Pinheiros, Vila Leopoldina e Itaim Paulista. Para efeito de análise serão identificadas pelas letras A, B, C, D, E, F, G, conforme acordado com os responsáveis pelas cooperativas. O objetivo do estudo foi identificar avanços e resultados do Programa Coleta Seletiva Solidária a partir do funcionamento e organização das primeiras sete cooperativas do programa. A escolha destas cooperativas, criadas entre fevereiro e julho de 2004, pela Prefeitura, deu-se pelo fato de que as demais que haviam sido criadas (foram sendo constituídas sequencialmente), no período do levantamento das informações, não terem tempo suficiente de funcionamento que pudesse trazer elementos na perspectiva definida pelo estudo. Este estudo foi uma iniciativa do Instituto Pólis. Foram feitas visitas técnicas às cooperativas e realizadas entrevistas com representantes da direção das mesmas. Em quatro delas realizaram-se conversas coletivas com parte significativa dos seus integrantes.

Os núcleos envolvidos chegaram a elaborar listas de espera que determinavam a ordem dos trabalhadores que iriam para as centrais cada vez que sua capacidade comportasse a integração de novos catadores. Esses novos integrantes da cooperativa gerenciadora da central de triagem passaram a ser sócios-cooperados da mesma. Na concepção inicial do programa, o novo sócio continuaria a pertencer ao núcleo de origem, mas nem sempre isso se manteve. Havia a clara compreensão pelo conjunto dos fóruns e do comitê metropolitano de catadores da importância dos núcleos na composição do Programa Coleta Seletiva Solidária como um todo visto que núcleos organizados era a porta de entrada para a formação coletiva do catador avulso e também sua primeira acolhida. Portanto, o núcleo constituía-se uma referência e um apoio fundamental para o catador avulso e também para o já organizado.

As cooperativas, estruturadas a partir desta dinâmica, foram predominantes neste início do programa. Ao longo do processo, algumas se formaram de outra forma, como por exemplo, por pessoas beneficiadas pelo programa Começar de Novo da Prefeitura, ou provenientes de albergues, ou ainda por trabalhadores empregados em lojas da rede de supermercados Pão de Açúcar (que desenvolvia um programa de coleta seletiva e transferiam catadores para outras atividades em uma das centrais do programa público, constituindo-se uma cooperativa).

Apesar da atividade de catação de materiais recicláveis pelas ruas da cidade já existir há mais de cinco décadas, foi a partir do final da década de 1980 que tiveram início as primeiras iniciativas de organização de catadores em associações e cooperativas. Tome-se como referência a COOPAMARE, formada em 1989.

No período 2001-04 os fóruns identificaram inicialmente setenta organizações de catadores tendo chegado ao mínimo de 96 ao final de 2004. Estes núcleos estavam organizados em níveis bastante diferenciados: alguns eram cooperativas ou associações com um certo tempo de existência e estruturação, enquanto outros grupos estavam no início de sua formação. Ambos, contudo, enfrentavam grandes dificuldades para garantir sua sustentabilidade e também para serem reconhecidos pelo poder público como parte integrante do sistema de coleta seletiva da cidade de São Paulo.

Em maio de 2003, ocorreu a mudança na direção da Secretaria de Serviços e Obras, quando Jorge Hereda passa a ser substituído por Osvaldo Misso. Também a coordenação do Programa Coleta Seletiva Solidária sofreu alterações, sendo Inês Bertão substituída por Rubens Xavier Martins o que, do ponto de vista dos fóruns, representou uma forte mudança no processo de negociação do modelo a ser implantado. Havia sido construída uma relação de confiança com a equipe anterior e estas alterações provocaram preocupação nos fóruns quanto ao futuro do Programa. Ademais, sabia-se que a política governamental não se pautava por uma linha homogênea de atuação. No interior dos órgãos governamentais existiam disputas de visão, diferenças na condução dos proces-

sos, o que interferia diretamente na relação com os movimentos organizados da sociedade. A preocupação confirmou-se procedente. Assim, a partir desta data, a coordenação do Programa Coleta Seletiva Solidária, feita pela SSO, foi estruturando o sistema da coleta seletiva e paulatinamente distanciando-se das conversas com os fóruns. A negociação inicial, que previa um equilíbrio no tratamento das centrais e dos núcleos de catadores, foi sendo abandonada.

A primeira central de triagem, localizada no bairro da Mooca, foi inaugurada no dia 11 de fevereiro de 2003. Neste ano foram criadas outras quatro centrais. Passados nove meses da implantação do modelo de coleta seletiva pelo governo, os fóruns fizeram uma avaliação do andamento do processo e chegaram à conclusão de que havia necessidade de revê-lo. Na época, apontou-se as seguintes questões: as organizações de catadores deveriam participar da definição dos circuitos da coleta seletiva porta a porta assim como acompanhar os caminhões durante a execução do mesmo; os materiais coletados deveriam ser encaminhados para as centrais de triagem e núcleos, pois estes últimos estavam na rota da coleta. Também foi apontado que a forma adotada para divulgar a modalidade de coleta seletiva porta a porta era inadequada, conforme o próprio Secretário havia declarado: "(...) reconheço que a população poderia estar mais bem informada, mas o trabalho é feito para crescer", declarando também que "(...) é provável que ele [funcionário que presta serviço pela empresa] não distribua [os folhetos informativos sobre o sistema de coleta seletiva] com muita eficiência, pois não ganha mais para fazer isso". Esta última declaração revelava a falta de uma concepção articulada de um sistema desta natureza. Ou seja, a introdução de uma nova lógica de coleta de resíduos domiciliares envolvia mudanças dos hábitos da população, o que exigia estratégias de sensibilização e orientações claras para a sua adesão e participação eficaz. Na ausência de uma ação neste sentido, os resultados são baixa adesão e altos índices de rejeito. Questionava nesta avaliação dos nove meses a falta de políticas públicas que contemplassem o conjunto dos catadores organizados em núcleos e os avulsos. Assim os fóruns identificavam como a necessidade de efetiva implementação da Plataforma Lixo e Cidadania/SP e da Plataforma de Educação Socioambiental. Apontava-se o dimensionamento da capacidade instalada das centrais que já estavam operando e das futuras de maneira a contemplar o total de catadores existentes na cidade. (Como já mencionado anteriormente, estimativas do Instituto Pólis apontavam para a presença de cerca de 20 mil pessoas nesta atividade). Também apontava-se como necessária a realização de um levantamento completo (só havia um cadastro parcial) das organizações de catadores, bem como a identificação da quantidade de material desviada dos aterros sanitários. O aprofundamento da relação entre centrais e núcleos para a comercialização conjunta já se colocava neste momento. E, por fim, pleiteava-se, em setembro de 2003, que a SSO deveria providenciar com a máxima urgência um termo legal de permissão de uso das áreas ocupadas pelas centrais para trazer maiores garantias às

existentes e às futuras (lembrando que na Lei nº 13.478/02 estava postulado o direito do governo de remoção das cooperativas num prazo de trintas dias). Essa reivindicação de legalização de funcionamento era extensiva às áreas em que os núcleos funcionavam.

Um outro ponto crucial na pauta dos fóruns era a necessidade do governo fiscalizar efetivamente a atuação dos intermediários, donos de depósitos e sucateiros, que exploravam (e exploram até hoje) catadores adultos e crianças. A estratégia proposta era de que a Prefeitura deveria desmontar este circuito de intermediação perversa e simultaneamente orientar os catadores para os núcleos e as centrais. O aspecto de recompor a Comissão de Gestão Compartilhada também foi alvo desta avaliação pois, após a mudança da coordenação do Programa Coleta Seletiva Solidária e com a inauguração das centrais, o governo foi se distanciando dos fóruns, adotando a postura de que implementar os equipamentos e fazê-los funcionar era mais importante e pragmático do que construir o processo de forma participativa. Encaminhou-se, nesta avaliação, que os fóruns deveriam retomar a pressão sobre o governo para que as secretarias envolvidas diretamente com as questões em foco fossem novamente convocadas para atuarem, quais sejam: Secretaria de Assistência Social, Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Secretaria de Educação, Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade e Secretaria de Implementação das Subprefeituras.

Nos primeiros meses de 2004, a dificuldade de relacionamento dos fóruns com a Prefeitura se agravou. Em reunião em 28 de abril de 2004, no Instituto Pólis, representantes dos quatro fóruns, de dez centrais de triagem e de três núcleos retomaram mais uma vez a questão da inclusão social dos catadores, isto é, que não bastava apenas a Prefeitura criar condições de trabalho e renda, mas que era preciso oferecer soluções para os problemas de moradia, saúde, educação, entre outros. Portanto, pressionou-se para que a proposta feita desde 2001, de envolvimento das secretarias responsáveis, deveria ser viabilizada com urgência. Outro aspecto que requeria uma maior intervenção do governo, no sentido de promover a capacitação dos cooperados das centrais, relacionava-se aos conflitos internos que surgiam com frequência. Havia, portanto, dificuldades do governo de incorporar, se responsabilizar, ou seja, de se comprometer com o desenvolvimento deste sistema de trabalho e prestação de serviço enquanto uma dinâmica cooperativista, diferenciada da gestão de uma empresa privada.

Os núcleos se declaravam enfraquecidos pois o fato de terem experiência na estruturação da vida dos catadores fazia com que fossem frequentemente solicitados para colaborar na solução dos problemas que surgiam nas centrais (lembrando que existia um vínculo estreito entre algumas delas com seus núcleos de origem). Também as falhas de comunicação entre núcleos e centrais dificultavam a circulação de informações e a integração dos catadores. Os fóruns consideravam como parte da atribuição do Programa Coleta Seletiva

Solidária a resolução destes dilemas, de forma compartilhada e não “de cima para baixo” ou responsabilizando os núcleos sem um suporte adequado.

Ainda outro aspecto abordado nesta reunião foi a falta de qualidade do material reciclável que vinha sendo entregue nas centrais. Devido à falta de um programa público de educação ambiental e ao fato da coleta ser feita por caminhão compactador, neste caso, sem a presença do catador, o material reciclável era destinado com grande quantidade de rejeito às centrais. Assim, recolocou-se a necessidade de impulsionar a educação da população e a Plataforma de Educação Socioambiental do Programa Coleta Seletiva Solidária foi ressaltada como instrumento adequado para sensibilizar um conjunto de atores sociais para atuarem em parcerias com os fóruns e o governo.

As diretrizes construídas nesta reunião, nortearam a atuação dos fóruns junto à Prefeitura ao longo do ano de 2004. Em síntese, as propostas eram: que os fóruns acompanhariam o funcionamento das centrais mesmo depois de legalizadas, visando garantir sua dinâmica cooperativista; sensibilizariam a Prefeitura para o Programa Fome Zero (muitos catadores estavam com sérias dificuldades de alimentação); dariam maior visibilidade para o Programa Coleta Seletiva Solidária, com vistas a novas parcerias; fariam a divisão da Comissão de Gestão Compartilhada, em três sub-grupos de trabalho: gestão dos resíduos sólidos, educação socioambiental e Programa Coleta Seletiva Solidária, que teriam na sua composição dois representantes de cada central (cujos suplentes pertenceriam aos núcleos), dois integrantes dos fóruns e dois da Prefeitura. Estes grupos de trabalho realizaram algumas reuniões ao longo do ano, mas sem efetividade. As mesmas eram marcadas por posturas extremamente autoritárias do governo, sendo que nas últimas o coordenador do programa já não participava.

Em 12 de maio do mesmo ano, os integrantes da coordenação do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo realizaram uma assembléia em que se fez uma nova avaliação dos três anos e meio da gestão pública municipal nesta área e renovaram-se as críticas já feitas em avaliações anteriores. Como sempre, participaram representantes dos demais fóruns, de diversas centrais e núcleos, além de integrantes do Projeto Boracéia². Neste momento já estavam operando em São Paulo onze centrais de triagem.

Em outras reuniões do Fórum Lixo e Cidadania, em maio e junho de 2004, também tornou-se preocupação entre seus participantes a intenção declarada pelo governo de dar maior visibilidade ao programa. Ainda que a sensibilização da população fosse uma reivindicação permanente dos fóruns à Prefeitura, sem o concomitante desenvolvimento da capacidade de recepção dos recicláveis pelas centrais, poderia haver um colapso no sistema. Este potencial colapso adviria da falta de capacidade de triar os materiais devidamente e pelo possível excesso de rejeito. Ou seja, localizou-se o problema da falta de planejamento nas regiões abrangidas para que houvesse um maior diálogo entre a população envolvida e as cooperativas dos catadores. Portanto, esta foi

² Havia uma atividade de coleta e triagem de alguns materiais (especialmente papelão) de catadores albergados no Boracéia.

considerada uma boa oportunidade para dar finalmente início a um programa de educação ambiental nos bairros a que as centrais tinham acesso, o que aumentaria a qualidade dos materiais recicláveis a serem disponibilizados e também a produtividade na triagem. Uma outra questão alvo de preocupações dos fóruns era a falta de controle e fiscalização do trabalho desenvolvido pelos caminhões contratados pela Prefeitura para coletar e destiná-los às centrais de triagem, pois havia indícios de comercialização irregular dos mesmos. Como já foi dito anteriormente, a proposta dos fóruns era a de que os catadores participassem da etapa da coleta seletiva, estando fisicamente presentes nos caminhões, tanto pela lógica de sua integração no processo como um todo (em geral, o catador considera fundamental manter-se na atividade de coleta nas ruas), quanto para contribuir para controlar esse serviço, garantido sua qualidade e contato direto com a população.

Também figuravam como importantes pontos na pauta de reivindicações por políticas públicas encaminhadas pelos catadores e endossada pelos fóruns nas reuniões de 2004 as seguintes questões: necessidade de desenvolvimento de programas de capacitação em informática para a atuação dos catadores nas áreas de educação socioambiental, comunicação e alfabetização; criação de programas específicos para os jovens catadores como o Bolsa Trabalho; resolver a questão da presença de crianças trabalhando na catação; a necessidade urgente de estabelecer convênios entre o governo e as cooperativas que operavam as centrais; e a criação de programas específicos para inclusão escolar. Este último tema, que deu origem ao movimento Lixo e Cidadania, vinha sendo constantemente retomado pelos fóruns. Havia ainda a questão de apoiar os catadores por meio de destinação de recursos que viabilizassem capital de giro para as cooperativas e também o estabelecimento de linhas de crédito para compra de equipamentos pelos catadores. Por fim, a questão da valorização e remuneração do trabalho dos catadores estava na pauta das discussões. Este tema revelou-se tão urgente naquele momento que o movimento de catadores decidiu organizar um ato público com esta bandeira no dia 7 de junho de 2004. Os fóruns se fizeram representar e levaram sua palavra de apoio na frente do Teatro Municipal, onde estavam cerca de duzentas pessoas.

Por fim, um aspecto do Programa, alvo de críticas, foi a meta do governo de criar 31 centrais de triagem até dezembro de 2004. Esta meta foi construída para seguir a lógica da nova estrutura administrativa descentralizada que foi implementada na cidade, por intermédio da criação das subprefeituras. Ou seja, a meta de apresentar a cidade como tendo uma unidade de triagem de recicláveis em cada uma das regiões administrativas e não na lógica da valorização e potencialização dos núcleos de catadores existentes. Nas colocações dos coordenadores do Programa, cada central de triagem teria capacidade para integrar até cem pessoas, portanto supostamente 3.100 catadores seriam incorporados ao final da implementação das 31 instalações. Já o modelo proposto pelos Fóruns, desde o início desta gestão, contrapunha-se a esta meta e defendia

a criação de um sistema de coleta, triagem, comercialização de resíduos que integrasse os cerca de 20 mil catadores que atuavam nas ruas, individualmente ou em grupos, associações, cooperativas. Portanto, os fóruns interpelavam o governo quanto ao projeto para integrar os milhares de catadores que trabalhavam nas ruas da cidade. Cabe salientar que a defesa de integrar toda a população catadora fazia-se sob a ótica política de inclusão social. A situação concreta de muitos catadores avulsos não terem interesse em se organizar e integrar um programa público era vista como uma questão a ser enfrentada durante o processo concreto de implementação de uma política socialmente inclusiva, com participação social.

Assim, ao final de um intenso processo de discussão, de maio a setembro de 2004, ficou clara a necessidade de ampliar e requalificar o Programa Coleta Seletiva Solidária, além de criar alguma forma de garantir sua continuidade, no caso de mudança de governo. Foi neste contexto que o Instituto Pólis propôs a reedição da estratégia de 2000, isto é, a elaboração de um conjunto de propostas reunidas em um documento com o qual os candidatos viessem a se comprometer. A idéia foi bastante discutida ao longo de inúmeras outras reuniões do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, com a participação, neste momento, do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste e do Comitê de Catadores de São Paulo (criado ao longo do processo), daí resultando a elaboração de propostas que se expressaram na *Carta Compromisso Gestão Sustentável de Resíduos*³.

Nesta oportunidade também se decidiu organizar um ato público em que os candidatos à Prefeitura assinariam um termo de compromisso com esta *Carta*. Assim, no dia 21 de setembro de 2004, o ato foi realizado na Praça da Sé, com a presença de quatrocentas pessoas, sendo a maioria catadores atuantes nas cooperativas das centrais de triagem e dos núcleos (várias ONGs, entre outras instituições, se fizeram presentes). O "Diário de São Paulo" e as rádios CBN e Eldorado deram notícias sobre o ato. Neste dia, o candidato do Partido Verde (PV) José Luís de França Penna compareceu ao mesmo e assinou a *Carta Compromisso*. A prefeita e candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), Marta Suplicy, comunicou por meio de sua assessoria que se dispunha a assinar o compromisso e que sua decisão podia ser informada publicamente. O compromisso da prefeita foi efetivado em ato público no dia 26 de outubro de 2004. Já o segundo candidato mais pontuado nas pesquisas da época, José Serra, após inúmeras tentativas de contato para que se posicionasse quanto a se comprometer ou não, terminou por não fazê-lo. Apenas declarou no jornal "O Estado de São Paulo"⁴ que, se eleito, iria "possibilitar a participação dos catadores individuais e cooperativas na coleta seletiva". (A atuação do novo governo será observada no Capítulo IV).

Este processo permitiu tanto aos catadores quanto às instituições integrantes dos fóruns apontarem para a sociedade como um todo, e especialmente para os setores excluídos, o valor da organização na busca da afirmação de

3 A carta está disponível no site do Instituto Pólis (www.polis.org.br).

4 O Estado de São Paulo, 15 de outubro de 2004, p. A8.

direitos de cidadania. Apesar da dificuldade de efetivar os compromissos publicamente e de não se ter obtido o compromisso do prefeito eleito, o movimento social amadureceu e de certa forma preparou-se para os "novos-velhos" desafios que viriam a partir de 2005.

Estrutura e funcionamento das cooperativas do Programa Coleta Seletiva Solidária

Em dezembro de 2004, havia quinze cooperativas que operavam as centrais de triagem do Programa Coleta Seletiva Solidária. Elas foram formadas em sua grande maioria por catadores provenientes de cerca de trinta núcleos, totalizando 1.335 trabalhadores, sendo 684 nas centrais e 651 nos núcleos (dados de dezembro de 2004). Algumas cooperativas constituíram-se a partir de três, quatro núcleos, enquanto outras a partir de oito ou até catorze. Em média eram compostas por quarenta catadores.

Os espaços físicos das sete primeiras centrais de triagem inauguradas até 21 de junho de 2004, disponibilizados pela Prefeitura e geridos por cooperativas de catadores, eram formados, em geral, por um galpão – que variava bastante de tamanho dependendo da unidade –, no qual se realizavam as atividades de segregação, prensagem, enfardamento, pesagem e armazenagem do material reciclável. Estes galpões dispunham de uma área externa que servia para a descarga dos caminhões e coleta do rejeito. Havia também uma sala reservada para as atividades administrativas. Além disso, todas estas centrais possuíam espaços para a cozinha, banheiros, vestuários e um local para depósito. Entretanto, apenas dois dos sete equipamentos visitados (centrais C e D) possuíam refeitórios. Em outras, como nas centrais A e F, existiam apenas os projetos de construção de locais para este fim. Salas de reuniões e de aula foram outros espaços encontrados em apenas algumas das centrais estudadas. Esteiras, prensas, tonéis e grandes sacos (denominados de *bags*) para colocar os materiais recicláveis, empilhadeiras, balanças e caminhões tipo gaiola e compactador eram os equipamentos básicos disponíveis. Estes equipamentos disponibilizados para uso das cooperativas eram bens públicos (ao final de 2004 o governo tinha feito convênios formalizando a relação com as cooperativas) e os caminhões que realizavam a coleta seletiva eram das empresas contratadas pela Prefeitura para fazer a coleta seletiva e transportar até os locais de triagem. Eventualmente, os caminhões coletavam os recicláveis nos núcleos e os transportavam para as cooperativas ou vice-versa. Os trabalhadores foram equipados com luvas de borracha, uniformes (calça e camisa de manga curta), bonés, aventais e máscaras.

Cada cooperativa recebeu resíduos sob duas modalidades de coleta seletiva: pelo sistema porta a porta, que abrangia cerca de 16.500 domicílios, (num total de 56.595 pessoas, ou seja, 3,43 moradores por domicílio, o que significava 0,54% da população) e pelo sistema de Postos de Entrega Voluntária (PEVs), na época envolvendo 25 conjuntos de *containers* disponíveis em diversos bairros da cidade.

A organização das cooperativas: dificuldades, soluções e conquistas

O papel dos núcleos na estruturação das cooperativas

Uma das grandes dificuldades constatada nas entrevistas realizadas nas sete cooperativas que atuavam nas centrais de triagem estudadas era a intensa rotatividade das pessoas. As condições de trabalho dos catadores avulsos – sem horários e regras definidos e sem remuneração diária ou semanal entre outras precariedades. Por outro lado, alguns estavam nesta atividade como uma estratégia temporária de sobrevivência, até conseguir outro trabalho conforme fica claro na fala de um cooperado da central B: "Tem outros que não conseguem se adaptar. Acho que tem uns que entram aqui e ficam até aparecer um emprego melhor. Em um mês aqui chegou a ter três pessoas para uma vaga(...)".

Além disso, os catadores que trabalhavam individualmente nas ruas auferiam uma remuneração relativamente maior do que aqueles que estavam em processo de organização. Dos primeiros meses até um ano de vida da cooperativa, as entradas (termo usado pelo cooperativismo quando se refere à receita da cooperativa), e conseqüentemente as retiradas (termo para se referir à remuneração do cooperado) dos trabalhadores, costumavam ser inferiores às dos catadores de rua que trabalhavam por conta própria, o que será abordado mais adiante. Assim, para um catador de rua integrar-se a um processo de trabalho cooperativado era preciso passar por um processo de capacitação, no qual pudesse entender e valorizar o trabalho coletivo, entender a cooperação como um valor social que em médio prazo poderia trazer resultados econômicos similares aos que aufeririam individualmente. (Os catadores organizados trabalham com todos os resíduos recicláveis gerados pela população e não apenas com aqueles com maior valor de venda). A capacitação neste aspecto propiciaria a construção de uma expectativa de crescimento econômico mais demorado, com base em planejamento, investimentos e poupança, mas também mais estável e estruturado em longo prazo. Além disso, o cooperativismo traz perspectivas de inclusão social para o conjunto da categoria de catadores e possibilidades de estruturação de uma política pública que garanta um sistema sustentável de reaproveitamento de

resíduos recicláveis. Normalmente, a tendência dos catadores avulsos era de não aderir à cooperativa por esperar resultados em curto prazo.

Neste sentido, os cooperados estudados tinham claro entendimento do papel estratégico dos núcleos na integração dos catadores de rua num primeiro momento. Mas sua valorização não se restringia a esta etapa, pois eram reconhecidos por toda a categoria organizada como essenciais e estruturantes em todo o processo. Avaliavam, portanto, que era quase impossível incorporar os catadores avulsos diretamente nas cooperativas que operavam as centrais pela falta de compreensão do que era o cooperativismo.

"Alguns chegam por iniciativa própria, mas aí nós encaminhamos para o núcleo. Porque a fundação da central foi feita com base nisso, as pessoas que viessem para cá deveriam vir por um dos núcleos. Aí ele vai para o núcleo e tem um treinamento rápido(...) Porque se vier direto para a central e a pessoa for meio lenta, aí o pessoal reclama que vai ficar pagando salário pro outro e não sei o quê(...) Então para evitar isso daí é melhor passar pelo núcleo". (Depoimento de cooperado da central D)

"Não dá para a gente abrir(...) qualquer outra central para as pessoas que não têm a mínima noção do que é uma cooperativa. Então, se você joga ele aqui dentro, ele vai entender isso aqui como ferro velho ou então a hora que ele precisar de dinheiro ele vai encostar o carrinho dele aqui... e, enfim, ele vai estar querendo que nós [a cooperativa que opera a central] compremos o material dele porque ele precisa do dinheiro dele e enfim... E as pessoas que já estão aqui não, elas já chegam de um processo(...) sabem que aqui funciona produzindo. Então todo mundo tem que trabalhar e produzir. Produziu, vai ter o seu ganho no final do mês. Não produziu, infelizmente, não tem a retirada. Essa não é a mesma linguagem que você vai falar com o catador [avulso]. Por quê? Porque ele já coleta o material dele na certeza de que ele vai ter o dinheiro. E outra... não foi feito todo o trabalho do que é o cooperativismo com ele. O que é o cooperativismo, que a cooperativa é sua. É uma empresa⁵ que você tem que botar ela para crescer. Você não vai ver o lucro da empresa⁶ agora, mas mais tarde vai ver tudo o que você está plantando hoje... Então esse é o problema. Então é por isso que nós nesta central respeitamos sim alguns itens da *Carta de Princípios*, mas esse daí, infelizmente, a gente teria que estar mudando. Mesmo se a gente convidar eles não querem ir [os catadores avulsos]. Eles já vêm perguntando quanto é que vai ganhar, se é todo fim de semana que ele vai receber. Aqui na entrada do lado de fora da cooperativa tem um catador que ele junta o dele ali... Toda quinzena sai caminhão de papelão dele. Se você falar para ele vir para cá ele não quer". (Depoimento de cooperado da central A)

5 "O Estado de São Paulo", 15 de outubro de 2004, p. A8.

6 Vale ressaltar que o uso de termos como *empresa* e *lucro* revela que ainda há dificuldades de compreensão do que é o cooperativismo. A questão conceitual é chave para a apropriação do significado mais profundo do que é uma cooperativa e o que a diferencia de uma empresa privada.

Por vezes, criaram-se situações de conflito entre as cooperativas do Programa e dos núcleos envolvidos neste processo, alguns enfrentavam situações variadas de dificuldades e não recebiam apoio institucional da Prefeitura enquanto outros recebiam. Esta tensão pode ser percebida no depoimento de um cooperado da central de triagem G, quando relatou a fala de um catador de um núcleo da mesma região: "agora você está aí de gola azul e nós passando necessidade".

Ao mesmo tempo, algumas cooperativas que participavam do Programa manifestavam compreensão do problema vivido pelos núcleos de origem e posicionavam-se solidários aos mesmos. Os equipamentos, os caminhões e os galpões das cooperativas que atuavam nas unidades públicas contrastavam com a precariedade em que muitos destes núcleos de catadores trabalhavam.

"Se a gente conseguisse material para os núcleos. Mas não pode [por determinação da Prefeitura, como aconteceu, por exemplo, em uma central, onde duas toneladas de materiais recicláveis foram para o aterro por ordem do governo]. E também não pode abrir vaga aqui. Às vezes vai como rejeito, mas não pode mandar para o núcleo. Tem uma ordem aí que não pode. E a gente tem que ajudar os núcleos porque a gente passou um bom tempo lá, não pode esquecer(...) Enquanto não resolver o problema do núcleo, o Programa não vai para a frente". (Depoimento de cooperada da central G)

Portanto, havia a consciência praticamente geral entre os cooperados das centrais de triagem de que era preciso ampliar a concepção do sistema de coleta seletiva e segregação de materiais recicláveis implantado pelo governo e retomar os termos propostos inicialmente pelos fóruns e pelo Comitê de Catadores de São Paulo (a formação deste Comitê ocorreu entre 2002 e 2003): contemplar a participação e fortalecimento dos núcleos que deram origem às cooperativas que operavam dentro do Programa Coleta Seletiva Solidária.

Desta forma, a política do governo em relação às cooperativas que atuavam nos equipamentos públicos, pautou-se por uma lógica do mercado, o que repercutiu fortemente no funcionamento dos núcleos que, com estruturas mais frágeis, não conseguiam acompanhar o ritmo e a dinâmica das centrais, ficando isolados ou chegando mesmo a desaparecer. O desafio que os movimentos apresentavam, naquele momento, para o governo era o de potencializar os núcleos, para que pudessem manter sua autonomia e ao mesmo tempo atuar de forma articulada às estruturas públicas, numa equação de mútuo benefício. Esta era a concepção da sociedade organizada desde o início do processo em 2000-2001.

O cooperativismo é uma construção de longo prazo

A forma como ocorreu, nestes primeiros tempos, a relação entre as cooperativas que operaram as centrais de triagem e os núcleos de catadores, dos quais estas se originaram, variou muito. Nas centrais visitadas constatou-se que os materiais coletados por alguns núcleos eram destinados às mesmas para serem comercializados em melhores condições, pois eram prensados e enfardados antes de serem vendidos. Além disso, como havia uma quantidade significativa para comercialização, os preços tendiam a ser ligeiramente mais elevados do que os pagos aos núcleos.

Contudo, dentre as sete centrais analisadas nesta oportunidade percebeu-se que havia uma, aqui denominada central A, que manteve um vínculo mais estreito com o núcleo de origem. O sistema funcionava da seguinte maneira: alguns dos cooperados repassavam a sua retirada para os núcleos de origem. A quantia era somada à sobra obtida no mês⁷. Após este procedimento, era feita a distribuição das retiradas dos sócios desses núcleos. Assim, alguns dos cooperados recebiam através dos seus núcleos e não pela cooperativa que operava a central. Com este procedimento, tentavam equilibrar a situação daqueles catadores que trabalhavam nos núcleos, visto que, em geral, sua remuneração era mais baixa por não disporem da infra-estrutura e de equipamentos cedidos pela Prefeitura às centrais.

Trabalhar sob forma cooperativista envolvia uma outra postura em relação aos colegas e ao trabalho. Os catadores que estavam acostumados a uma relação empregado/patrão ou que trabalhavam na informalidade por conta própria, experimentavam uma nova situação e *status*. Isto requeria todo um período de aprendizagem quanto às relações pautadas na igualdade entre cooperados, bem como compartilhamento de responsabilidades e oportunidades.

Assim, a questão da alta rotatividade de catadores nas centrais terminava por interferir na capacidade de ampliar e aprofundar a compreensão do coletivo do significado de um empreendimento autogestionário que garantiria uma atuação autônoma e sustentável dos catadores.

A gestão cooperativista, de forma participativa e democrática, pressupõe que todos os cooperados tenham pleno entendimento de seus direitos e deveres no funcionamento da cooperativa e este tem sido um dos permanentes desafios para a maior parte das cooperativas de catadores.

No entanto, este é um longo processo de aprendizagem e que requer tempo e, para a grande maioria, naquele momento, essa era a primeira experiência num projeto coletivo que exigia a participação e a responsabilidade de todos. Não tinham portanto, bagagem suficiente para entender os diferenciais que a cooperativa poderia trazer. E havia ainda aqueles que se orientavam por vínculos empregatícios, conforme textual abaixo.

7 Como uma cooperativa não é uma instituição com fins lucrativos, os ganhos não são tratados como *lucro* ou *salário* e sim como *sobras* e *retiradas*, segundo as próprias normas legais que regem o cooperativismo. Numa cooperativa, a distribuição do dinheiro deve ser feita da seguinte maneira: 15% do valor total obtido é destinado para os fundos obrigatórios por lei; pagam-se as despesas necessárias e o que *sobra* (e por isso leva esse mesmo nome) é dividido pelas horas ou dias de trabalho dos cooperados que então obtêm o *retirada*. Cabe ressaltar que a organização autogestionária tem um funcionamento diferente da relação com vínculos empregatícios, mas é desejável que desenvolva mecanismos de garantia de direitos para os cooperados de forma a assegurar férias, 13º salário, seguro saúde etc., evitando assim que o cooperativismo torne-se sinônimo de precarização das relações de trabalho.

"Sai muita gente porque eles [os colegas catadores] vêm com uma cabeça de empregados. Eles ainda acham que têm(...) uma retirada fixa(...) direitos trabalhistas(...) Então... quando eles chegam aqui [na central de triagem] eles vêem que a realidade é outra(...)" (Depoimento de cooperado da central A)

Alguns catadores demonstravam dificuldades de compreender o real significado das relações e das atribuições de cada um dentro de uma cooperativa, como se pode extrair da fala de dirigentes de cooperativas das centrais: "às vezes é assim: eles colocam na cabeça que são sócios, donos, pronto... todo mundo se escora porque se acha o dono. E quem vai trabalhar? Ninguém". (Depoimento de cooperado da central D)

"Mas aí tem um fator também meio estranho... você elege um coordenador aqui e ele pensa que é eterno. (...)O pessoal pega um cargo(...) e não abre mão, então ele se acha tão importante(...) não entende que o cargo é só para diferenciar determinados trabalhos. O pessoal se prende muito ao cargo e não ganha para isso. Ele ganha se trabalhar, se não trabalhar não ganha". (Depoimento de cooperado - central A)

Em diversas entrevistas, foi comentado que aqueles que coordenavam o trabalho também enfrentavam dificuldades de serem compreendidos ao tentarem informar aos demais sobre o contexto das reuniões realizadas fora da entidade. Isso acontecia, em boa parte, devido ao fato de a maioria dos cooperados ter escolaridade incompleta havendo inclusive analfabetos. Este pareceu ser o principal fator a dificultar o acompanhamento dos debates em assembleias internas e a plena participação nos processos de discussão e tomada de decisões. Também a inexperiência em processos organizativos coletivos contribuiu para a dificuldade de comunicação. Ainda assim, as decisões internas mais importantes eram tomadas em assembleias gerais, nas quais, seguindo as regras do cooperativismo, cada sócio tinha direito a um voto. Por outro lado, constatou-se que muitos catadores adaptavam-se bem a essa nova realidade.

Estrutura de funcionamento das cooperativas

A maior parte das cooperativas tinha uma estrutura organizacional dividida em três funções: presidente ou coordenador(a) geral, secretário(a) e tesoureiro(a). Em geral, esses cargos eram ocupados por cooperados provenientes de diferentes núcleos de catadores. Existiam também coordenadorias para as distintas atividades tais como: o trabalho na esteira, a coleta porta a porta, a separação dos materiais por categorias (coordenação do plástico, do vidro, do papel etc.) e também para outras áreas, tais como alimentação (cozinha) e limpeza.

Numa única central, encontrou-se outra forma de organização, em que havia uma estrutura de coordenação por áreas temáticas: saúde e segurança, comercialização e contabilidade, cidadania e infra-estrutura.

Nesses grupos, que se reuniam quinzenalmente, discutia-se desde a organização do trabalho até o tipo de divulgação a ser realizada no entorno da central. Havia também um coordenador geral de todas as atividades.

"Cada um de nós tem um grupinho que a gente coordena junto com os cooperados. Saúde e segurança, infra-estrutura, cidadania etc. Então de 15 em 15 dias tem reunião. De segunda somos nós cinco e tem os que substituem a gente quando se fica doente. Cada dia da semana reúne um dos grupos. Fica um tempo, uns dois três meses pra pegar o jeito, entender tirar algo [tirar lições] daqui e depois a gente pergunta se quer mudar". (Depoimento de catadora da central C)

Nesta cooperativa percebeu-se um grau de organização e participação bastante elevado. As soluções eram encaminhadas com agilidade, com base na compreensão das necessidades e capacidades das pessoas.

"Na nossa reunião geral a gente discute o funcionamento da nossa cooperativa em geral. Se alguma pessoa tiver problema, a gente pensa onde a pessoa se dá bem e, muda [a mesma] de lugar. Porque aqui tem lugar para todas as pessoas, ninguém fica desamparado". (Depoimento de cooperada da central C)

Uma outra estrutura diferenciada foi encontrada na central D que, além dos cargos que compunham a diretoria, possuía um conselho de ética. Essa instância tinha o objetivo de apontar situações potencialmente problemáticas ou que representavam um entrave para o funcionamento da cooperativa.

De maneira geral, constatou-se o esforço de implantar instâncias e práticas de gestão democrática por meio da criação de canais de participação interna que viabilizassem o trabalho com vistas à produtividade e à autonomia das cooperativas. Contudo, nem sempre elas conseguiam assegurar a participação efetiva do conjunto dos cooperados. Nas entrevistas com seus representantes, houve declarações sobre a dificuldade que a grande maioria das pessoas ainda sentia em participar e dar opiniões nas reuniões e assembléias.

Um outro aspecto fundamental para a sustentabilidade das cooperativas de catadores é a sua legalização jurídica. Neste aspecto, os trabalhadores também encontravam grandes dificuldades na elaboração do estatuto e regimento interno, especialmente quando se tratava de elaborar estes documentos de forma participativa. Na abertura de novas cooperativas, o próprio poder público deveria exercer um papel mais forte, no sentido de convocar a Secretaria de

Negócios Jurídicos a colaborar para o enfrentamento dessa questão (muitas vezes são ONGs que prestam este apoio).

"tem muita gente que não participou do estatuto(...) mas o estatuto que nós temos foi decidido por nós mesmos, porque tivemos a capacitação com a Fundação Santo André. Já foi levado para o advogado e aprovado". (Depoimento de cooperada da central A)

Holzmann (2000), na sua análise da participação democrática em cooperativas de Porto Alegre, apontou o risco de alimentar as relações hierarquizadas por meio da divisão do trabalho – trabalhadores manuais, que só executam tarefas práticas, e os intelectuais, que conduzem o processo decisório.

Muitas vezes, os processos deliberativos dão lugar a conflitos que se relacionam com a falta de confiança que alguns cooperados têm em relação aos que ocupam cargos de direção. Os que são responsáveis pela contabilidade tendem a ser alvo de incompreensão por não estarem presentes nas atividades manuais como a triagem, embora também ajudem quando estão livres de suas obrigações. Essa falta de confiança acaba criando um ambiente propício para a reprodução de relações hierarquizadas que não são desejáveis em organizações que buscam priorizar a cooperação, a solidariedade e as relações em rede. Também existem situações de desconfiança em relação aos que saem da cooperativa para participar de reuniões políticas, processos que ajudam a capacitação destes trabalhadores enquanto atores centrais na construção de um novo modelo de gestão de resíduos, sob forma de política pública.

A democracia no interior das cooperativas não se desenvolve sem desavenças. No entanto, a participação nos processos que envolvem as principais decisões constitui-se num aspecto fundamental da dinâmica cooperativista. Assegurar que todos e todas estejam informados e participem dos encaminhamentos dados nas questões internas e externas à cooperativa é um dos fatores estratégicos para a construção de processos de emancipação, uma vez que permite substituir as relações hierarquizadas pelas horizontalizadas. Amplia-se, assim, o alcance da democracia participativa.

As principais dificuldades

8 A diferença do preço pago para os catadores pelo intermediário em relação aos preços pagos pelas indústrias chega a ser de mais de 100% para determinados materiais. Ver Conceição (2003).

Além das dificuldades abordadas acima, havia o problema da comercialização dos materiais recicláveis por meio de intermediários (ver nota 1 p. 13), que compravam dos catadores a preços muito inferiores aos que eram pagos pelas indústrias de reciclagem⁸.

Uma das razões para essa dependência de intermediários era de ordem técnica. A separação dos materiais é bastante complexa devido à diversidade crescente de materiais produzidos na indústria. Isso exige dos trabalhadores uma intensa capacitação técnica para classificar os materiais de forma a atender os parâmetros exigidos pelos compradores. Algumas centrais ainda não conseguiam, na época da pesquisa, atingir a qualidade necessária justamente por falta desta capacitação.

"Agora, o que a gente não teve a fundo foi [capacitação] em relação aos materiais [recicláveis](...) O processo é bem complicado, principalmente no plástico, que existe uma infinidade de qualidades e tem muitos que não tem identificação e complica para quem não conhece. O certo era que todo mundo fosse capacitado para conhecer bem os materiais." (Depoimento de cooperado da central E)

É importante salientar que circulavam (e continuam a circular) cerca de quinhentos tipos de plásticos no mercado que, ao final, são agrupados em apenas sete categorias (PET, PEBD, PEAD, PP, PVC, PS e outros). Ocorre que nem sempre todas as embalagens vêm com rotulagem, indicando a que categoria pertence. Isso, somado à rotatividade de catadores, mencionada anteriormente, fez com que o conhecimento técnico referente à triagem dos materiais se perdesse a cada vez que saía uma pessoa e entrava outra. Isso terminava por prejudicar a qualidade dos materiais que eram comercializados.

"Tem algum material que é classificado por numeração, só que tem outros que não têm número. Então quer dizer, você não sabe que tipo de material é(...) Para fazer triagem é horrível, porque você não conhece o material"(...) não sabe se(...) é perigoso, contaminado, que raio é aquilo". (Depoimento de cooperado da central A)

"Não dá para a gente manter a linha [de produção](...) e falar que nesse fardo só tem papelão misto(...) não posso dar essa garantia ainda. No plástico é o mais complicado". (Depoimento de cooperado da central B)

Outro fator que reforçava a necessidade de comercialização para intermediários era a quantidade elevada de material exigida pela indústria para comprar das cooperativas. Era preciso ter capital de giro para poder garantir a

renda dos cooperados, de maneira a que pudessem prescindir de uma venda rápida dos materiais, permitindo que estocassem o material até conseguir reunir a quantidade necessária para vender diretamente para a indústria.

Na época do estudo, havia várias iniciativas no sentido de articular uma rede de comercialização entre as centrais de triagem. Havia clareza de que a união entre as organizações poderia criar condições para a venda direta dos recicláveis para as grandes indústrias, que pagam preços mais altos do que os intermediários. Aliás, esta dinâmica em rede já vinha acontecendo entre muitas das cooperativas que se comunicavam regularmente para trocar informações sobre preço de materiais e contatos com possíveis novos compradores, inclusive com melhores preços.

Assim, para superar a falta de comunicação na questão da comercialização, representantes das cooperativas passaram a se reunir todos os meses, a partir de maio de 2004, com o objetivo de consolidar uma rede de cooperação na área comercial. Discutiam a possibilidade de comercialização conjunta e de assinatura de um termo de compromisso pelo qual as cooperativas comercializariam conjuntamente. De acordo com informações levantadas em algumas reuniões sobre o tema, constatou-se a existência de muitas dúvidas em relação aos termos e às obrigações implicadas neste acordo entre as cooperativas.

Outra iniciativa neste sentido, em âmbito regional, foi a construção da "Rede Solidária", fórum que reunia diversas cooperativas e associações de catadores que atuavam nos Estados de São Paulo, buscando a articulação de ações voltadas para o fortalecimento de atividades produtivas, comerciais e de serviços. Para essa finalidade estava sendo discutida a formalização de uma cooperativa de segundo grau que facilitasse a interlocução com as instituições governamentais e o setor empresarial.

Um outro problema a ser resolvido para a eliminação do intermediário era de natureza jurídica. Como o processo de legalização das cooperativas não aconteceu de forma concomitante às suas inaugurações, elas tiveram que iniciar as vendas de material reciclável ainda sem poder fornecer nota fiscal, o que era (e continua sendo) uma exigência das indústrias para que se efetuassem a comercialização. No momento da pesquisa, somente a cooperativa que operava a central de triagem A estava legalizada. As demais estavam elaborando o estatuto e reunindo todos os documentos necessários para o registro das mesmas.

A questão da comercialização apresentava-se como bastante complexa. Ainda que as cooperativas tivessem ganhado um certo poder de negociação de preços, o mercado da reciclagem, como explicado por Gonçalves (2003:143), é um oligopsonio, ou seja, constitui-se por um pequeno número de compradores:

"Sem a concorrência, um produto como o material reciclável, separado na fonte (ou não), é vendido pelo preço que o oligopsonio quiser pagar, o que mantém esse custo de fluxo reverso extremamente barato".

O poder da indústria fica evidente na análise de Calderoni (2003), que atribui a este segmento da cadeia produtiva até 75% dos ganhos totais possíveis proporcionados pela reciclagem.

Apesar de as cooperativas estudadas terem se declarado, na oportunidade das entrevistas, satisfeitas com a quantidade de materiais recicláveis levados pela Prefeitura para as centrais, permanecia uma série de desafios a serem enfrentados. A maioria das cooperativas vinha conseguindo uma quantidade maior de material a cada mês, mas mesmo assim existiam diferenças regionais. Por exemplo, os resíduos coletados pelo sistema porta a porta (com percentual de rejeito relativamente baixo) apresentava boa qualidade em bairros onde foi feita uma divulgação adequada. Já os materiais coletados em Postos de Entrega Voluntária (PEVs) eram de qualidade inferior, devido à falta de divulgação adequada sobre como funcionava a coleta seletiva, quais materiais separar e disponibilizar, a questão de lavá-los antes de descartar etc. De acordo com os depoimentos colhidos junto às cooperativas, a porcentagem de rejeito nesse sistema estava em torno de 30%. Este era um problema sério porque os cooperados gastavam muito tempo selecionando materiais que não seriam comercializados. Além disso, manipulavam efetivamente *lixo*, resíduos orgânicos e inorgânicos misturados.

Este tipo de situação, além de significar uma precarização nas condições de trabalho e riscos à saúde, evidenciava a necessidade de aperfeiçoamento no sistema de coleta seletiva em todos os seus níveis. Mas, acima de tudo, muitos dos problemas relacionados à saúde poderiam ser resolvidos com um programa mais amplo de prevenção à saúde, como, por exemplo, os cooperados dispõem de equipamentos de proteção individual adequados para não entrarem em contato com resíduos orgânicos, hospitalares ou mesmo tóxicos que vinham misturados ao material reciclável.

Outra dificuldade apresentada pelos cooperados era a falta de uma política pública que promovesse efetivamente a inclusão social. Integrar catadores num sistema público de reaproveitamento de resíduos não poderia se restringir às ações voltadas exclusivamente à criação de uma estrutura de trabalho e geração de renda. Aliás, isso já havia sido discutido inúmeras vezes nas reuniões do Grupo de Trabalho de Gestão Compartilhada. O valor mensal obtido pelos cooperados não garantia o suprimento de suas necessidades básicas – transporte, alimentação, higiene, moradia, lazer, vestuário, creche, saúde e previdência social. Considerando-se as retiradas completas (quando não há faltas ao trabalho), o valor mais baixo encontrado foi de aproximadamente 240,00 reais e os mais altos de 400,00 a 520,00 reais (centrais B e C). Já a central A manteve-se num nível intermediário com uma retirada média de 300,00 reais. Esses valores referem-se a cooperativas que tinham pelo menos seis meses de atividade. Convém ressaltar que no início das atividades nas centrais a situação podia ser bastante crítica do ponto de vista da sustentabilidade econômica, visto que em alguns casos levaram até dois meses para ter uma primeira retirada.

O critério adotado para distribuição da entrada total era a quantidade de horas trabalhadas; assim, a retirada mensal podia variar bastante de cooperado para cooperado. Também foram constatadas diferenças de retirada dentro de uma mesma cooperativa. Tomando-se como parâmetro o cálculo feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), para uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças) ter seu sustento garantido, o salário mínimo, na época, teria que ser de 1.402 reais⁸. Levando em consideração que muitos dos trabalhadores, em geral mulheres, são chefes de família, podemos concluir que a retirada das cooperativas estava muito aquém do que deveria ser.

⁸ Dado referente a março de 2004.

A despesa que mais pesava para os cooperados era a moradia. Algumas pessoas pagavam por volta de 200,00 reais de aluguel, por isso não era rara a situação dos que se viam obrigados a ir para albergues ou moradias provisórias. Gastos com transporte e a guarda dos filhos também pesavam no orçamento dos catadores. Com transporte, os gastos chegavam no mínimo a 68,00 reais ao mês. Em alguns casos, os cooperados precisavam ir e/ou voltar para a cooperativa a pé. Também foram identificados casos em que as catadoras (declarações feitas por mães) tinham muita dificuldade de colocar os filhos em creches, o que fazia com que pagassem alguém para cuidá-los. "Eu pago uma pessoa para olhar meu filho, 100,00 reais. Acho que isso devia melhorar também... fazer uma carta para essas creches aceitarem as crianças". . . (Depoimento de cooperada da central D). Outro depoimento explicita: "É difícil achar uma creche aqui perto. Fica longe. Então tem que estar pagando uma pessoa para olhar minhas filhas. Quando minhas filhas ficam doentes, eu tenho que faltar" (Depoimento de cooperada da central C).

Também existiam situações de insegurança alimentar. Na época da pesquisa, uma cesta de alimentos básicos custava 174,90 reais na cidade de São Paulo, de acordo com o DIEESE. Muitos cooperados não conseguiam comprar alimentos em quantidade e variedade suficiente, pois muitas vezes sua renda já estava comprometida com outras despesas. Além disso, somente em duas cooperativas (até o término da pesquisa de campo) os cooperados providenciavam almoço coletivos. Os sócios das demais cooperativas tinham que levar sua refeição de casa, mas em alguns depoimentos verificou-se que nem sempre isso era possível. Outros que moravam em albergues caminhavam até este local para fazer sua refeição, porém não comiam de forma tranquila por falta de tempo. Em consequência dessa dificuldade, ocorriam algumas situações nas centrais de pessoas comerem alimentos que chegavam misturados aos materiais recicláveis. Esta é uma situação que representava um perigo para a saúde dos catadores, além de ser absolutamente inaceitável, tendo em conta que estas pessoas integravam um programa público de inclusão social.

"Foi passado para a gente que morreu um moço da Vila Mariana com leptospirose, porque comeu coisa da esteira. Está sabendo [do perigo]

e continua comendo. Passou um chocolate, o povo briga de unha para ver quem vai comer." (Depoimento de cooperada central D)

Todas estas dificuldades envolviam diversos fatores de certa forma ligados entre si. Um primeiro tinha a ver com a concepção mais global do Programa Coleta Seletiva Solidária. Este, ao estabelecer a implementação de uma central de triagem em cada uma das 31 subprefeituras, não levou em conta a falta de homogeneidade das regiões quanto aos índices socioeconômicos. Níveis diferentes de renda nas regiões produziam igualmente diferenças na quantidade e qualidade de resíduos domiciliares. O que se refletiu também em oscilações nas retiradas. Na central de triagem E, situada na zona leste da cidade, os próprios cooperados concluíram que esse problema estava relacionado ao fato de a região ser menos "desenvolvida" (população com menor poder aquisitivo) que as demais. De fato, a região revelava um baixo nível de consumo, sendo que uma boa parte dos resíduos que chegava à cooperativa tinha menor valor no mercado, como por exemplo o papel misto que chegava em grande quantidade e valia apenas alguns centavos o quilo. Os grandes geradores de resíduos não eram numerosos, uma vez que a região não concentrava muitas fábricas, empresas ou redes de supermercados.

Os dados do DIEESE confirmavam as interpretações dos cooperados: a zona leste concentrava 3,3 milhões de pessoas (aproximadamente um terço da população do município) e 40% dos desempregados de São Paulo. Um segundo fator estaria relacionado à "corrída" por matérias-primas, especialmente por catadores de rua que atuavam individualmente. O desemprego e a pobreza aumentaram o número de pessoas em busca de sobrevivência em São Paulo e em outras grandes e médias cidades também. Mas não só os catadores de rua recorriam aos resíduos para viver, pessoas empregadas passavam a levar os resíduos recicláveis das residências onde trabalhavam ou a coletar em diversos pontos da cidade como uma forma de complemento à renda recebida. E, por fim, existia todo o setor dos intermediários, sucateiros, atravessadores, depósitos (como já mencionado anteriormente e que existe até hoje) disputando os materiais recicláveis no mercado da coleta informal, dispondo de uma certa infra-estrutura, como caminhões e depósitos, com os quais os catadores não tinham (e continuam não tendo) condições de competir. O tema da exploração da mão-de-obra do catador por este setor requer maior aprofundamento em outra oportunidade.

Sobre a disputa por resíduos pelos moradores de condomínios e por diversos tipos de entidades que visavam levantar fundos para trabalhos sociais, alguns cooperados sugeriram que a sua identificação com a Prefeitura dificultava as doações:

"Às vezes, nós temos alguma dificuldade com o uniforme [que identifica o Programa da Prefeitura] por causa daquela discussão que está tendo com a taxa de lixo: 'Ah, não, a Marta já me cobra a taxa e eu ainda tenho que

dar esse material para ela [Prefeita]! Eles não deixam a gente nem explicar que somos catadores(...)" (Depoimento de cooperado da central E).

Em resumo, como diziam os próprios cooperados da central E: "não tem lixo para todo mundo aqui [na região]". Para tentar resolver o problema da falta de material, durante um certo período, a Prefeitura transferiu resíduos das cooperativas que os tinham em maior quantidade para as que estavam com falta. Restava verificar, por um lado, se essa prática poderia ser mantida em longo prazo sem comprometer a viabilidade do Programa e das centrais envolvidas. Por outro lado, conforme já mencionado no capítulo anterior, eram os núcleos que em sua maioria acabavam praticamente se desvinculando das centrais e não conseguiam dispor das quantidades de materiais que estas recebiam. Assim, muitos núcleos acabaram de dissolvendo e outros viveram enormes desgastes e sofrimentos para se manterem operando.

Outra questão já posta relacionava-se à capacitação dos catadores, tanto para desempenhar funções de cunho técnico-administrativo, como contabilidade, sistematização de atas ou mesmo para as negociações com o mercado ou com o governo.

Por fim, uma última grande dificuldade dos catadores envolvia o tabagismo e o alcoolismo. Havia uma consciência na categoria de que, apesar de estes serem problemas que afetavam pessoas de todas as classes sociais, quando identificados entre catadores e população de rua contribuíam para aprofundar o preconceito e a discriminação que vivem cotidianamente, além de evidentemente comprometer sua auto-estima e dignidade. Não obstante ser um número reduzido de catadores, afetava a dinâmica do coletivo.

As principais conquistas

Os depoimentos dos catadores e catadoras revelaram que consideravam uma de suas maiores conquistas a melhoria das condições de trabalho, proporcionada pela infra-estrutura fornecida pela Prefeitura e pela perspectiva de organização autônoma do trabalho. (Apesar da falta de alguns equipamentos imprescindíveis ao trabalho digno, tais como empilhadeira e EPI).

"Trabalhar sozinho é bom, você ganha bem mais. O estresse é menos(...) não vai ter pessoas para ter que comandar ou gerenciar, enfim você não vai se aborrecer. Só que tem aquela coisa: vai ficar trabalhando sozinho toda a vida, sem construir nada, deixando que alguém construa em cima de você? (...)Os atravessadores, os grandes depósitos(...) conseguiram fazer fortuna em cima dos catadores. Então, eu acredito que você trabalhando em forma de cooperativismo, unindo com outras pessoas, além de você poupar um pouco as suas energias, você está trabalhando a sua empresa." (Depoimento de cooperado da central A)

Outra conquista valorizada pelos catadores referia-se ao funcionamento das atividades nas centrais sem praticamente implicar custos para os cooperados (o que ao menos na fase inicial de implantação é determinante). Neste sentido, apesar das diversas críticas ao poder público, valorizavam os investimentos públicos na infra-estrutura para o trabalho dos catadores. A Prefeitura arcou com os custos das instalações, água, luz, telefone, além da compra de prensa e balança e dos caminhões da coleta seletiva, o que possibilitou uma maior remuneração dos cooperados.

“eles [técnicos da Prefeitura] montaram uma estrutura para a gente estar trabalhando(...) então podemos dizer que somos contemplados(...) deram condições para a gente trabalhar(...)” (Depoimento de cooperado da central A)

Apesar disso, a Prefeitura não necessariamente arcava com os custos de manutenção dos equipamentos usados nas centrais. Foram identificadas situações em que o poder público bancava, por exemplo, o conserto de equipamentos quebrados e outras situações em que não o fazia.

“A gente não tem tido despesa nenhuma com luz, água, caminhão (...), mas quebrou uma peça que nos custou 3 mil reais e a cooperativa assumiu.” (Depoimento de cooperado da central B)

Além disso, na visão de alguns cooperados, um dos resultados mais importantes dessa conquista foi o menor desgaste físico das pessoas, principalmente pela disponibilização de caminhões para a coleta seletiva, poupando a sobrecarga desumana da coleta com carrinhos. (Para dar uma dimensão do esforço requerido, segundo a COOPAMARE, em apenas um dia um catador avulso pode puxar de 100 a 900 quilos de material em sua carroça).

“Eu acho importante estar aqui, porque a gente não fica se desgastando na rua, puxando o carrinho. Aqui a gente só está separando. Eu acho importante ficar aqui por causa disso, porque quando eu estava na rua, eu puxava o carrinho. E aqui nós estamos livres de puxar o carrinho, já estamos com o material para triar.” (Depoimento de cooperada da central A)

Passar a trabalhar em local definido também contribuía para evitar os diversos problemas com os quais os catadores que atuavam individualmente poderiam se deparar nas ruas – brigas, agressões e desrespeito por parte de motoristas, especialmente de automóveis, eram (e continuam sendo) comuns. Alguns depoimentos indicavam que havia pessoas que permaneciam nas centrais para “não entrar em confusão” e evitar problemas com a polícia. Mas a conquista mais significativa mencionada em quase todas as entrevistas relacionava-se ao

exercício da cidadania, mais especificamente à recuperação da dignidade, da auto-estima, do sentido de pertencimento social. Em primeiro lugar, os cooperados tinham a possibilidade de serem vistos de forma diferente pela sociedade, que não os confundia mais com a figura do indigente. O fato de utilizarem uniforme com o emblema da Prefeitura e caminhões para o transporte do material ajudava, segundo eles, a conquistar respeito e reconhecimento pela população, ainda que sentissem que havia um longo caminho a percorrer para que a sociedade desse o devido valor ao trabalho realizado por esta categoria.

"A gente se sentia como um rato e a população era o gato, nos engolia. Hoje é o contrário, a população sabe como somos importantes para o centro de São Paulo". (Depoimento de cooperada da central C)

É importante destacar ainda que a entrada na cooperativa de uma central ou de um núcleo, muitas vezes, possibilitou ao catador tomar consciência da importância do seu trabalho. Segundo os cooperados, quando ainda trabalhavam como avulsos, na rua, a atividade de coletar era vista por eles apenas como um simples meio de sobrevivência. Mas nas centrais, além da geração de renda, a atividade adquiriu um sentido maior – os cooperados tendiam a ter maior consciência da importância do trabalho que realizavam, pois possibilitava a preservação do meio ambiente (redução de extração de matérias-primas, energia e água) e a limpeza da cidade.

"[Com o trabalho do catador] deixamos de cortar árvores(...) o nosso ar fica mais puro. (...) [O meio ambiente] é gratuito, mas não estamos sabendo zelar por ele. Devagarzinho a gente vai morrendo. Nem água vai ter mais." (Depoimento de cooperado da central C)

De fato, além de gerar trabalho e renda, as cooperativas de catadores traziam benefícios que em geral não eram contabilizados. Por intermédio do seu trabalho, os catadores garantiam (e garantem) o aproveitamento dos resíduos sólidos e a economia de recursos (energia, matéria-prima e água), a redução do desmatamento, da poluição de rios e lençóis freáticos e o aumento da vida útil dos aterros. Além disso, contribuíam para diminuição dos gastos públicos, cujos valores (em economia de gastos) eram superiores aos subsídios dados às cooperativas naquele momento. Os cooperados que foram entrevistados, apesar de não disporem de números exatos, demonstravam ter clara consciência destes benefícios ambientais e econômicos auferidos pela sociedade através de seu trabalho. De fato, com a redução dos materiais recicláveis destinados aos aterros sanitários, na época, havia uma diminuição de gastos de operação: a Prefeitura gastava 65,00 reais (2004) por tonelada coletada de resíduos e depositada em aterro. Os resíduos das quinze centrais, que operavam ao final da gestão, totalizavam 85 toneladas de materiais desviadas por dia dos aterros

9 No Brasil, pesquisas apontam que, do total dos resíduos domiciliares gerados diariamente, 60% são inorgânicos e 40% são orgânicos. Cerca de 35% dos inorgânicos são embalagens, ou seja, do total de resíduos gerados por dia em São Paulo (8.700 toneladas por dia) cerca de 3045 toneladas eram recicláveis e desperdiçadas diariamente (dados da Prefeitura de São Paulo). Poderiam ser recicladas, ao invés de serem enterradas nos aterros sanitários. Assim a coleta seletiva feita de forma a mobilizar o conjunto da população apresentaria uma enorme potencial de inclusão dos catadores, ou seja, de constituir-se uma frente de geração de trabalho e renda.

da cidade. Esses valores eram baixos em relação ao potencial de recuperação de materiais passíveis de reciclagem, ou seja, cerca de 35% do total de resíduos secos gerados por dia em São Paulo⁹.

Por fim, as cooperativas consideravam um passo importante a possibilidade de retomada ou mesmo o início de um processo de educação. Por um lado, estava a questão da alfabetização e da educação continuada. Algumas cooperativas como a da central de triagem B estavam cadastradas em programas como o Movimento de Alfabetização (MOVA), que possibilitava aos cooperados participar das aulas no próprio local de trabalho. Nas cooperativas em que não havia nenhum programa de alfabetização, existiam reivindicações não só para aprender a ler e a escrever, mas também para que as pessoas voltassem a estudar, visto que muitos tiveram que interromper a escola prematuramente.

"Alfabetização também. O pessoal sabe, mas seria bom aprender mais. Ou continuar a estudar, sair com um diploma da 8ª série." (Depoimento de cooperada da central D).

Por outro lado, os catadores desejavam também ampliar sua formação nas questões ambientais relacionadas ao ciclo de vida dos produtos e à cadeia produtiva.

"Eu gostaria de saber para que serve um material, por exemplo, o plástico. Para onde vão (os materiais), para que servem, que utilidade eles têm. E depois ele vai virar o quê?" (Depoimento de cooperado da central D)

Outra conquista das organizações dos catadores em cooperativas relacionava-se à diminuição da exploração econômica característica do mercado informal da reciclagem. Ainda assim, havia um longo caminho a percorrer até que se estabelecesse um mercado que funcionasse segundo princípios de ética e justiça social. Este ponto será abordado mais adiante.

A relação das cooperativas com a Prefeitura Municipal

Os depoimentos dos entrevistados revelavam ambivalências na relação das cooperativas com o poder público municipal. Por um lado, havia uma certa satisfação e reconhecimento da importância da Prefeitura ter implantado o Programa Coleta Seletiva Solidária. Essa valorização estava associada à cessão de infra-estrutura, do próprio sistema de coleta seletiva e disponibilização de materiais nas unidades de triagem, de cursos de capacitação (nem todos foram igualmente avaliados como satisfatórios) e de um certo apoio e acompanhamento cotidiano dos problemas e do andamento do trabalho das cooperativas.

"Nós temos um acompanhamento da Prefeitura toda a semana. Aí a gente sempre passa a prestação de contas(...) para estatísticas deles [técnicos da Prefeitura] saberem quanto que está saindo de renda para o pessoal". (Depoimento de cooperado da central E)

"Ela [a Prefeitura] colabora com algumas sugestões. E nós temos que prestar contas. Todo o dia tem que mandar quanto entrou de material, se o motorista veio ou não, enfim eles pedem o controle. A Prefeitura(...) sugere algumas coisas, mas não interfere em decisões". (Depoimento de cooperado da central E)

Mas, por outro lado, havia também uma série de críticas que envolviam a própria concepção do Programa: a relação desigual com as cooperativas que operavam as centrais de triagem e os núcleos organizados de catadores. Isso acabou gerando conflitos entre as cooperativas conveniadas com o poder público e os núcleos, o que se tornou prejudicial à organização dos catadores como uma categoria unificada.

"E a culpa é de quem? Foi essa pirâmide de ponta pra dentro. Porque no tempo de(...) [nomes dos responsáveis pelo Programa na gestão do penúltimo Secretário de Serviços e Obras] era uma pirâmide que a base seriam os núcleos e as centrais seriam o topo. Fazia aquela reciprocidade de tudo. Agora estamos encontrando inimizade nos núcleos. O cara de lá [do núcleo] não quer saber de você. E diz: agora você está aí de gola azul [referência ao uniforme disponibilizado pela Prefeitura] e nós passando necessidade". (Depoimento de cooperado da central G)

Nas inúmeras reuniões que foram realizadas pelos fóruns e representantes do Comitê de Catadores, nestes últimos dois anos, especialmente no primeiro semestre de 2004, os integrantes dos núcleos de catadores reiteravam seu desespero quanto à situação de abandono em que viviam, especialmente após a criação das centrais. Sob forte angústia, os catadores dos núcleos apontavam que a Prefeitura priorizara a estruturação da infra-estrutura pública, do sistema de coleta seletiva para a disponibilização de materiais (Postos de Entrega Voluntária e o porta a porta), além de um certo suporte na capacitação das cooperativas que operavam nas centrais. Mas criticavam o fato dos núcleos terem ficado fora deste processo, salvo quando as relações entre núcleos e as cooperativas das centrais se mantiveram de alguma forma mais articulada, como já abordado anteriormente. Portanto, colocavam (assim como outras entidades integrantes dos fóruns) a necessidade de abrir-se um processo de reformulação e ampliação do Programa Coleta Seletiva Solidária e de identificação de estratégias de fortalecimento das organizações de catadores que não estavam sendo contempladas pelo mesmo.

Outro aspecto considerado crítico no Programa era o inexpressivo investimento em educação ambiental para a população participar de forma mais qualificada, o que poderia contribuir significativamente para a melhoria nas condições de trabalho das cooperativas e conseqüentemente no patamar dos rendimentos.

"[o sistema] porta a porta funciona, mas podia ser muito melhor se houvesse uma conscientização da [feita pela] própria Prefeitura... das associações de bairro(...) que se explicasse [o papel] das centrais de triagem, porque [existe] (...)essa informação, mas não circula na mídia(...) E não só esperar que a cooperativa faça todo o trabalho". (Depoimento de cooperado da central E)

"(...) o material que o caminhão vai buscar é lugar onde já foi feito divulgação então já vem mais limpo. Apesar de que vem muito lixo orgânico. O material não é tão ruim, mas se as pessoas se conscientizassem [mais] na separação, não viria comida. Tem uns que acham que a gente é obrigado a [lidar com o rejeito]. Sujeira de cachorro vem demais, um fedor horrível. A gente estava querendo fazer [com a Prefeitura] um filme que mostrasse a importância do nosso trabalho". (Depoimento de cooperada da central C)

Neste contexto, os catadores cooperados também colocavam com muita propriedade a possibilidade de o poder público colaborar para o estabelecimento de parcerias com o setor privado, especialmente com empresas de grande porte, geradoras de resíduos da cidade.

"Eu creio que nesse programa de educação ambiental a gente teria que mudar o alvo(...) canalizar os esforços para os grandes geradores de lixo(...) Nesses dias, nós fomos num mercado [hipermercado](...) e explicamos a coleta seletiva e perguntamos se eles poderiam guardar o material [doar para a cooperativa]. Ai nos disseram que não, porque o material gerado lá volta para os fornecedores. [A Prefeitura] poderia falar com o comerciante para que ele destine pelo menos 10% desse material para a gente(...) estar conscientizando os grandes geradores". (Depoimento de cooperado da central E)

A questão da remuneração dos catadores pelos serviços prestados também foi apontada como um direito justo dos cooperados.

"Acho que deveria ter um subsídio da Prefeitura para os catadores, porque eles pagam a empreiteira de acordo com o peso do lixo. Então, se deixam de pagar uma porcentagem, nada mais justo eles [a Prefeitura] subsidia-

rem as cooperativas num fundo para a gente comprar nossos caminhões, nosso próprio moinho". (Depoimento de cooperado da central E)

"E antes a Prefeitura já pagava essas empreiteiras e não tinha a taxa de lixo(...) [agora] já tem mais dinheiro envolvido no lixo(...) Se [o catador] for pegar [os recicláveis] (...)a gente está ajudando na questão de aumentar a vida útil dos aterros sanitários, se tiver que abrir mais [aterros], vai ser mais gastos(...) Tudo bem que o catador nunca teve um Programa como este, mas ainda não é tudo(...). quando você ouve os discurso deles [Prefeitura], fazem questão de dizer que o catador é o agente principal desse processo da coleta seletiva, que é um ambientalista(...) então, acho que está mais do que na hora de ter uma remuneração mais justa. Como é que você pode ter uma dignidade com 200,00, 300,00 reais por mês? Eu sei que o Programa é novo(...) talvez eles estejam vendo se a gente é capaz de tocar esse Programa, mas agora acho que já é hora". (Depoimento de cooperado da central E)

O movimento organizado dos catadores defendia neste momento, como colocado anteriormente, a proposta de o poder público reconhecer e remunerar o serviço prestado por eles através dos núcleos de catadores locais. Esta, inclusive, teria sido uma forma de equilibrar as desigualdades produzidas no atual sistema em que as cooperativas que operavam dentro das centrais de triagem contavam com a infra-estrutura pública, seja através da coleta seletiva (disponibilização de recicláveis nas unidades de trabalho), seja porque dispunham de equipamentos para a separação dos resíduos. E mais ainda, de diminuir as desigualdades entre o que se pagava para as empreiteiras, sob regime de concessão, e o que se gastava com este novo modelo de prestação de serviços sob forma cooperativista.

Por fim, uma grande preocupação das cooperativas, naquele momento, girava em torno da formalização da relação das mesmas com a Prefeitura através de convênios. Apenas uma das cooperativas dispunha deste termo formal por dois anos. Esta preocupação aumentou com a perspectiva da proximidade das eleições municipais, o que apontava para a falta de garantias jurídicas numa eventual mudança de governo e possível descontinuidade do Programa (ao final de 2004 todas as cooperativas estavam com convênios formalizados).

Cabe perguntar se as dificuldades e as conquistas das cooperativas que operavam as centrais de triagem teriam potencial para ir além de uma alternativa de trabalho e renda. Para responder a esta questão, é necessário (1) definir brevemente o que vem a ser o cooperativismo, (2) apontar a importância das dinâmicas não-econômicas relacionadas ao cooperativismo, (3) explicitar elementos de um novo padrão de gestão de resíduos e (4) identificar estratégias para emancipação social dos catadores.

Algumas considerações sobre cooperativismo

O cooperativismo é um sistema de trabalho e produção baseado nos valores de auto-ajuda, equidade, igualdade, responsabilidade, respeito, solidariedade, cidadania e nos princípios mundiais da cooperação (descritos abaixo). Nas formas de produção do sistema cooperativista, o trabalho e a posse dos meios de produção não são separados assim como acontece na empresa capitalista. Isso significa que a cooperativa é um empreendimento socialmente responsável de propriedade coletiva dos seus sócios-cooperados. Segundo Singer (2002:84), a cooperativa diferencia-se da empresa capitalista da seguinte maneira:

“A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso sua finalidade básica não é maximizar o lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho. Na realidade, na empresa solidária não há lucro, porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital. Ela pode tomar empréstimos dos próprios sócios ou de terceiros e procura pagar os menores juros do mercado aos credores (internos e externos)”.

Nos empreendimentos socialmente responsáveis (como são as cooperativas) os sócios-cooperados são mais do que sócios-proprietários, são seus principais investidores, seus usuários, pois integralizam um capital. A cooperativa é constituída para atender às necessidades de seus sócios que são proprietários do empreendimento coletivo e também dos prestadores de serviços, pois são os cooperados que, ao mesmo tempo, executam os trabalhos e vendem os produtos da cooperativa.

A integralização da cota-capital, o aceite do estatuto e do regimento interno da cooperativa dão a característica do sócio-cooperado, que passará a ter direito a votar e ser votado e também participar de todas as decisões da cooperativa por meio das assembléias, pois tem direito a um voto.

A cooperativa não aufer lucros ou prejuízo. Os cooperados participam do rateio das despesas e na apuração do balanço anual, momento em que são auferidas sobras ou *déficit*, que serão levados para a assembléia geral ordinária para deliberação pelos sócios-cooperados, podendo até serem rateadas proporcionalmente à participação de seus sócios.

A primeira cooperativa moderna de consumo, os Pioneiros de Rochdale, fundada na Inglaterra em 1844, foi responsável pela concepção dos valores e princípios norteadores do cooperativismo. Esses princípios, revistos em diversos congressos da Aliança Cooperativa Internacional¹⁰, fazem parte do estatuto das cooperativas do mundo todo. São eles:

1. Adesão livre e voluntária (dos seus associados);
2. Participação ativa e democrática (todos participam e se encarregam da gestão e da produção e o resultado das atividades é distribuído proporcio-

¹⁰ Organização não-governamental que coordena o movimento cooperativista com sede em Genebra, na Suíça.

nalmente à participação de cada cooperado);

3. Educação, formação e informação (para os seus associados);

4. Participação econômica dos membros (na integralização do capital e na cobertura do *déficit*, se houver);

5. Autonomia e independência (com relação ao governo, empresas ou outras organizações);

6. Intercooperação (entre empreendimentos solidários, eliminando os grupos intermediários que fazem a distribuição dos produtos e ficam com grande parte dos rendimentos. É alcançada por meio do próprio ato cooperativo).

7. Interesse pela comunidade (sendo o sócio-cooperado considerado a primeira comunidade, a segunda é a família dos sócios, a terceira é a comunidade onde está a cooperativa, a quarta a região, a quinta a cidade e assim por diante).

O cooperativismo, como motor central da economia solidária, é uma forma de recuperar a autonomia do trabalhador perdida no modo de produção capitalista, desde os primórdios do processo de industrialização. A autogestão é a condição essencial para o funcionamento de empreendimentos socialmente responsáveis e pode ser entendida como a participação coletiva no planejamento, na produção, na execução e nas decisões estratégicas do empreendimento coletivo. Assim, a cooperativa, atuando de forma autogestionária, é entendida, por diversos autores, como o elemento-chave de uma nova economia solidária, definida por Veiga e Fonseca (2001:18) da seguinte maneira:

"A economia solidária utiliza o poder de articulação coletiva dos indivíduos a partir de suas trajetórias mais ou menos compartilhadas; parte de um referencial teórico e prático longamente acumulado na história das classes trabalhadoras; reconhece que sua força está na participação e na comunicação; necessita estar integrada ao território e às redes de informação; usa de pressão coletiva para organizar apoio político e para barganhar no mercado; e necessita ter a capacidade de articular potenciais humanos e sociais como uma componente estratégica de transformação e de realização de seus objetivos".

O princípio democrático é outra condição fundamental na construção da economia solidária. Isto porque, quando uma pessoa entra numa cooperativa, ela integraliza o capital social da mesma, o que lhe dá os mesmos direitos e deveres dos demais por meio do voto. Isso significa que o poder de decisão é distribuído de forma igualitária. A parte executiva é realizada, em geral, por sócios eleitos que devem acatar as decisões tomadas em assembleias gerais.

É importante ressaltar que, na prática, é extremamente difícil levar o processo de democracia interna ao seu limite máximo, pois, muitas vezes, o empreendimento corre o risco de tornar-se vagaroso. De forma geral, o empre-

endimento autogestionário procura um equilíbrio das iniciativas de gestão coletiva para que não enfraqueçam a organização com um "assembleísmo" excessivo. O processo democrático traz dificuldades e desafios, mas é essencial o avanço nesse aspecto, pois proporciona aos catadores, organizados em cooperativas, um primeiro contato com o exercício da construção da cidadania e o aumento da auto-estima e do sentido de inclusão social associada à emancipação social.

Apesar das virtudes e do potencial do cooperativismo, as iniciativas locais populares desenvolvidas sob a forma associativista, apresentam, em geral, características como fragilidade econômica e informalidade. Esses elementos dificultam bastante a fase inicial dos empreendimentos, o que faz com que o sucesso das iniciativas dependa da capacidade de integrar dinâmicas não econômicas (Rodríguez Et Santos, 2002).

Uma questão-chave que não será desenvolvida nesta publicação refere-se ao conhecimento aprofundado do funcionamento da cadeia produtiva dos resíduos sólidos recicláveis e suas implicações nas cooperativas de catadores, tanto naquelas vinculadas às centrais de triagem, quanto nas demais. Fica este desafio para futuros estudos.

Novo padrão de gestão de resíduos sólidos

O programa de coleta seletiva adotado em São Paulo combinou a dimensão da inclusão social com a prestação de um serviço público estruturado sob forma de um sistema cooperativista. A lógica do mesmo, por ser inovadora, trouxe uma enorme complexidade na gestão do processo como um todo, bem como das próprias cooperativas. Ainda que criadas com apoio da Prefeitura e de algumas instituições em particular, as cooperativas enfrentaram e continuam a enfrentar desafios cotidianos para avançar e se afirmar como uma alternativa sustentável e viável para uma cidade do porte de São Paulo.

Assim, construir um novo paradigma de gestão pública na perspectiva do compartilhamento de responsabilidades com vistas ao reaproveitamento dos resíduos sólidos significa, por parte do poder público: (1) assumir suas atribuições, respondendo pela gestão dos resíduos e viabilizando os sistemas cooperativistas para a coleta seletiva, triagem e beneficiamento de recicláveis, bem como disponibilizando linhas de crédito solidário para viabilizar capital de giro e a estruturação autônoma das cooperativas (por meio de iniciativas como o Banco do Povo); (2) reconhecer a contribuição das cooperativas ou associações dos catadores para a qualidade de vida da cidade, ao desviar resíduos dos aterros sanitários e gerar trabalho e renda; (3) propiciar a participação ativa da população, sensibilizando-a para separar seus recicláveis e disponibilizá-los para a coleta seletiva que integre catadores avulsos e organizados (ao invés de

comercializá-los em benefício próprio); (4) convocar as empresas de produção, serviços, comércio e transporte de bens para praticarem ações de responsabilidade social, tais como doação dos seus resíduos gerados para os catadores, além do apoio a outras formas de ação que fortaleçam e potencializem a atuação dos catadores; e (5) estabelecer acordos de comercialização de recicláveis entre cooperativas e indústrias de forma direta, sem os intermediários.

A relação com o setor da indústria da reciclagem constitui-se num aspecto-chave para o salto qualitativo no processo de desenvolvimento de uma economia inclusiva que garanta direitos de cidadania para o segmento profissional dos catadores. Para tal, portanto, é preciso assegurar preços justos aos materiais recicláveis comprados das associações de cooperativas de catadores e contribuir para a criação de uma estrutura que possibilite a venda direta para as indústrias de reciclagem.

Assim, é fundamental o avanço das cooperativas na perspectiva da economia solidária, mas também no sentido de pressionar o mercado para que este se desenvolva com base numa ética compatível com os princípios da solidariedade e da equidade social. O governo possui grande importância na construção desse novo padrão de gestão, haja visto que os subsídios por ele fornecidos às cooperativas através das centrais de triagem foram fundamentais para sua estruturação. Neste sentido, é importante que a Prefeitura subsidie a fase inicial de implantação do sistema – instalação (compra de equipamentos, prensas, balanças, caminhões etc.) e manutenção dos equipamentos, além da operação da coleta seletiva com a participação de cooperados. É também fundamental que o poder público garanta a capacitação dos catadores, bem como viabilize programas de educação socioambiental, articulados a campanhas de sensibilização da população para adesão qualificada dos cidadãos e cidadãs.

Por fim, um novo padrão de gestão de resíduos urbanos requer a implementação de programas voltados para a efetiva integração de catadores que tragam reais condições para o reconhecimento e valorização do seu trabalho e ao mesmo tempo os qualifique para prestarem um serviço regular na cidade. Desta forma, é preciso que se implemente uma política pública que integre ações de diversas secretarias de governo. É preciso que se promovam ações voltadas para a garantia de creches para os filhos dos catadores e catadoras, bem como de atividades educativas complementares para que as crianças e jovens desenvolvam-se em condições de segurança e equilíbrio social.

Ações no campo do suporte socioeconômico por parte do poder público são também indispensáveis, principalmente nos primeiros anos de formação das cooperativas e sempre que a cooperativa passar por alguma dificuldade. No entanto, é fundamental instituir a remuneração deste serviço, tal como se reconhece o prestado pelas empresas privadas neste setor.

Enfim, uma política pública sustentável nesta área deve atuar de forma sistêmica, o que pressupõe a participação de todas as áreas e secretarias de governo na promoção de uma efetiva ação de inclusão social com cidadania.

Estes desafios, se enfrentados de forma efetiva, podem representar um grande avanço no processo de construção de formas cooperativas de produção e de gestão democrática, tanto internamente às organizações dos catadores, quanto na construção participativa de políticas públicas de caráter social.

Estratégias para a emancipação social

Há forte expectativa de muitos catadores de atuarem em toda a cadeia produtiva da reciclagem, conforme os depoimentos de cooperados:

"A gente tem muito interesse de que esse trabalho dê certo como vem dando(...) que cresça a cada dia, não só dentro da coleta, mas que num futuro próximo a gente possa estar industrializando algum tipo de material. Tem umas fábricas que a gente pode estar montando que são bem simples como a de vassoura de PET. Então a gente já está pensando nisso(...) tudo depende de a gente estar formalizado com documentação, porque tem muitos recursos fora que a gente pode estar trazendo(...) A gente tem interesse em ter os próprios caminhões, não ficar dependendo só da Prefeitura(...) andar com as nossas pernas. Porque se um dia não tiver mais esse contrato com a Prefeitura nós não ficaremos desamparados". (Depoimento de cooperado da central E)

"Eu acho que é mais do que justo a gente fazer parte da cadeia produtiva(...) Embora a gente entregue nosso trabalho [refere-se à venda de materiais recicláveis] para a indústria, tem gente que ganha bem mais do que nós. A gente que planta, rega(...) então é mais do que justo(...) colher também. Nós também temos capacidade de gerir uma estrutura como essa. Então por que não(...) também fazer parte da cadeia produtiva? Acho muito bom(...) entrar nessa história de industrialização com materiais recicláveis(...)" (Depoimento de cooperado da central E)

"Quando a gente registrar [a cooperativa] a gente tem planos com a fábrica de vassouras e com a fábrica de telhas(...)" (Depoimento de cooperado da central B)

Assim, um aspecto fundamental na formação dos catadores é sua capacitação para atuar em toda a cadeia produtiva dos resíduos sólidos, não apenas na triagem dos materiais recicláveis, mas também no seu beneficiamento e reciclagem, etapas de maior valor agregado. Essa, de fato, é a maneira mais efetiva de lutar contra a exploração econômica a que estão submetidas as cooperativas (como já mencionado, devido à presença de inúmeros intermediários). Nesse sentido, é fundamental a construção de uma política de

investimentos sociais, em âmbito federal, estadual e municipal, de apoio às cooperativas, que necessitam de capital de giro, de equipamentos e de apoio técnico, de forma a permitir uma maior autonomia com relação à flutuação de preços do mercado. Mais do que isso, o Comitê de Catadores de São Paulo e as redes e fóruns que os apóiam estão construindo estratégias para avançar em direção ao processo industrial propriamente dito – produção de insumos e produtos finais em larga escala.

Os empreendimentos populares, como as cooperativas de catadores, frequentemente se fragilizam face às pressões de um mercado competitivo e individualista, somadas às pressões da própria busca de sobrevivência e condições precárias de vida dos cooperados. O risco do fracasso econômico ou do desvirtuamento do projeto enquanto iniciativa solidária e democrática é muito grande. Por isso a integração em redes nas quais as cooperativas e associações optem por colaborar umas com as outras se faz tão necessária. Se isso não ocorrer, além de competir no mercado capitalista, essas organizações poderão começar a competir entre si. E se deixarem para trás sua identidade coletiva e a base da cooperação, as cooperativas perderão sua maior virtude, que é o seu potencial de construir uma nova lógica de relações econômicas baseadas na cooperação e em redes solidárias e não na competição e na derrota dos mais fracos (De Leener, 1994). Por outro lado, se estiverem atuando juntas, terão maior poder de organização, maior capacidade de disputa por preços e também maior integração social.

Além disso, existem outras práticas solidárias que podem ser estimuladas, como a criação de clubes de compras entre os cooperados de todas as cooperativas de catadores, ou de clubes de troca periódicos. Este mecanismo permite a aquisição de produtos e serviços fora do mercado capitalista. O clube de compras cria uma "moeda social", um dinheiro que tem valor apenas dentro dele e uma comissão eleita que controla a sua emissão. Isto é: para facilitar as trocas quando não existe equivalência direta entre o que se quer trocar, pode-se usar uma moeda válida apenas para os sócios desse empreendimento. Por exemplo, em algumas cooperativas nas centrais há pessoas que sabem como consertar uma prensa ou esteira quebrada e em outras não. Elas podem trocar essa ajuda por outros serviços, sem ter que pagar ou esperar muitos dias pelos técnicos da Prefeitura. Este é um dos princípios do cooperativismo, o de intercooperação, o qual representa uma estratégia de sustentabilidade e de potencialização das cooperativas e de outros empreendimentos solidários.

Outra estratégia é a de promover a rotatividade de pessoas experientes entre as cooperativas. Esta prática já vinha ocorrendo, de certa forma, em várias cooperativas, tanto núcleos como centrais, quando o catador ou catadora permanecia um determinado período em outra cooperativa que não a sua colaborando em alguma atividade. Mas para isso se consolidar enquanto uma nova cultura organizacional e produtiva é preciso que esta prática se desenvolva sistematicamente.

Em grande parte, as dificuldades detectadas nas cooperativas estudadas desembocavam na falta de maior capacitação dos catadores, apesar dos cursos de formação promovidos pelo governo. Para que os catadores possam avançar em sua atuação com autonomia é preciso garantir uma formação completa, em cooperativismo, em políticas públicas e em dinâmicas de mercado de responsabilidade social empresarial. Na maioria das vezes estas capacitações ficaram sob responsabilidade das instituições que davam e dão apoio às cooperativas.

É preciso compreender que a noção de viabilidade econômica deve articular-se a outras dimensões de desenvolvimento, tais como a social, ambiental, cultural, política e humana. A vontade de participar e manter um empreendimento complexo como uma cooperativa depende também dos benefícios sociais conquistados. Por exemplo, nas cooperativas de recicladores da Colômbia (termo adotado pelos catadores neste país), impulsiona-se fortemente as atividades educacionais, culturais e sociais, por se entender que as mesmas cumprem um papel tão importante quanto a atividade de produção para sua sustentação. As diversas cooperativas formam redes de apoio mútuo que aumentam o sentimento de pertencimento e de integração social. Nessas organizações, os benefícios sociais e a oportunidade de participar de decisões são, em muitos casos, os únicos motivos para continuar associado a elas, uma vez que do ponto de vista econômico, em curto prazo, costuma ser mais vantajoso trabalhar por conta própria (Rodríguez, 2002).

Assim, a sustentabilidade dessas iniciativas depende, em boa parte, da sua capacidade de articulação com movimentos sociais e com organizações plurais da sociedade civil. Daí a importância da aproximação dessas organizações com o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR), que vem atuando crescentemente de forma mais organizada desde o início de sua formação, em 2001. O MNCR vem avançando rapidamente na articulação local, regional e nacional com vistas ao reconhecimento de seu trabalho enquanto categoria profissional, como protagonistas da gestão de resíduos das cidades, bem como na construção de um processo de transformação social mais amplo no qual atinjam sua emancipação. Assim, tem-se hoje um terreno propício para que as organizações de catadores se insiram num processo mais amplo que lhes permita a compreensão da efetiva viabilidade de políticas públicas que implementem sistemas de recuperação de resíduos recicláveis com a integração de todos os catadores e catadoras. Deste modo, organizações que surgem por questões de sobrevivência vão ganhando uma dimensão política à medida que se organizam enquanto movimento social e uma dimensão socioeconômica inclusiva.

Capítulo IV

A política de higienização na cidade: a gestão PSDB-PFL (2005)

Em 2005, teve início uma nova gestão municipal na cidade de São Paulo que se revelou pouco propícia ao diálogo com os catadores. O movimento dos catadores e os fóruns atuantes no processo acima referido não dispunham de nenhum compromisso público por parte do prefeito eleito, José Serra. Haviam tentado reeditar a estratégia de 2000, quando os integrantes do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo conseguiram o comprometimento público dos candidatos à Prefeitura com as propostas da Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo (ver anexo II). No entanto, Serra não assinou o documento *Carta Compromisso de Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos* que continha as propostas de inclusão dos catadores no sistema de recuperação de resíduos recicláveis de São Paulo. A única declaração feita por ele neste sentido, quando candidato, não se tornou realidade: "possibilitar a participação dos catadores individuais e cooperativas na coleta seletiva"¹.

1 Jornal "O Estado de S. Paulo", 15/10/2004, p. A8.

Outra atitude que mostrava a postura desta gestão frente aos catadores foi a elaboração do Projeto de Lei Municipal nº 171/05, do vereador Domingos Dissei (PFL), que previa a padronização dos carrinhos dos catadores e seu cadastramento de forma compulsória, a ser realizado pelas empresas concessionárias. Essas medidas revelavam uma regulação da atividade dos catadores de caráter nitidamente autoritário. A maior preocupação era de que esta regulação proposta no projeto de lei significasse o controle do trabalho dos catadores pelas empresas concessionárias (as empreiteiras prestadoras de serviços de limpeza urbana), especialmente do trabalho dos catadores avulsos. Este temor fundamentava-se na Lei Municipal nº 13.478/02, que autorizou o poder público a delegar a execução dos serviços públicos mediante concessão ou permissão e que, apesar de permitir a realização da coleta seletiva e triagem por organizações de catadores, criou, ao mesmo tempo, o expediente da permissão para operar os serviços de coleta e triagem, associado ao direito da Prefeitura de retirá-las dos locais e do trabalho em trinta dias.

Esta situação foi enfrentada pela organização de catadores por meio de um ato de protesto que teve dois momentos: um diante da Câmara de Vereadores e um segundo na frente da Prefeitura, totalizando quatrocentos participantes entre catadores e representantes dos diversos fóruns. O resultado desta mo-

bilização foi o veto do prefeito José Serra ao projeto de lei, considerado mais uma vitória da organização social.

Além desta tentativa de enquadramento dos catadores pelo projeto de lei acima referido, somado ao sistema criado pela Lei Municipal nº 13.478/02, ambos de alto risco, ainda ocorreram vários tipos de agressões aos catadores tais como quebra e apreensão de seus carrinhos, utilização de jatos d'água sobre eles, além de outras humilhações.

O governo também fez sucessivas tentativas de transferência de cooperativas que operavam duas centrais de triagem (de forma mais autônoma) para locais distantes de sua atuação com alegações de contaminação das áreas e outros argumentos. Essas ações revelavam que o poder público municipal não atuava pautado na inclusão social e no respeito aos direitos humanos. Isso porque tanto as cooperativas que operavam as centrais, quanto as demais, contavam com materiais recicláveis da região central da cidade que têm maior valor econômico (resíduos de agências bancárias e outras instituições de serviços geram grandes quantidades de papel e papelão). Diante desse quadro, mais uma vez, os catadores organizaram-se e exigiram a criação de alternativas melhores do que o afastamento das cooperativas para bairros distantes do centro da cidade. Apesar do anúncio do Secretário Municipal do Trabalho, Gilmar Viana, em setembro de 2005, da realização de ampla pesquisa sobre o perfil dos catadores em São Paulo, a diretriz assumida era de impedir as carrocinhas de circularem no centro. Segundo registro do Centro de Mídia Independente², também a mais antiga organização de catadores de São Paulo, a COOPAMARE, reconhecida pela sua contribuição à preservação, educação e qualidade ambiental da cidade, continuou no alvo da Prefeitura para ser despejada do local onde atua há mais de dezesseis anos, embaixo de um viaduto em Pinheiros.

Assim, as ações do governo eram de nítida perseguição e segregação dos catadores, apesar das declarações contrárias do então Secretário Municipal de Serviços, Andrea Matarazzo, feitas nesse contexto: "as carrocinhas podem continuar no centro, não há o menor problema"³. Não obstante essa declaração, o governo PSDB-PFL anunciou a intenção de promover o que chamaram de "organização de massa" por meio da criação de grandes cooperativas localizadas na periferia da cidade (onde não se gera quantidade suficiente de materiais recicláveis para alimentar a atividade dos catadores). Além disso, conforme análise no "Dossiê Fórum Centro Vivo"⁴: "o 'trabalho em massa' poderá provocar perda de referência do resgate social, o não-reconhecimento da diversidade em termos de organização dos catadores, além de, sob o signo de maior eficiência, arriscar dividir a categoria, o que significaria a desmobilização e diminuição da coesão social construída num trabalho de muitos anos". Em síntese, a gestão PSDB-PFL caracterizou-se, até final de 2005, pela implementação de uma política *higienista*, voltada para a *limpeza social* da cidade. A percepção da gestão em relação ao trabalho dos catadores não passava pelo reconhecimento de sua contribuição para a sustentabilidade social, ambiental, econômica e política de

2 Ver "Cooperativa de catadores(as) ameaçada de despejo", de 14/09/2005. Site do centro Centro de Mídia Independente: <http://brasil.indymedia.org/pt/blue/2005/09/329635.shtml>.

3 Notícia do Tribunal de Contas do Município, setembro de 2005. Ver: www.tcm.sp.gov.br/noticias/col_lixo.htm.

4 "0 " Dossiê Fórum Centro Vivo: violações dos direitos humanos no centro de São Paulo; a criminalização da pobreza e os retrocessos na gestão democrática da cidade" foi produzido por esta rede composta por atores sociais plurais da cidade de São Paulo e apresenta denúncias e propostas sobre os direitos básicos de diversos segmentos sociais que vivem no centro da cidade, entre eles o dos catadores, entre os anos de 2005 e 2006.

São Paulo, mas sim resgatava a visão de que os catadores *sujavam* a cidade, atrapalhavam o trânsito e não se constituíam numa alternativa de prestação de serviços a ser contemplada com investimentos públicos.

Outro aspecto de ameaça à presença dos catadores nas ruas da cidade, que também foi destacado no Dossiê, foi o de que "a Prefeitura de São Paulo submeteria o trabalho dos catadores individuais às cooperativas administradas pelo poder público, bloqueando assim o trabalho formativo dos núcleos já organizados e que atuam há muitos anos". A consequência seria a perda de controle pelos catadores sobre seus ganhos, sua organização autônoma, e perda de capacidade de afirmar seus plenos direitos de cidadania.

Ainda segundo texto do Dossiê, "O Centro é naturalmente o espaço mais democrático da cidade e não seria justo prevalecer uma visão elitista, que discrimina e estigmatiza a figura do catador. Estudos do Cebrap, recém-lançados no livro *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*, mostram que morar em áreas com mais infra-estrutura, como é o Centro, aumenta o acesso da população de menor renda a serviços públicos e a oportunidades de emprego".

Assim, diante das contínuas agressões sofridas, o movimento dos catadores organizou o "*Ato contra a Violência da Prefeitura*", no dia 19 de agosto de 2005, no qual participaram dezenas de catadores, com o apoio de diversas redes, tais como representantes do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo. Este ato foi uma demonstração da capacidade dos catadores de reagir aos atos de arbitrariedade e desrespeito aos quais vinham sendo submetidos desde o início da gestão José Serra.

A marca do fazer política deste governo ao longo do ano de 2005, foi o *reunionismo*, ou seja, fazer reuniões sem efetivar soluções adequadas às demandas. Também a dinâmica das reuniões demonstraram a dificuldade de diálogo horizontal do governo ao longo de 2005. Representantes do Comitê de Catadores de São Paulo, do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste e de outras instituições, além de catadores avulsos, participaram de inúmeras reuniões articuladas pela secretária-adjunta da Secretaria Municipal de Serviços e as mesmas eram mal preparadas e não levavam a nenhum encaminhamento efetivo de ações.

Em setembro de 2005, diante de tantas evidências de desrespeito aos direitos desta categoria de trabalhadores, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) entrou com uma representação junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT), com o argumento de violação dos direitos fundamentais dos catadores pela Prefeitura, ao tentar impedir seu trabalho com a retirada de carroças e o aceno de transferir os grupos organizados para um bairro distante (Vila Maria). O MPT, por sua vez, convocou o secretário municipal do Trabalho, Gilmar Viana, e o MNCR para audiência, em 29 de setembro de 2005. Nesta audiência, o MPT concedeu prazo de 60 dias para o município apresentar ao MNCR uma agenda de ações. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal passou a intermediar o processo de agenda-

5 Articulação de Catadores do Estado de São Paulo/ Movimento Nacional de Catadores Recicláveis / Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo / Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste. "A luta do movimento de catadores", Boletim São Paulo nossa cidade. São Paulo: Pólis, setembro 2005.

mento de reuniões entre governo e movimento de catadores. Assim, em 19 de outubro de 2005 o Secretário de Serviços e Subprefeito da Região Sé, Andréa Matarazzo, apresentou proposta de ampliação das centrais de triagem. A proposta era bastante discutível, porque continuava a não considerar os grupos, associações e cooperativas de catadores já existentes não contemplados pelo programa oficial como parte do processo, mantendo o foco apenas nos equipamentos públicos em operação. Além disso, nos planos do governo não havia nenhuma proposta clara de como integrar os cerca de 20 mil catadores que atuavam (e atuam) individualmente ou em grupos na cidade.

Na audiência também ficou explícito que a Prefeitura não estava interessada em avançar em formas democráticas de gestão ao não acatar a proposta de criação de uma Comissão de Gestão do Programa de Coleta Seletiva feita por representantes de fóruns e dos movimentos presentes. A proposta do MNCR e dos fóruns foi a de se implantar um modelo híbrido de coleta seletiva e triagem de resíduos sólidos, isto é, um "modelo [que] implica que os catadores organizados operem conjuntamente com o poder público um sistema voltado para a recuperação de materiais que são desperdiçados e transformados em problema ambiental quando destinados aos aterros sanitários (Ver capítulo I). A adoção desta política foi defendida no Processo da Conferência da Cidade de São Paulo (em 2005) na perspectiva de fazer avançar no Brasil como uma nova concepção de gestão de resíduos social e ambientalmente sustentável, responsável e solidária"⁵.

As propostas levadas pelos catadores foram construídas no contexto da articulação do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo em conjunto com o Comitê de Catadores de São Paulo e o Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste, contidas na *Carta Compromisso Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos*. São elas: ampliar a coleta seletiva para 100% dos materiais secos, mediante a incorporação e valorização do trabalho dos(as) catadores(as) e sua experiência e inovações tecnológicas de baixo custo para a coleta e tratamento de material reciclável e formalizar a Comissão de Gestão Compartilhada do Programa Coleta Seletiva Solidária, por meio de uma portaria da Prefeitura Municipal de São Paulo, com a seguinte composição de representantes: da Comissão de Catadores da Cidade de São Paulo; das cooperativas que atuavam nas centrais de triagem do Programa Coleta Seletiva Solidária; do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo; do Fórum Recicla São Paulo; do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste; do Comitê Metropolitano de Catadores; de todas as secretarias municipais; de todas as coordenadorias das subprefeituras para implantação conjunta do Programa Coleta Seletiva Solidária.

Nesta *Carta* definiu-se como objetos da Comissão de Gestão Compartilhada do Programa Coleta Seletiva Solidária: a ampliação, inclusão e fortalecimento dos núcleos (cooperativas, associações e grupos já existentes); a implantação e operacionalização das novas cooperativas que operarão o Programa Coleta Seletiva Solidária; a formulação de legislação municipal que traga benefícios para

organização (dos catadores) e políticas públicas nas áreas de saúde, segurança no trabalho, moradia e educação popular para a categoria dos catadores de materiais recicláveis; a garantia, aos núcleos de catadores organizados, de direitos iguais àqueles oferecidos às cooperativas das centrais de triagem do Programa Coleta Seletiva Solidária, o que pressupõe por parte do poder público:

- destinar materiais recicláveis do Programa Coleta Seletiva Solidária para os núcleos de catadores organizados (cooperativas e associações autônomas de catadores);
- conceder cessão de áreas públicas, maquinário e equipamento de proteção individual para os núcleos de catadores organizados e para as centrais de triagem;
- incluir todos os núcleos de catadores organizados (cooperativas e associações autônomas de catadores) no sistema de coleta seletiva de materiais recicláveis;
- remunerar os catadores pela coleta, triagem, beneficiamento e destinação de materiais recicláveis (serviços prestados à cidade a custos inferiores aos de empresas privadas);
- realizar o mapeamento e cadastramento participativo dos catadores da cidade, promovendo sua integração nos núcleos e em centrais de triagem; fomentar a formação de novos núcleos com a garantia de direitos iguais aos das centrais;
- garantir que haja contratos de coleta seletiva entre núcleos de catadores organizados, cooperativas das centrais de triagem e governo. Estes contratos devem ser monitorados pela Comissão de Gestão Compartilhada do Programa Coleta Seletiva Solidária;
- garantir amplo e participativo programa de educação socioambiental na cidade, tomando como referência experiências acumuladas por núcleos de catadores organizados, cooperativas das centrais de triagem e outras iniciativas e baseando-se na Plataforma de Educação Socioambiental do Programa Coleta Seletiva Solidária;
- implementar programas de coleta seletiva em órgãos públicos e de incentivo às pequenas, médias e grandes empresas para fornecer materiais recicláveis aos núcleos de catadores organizados e às centrais de triagem;
- divulgar a coleta seletiva feita pelos catadores, como cidadãos de direito, em todos os equipamentos públicos;
- erradicar a exploração da mão-de-obra dos catadores e catadoras e o trabalho de crianças e adolescentes;
- garantir creches, escolas e atividades educativas complementares para os filhos dos catadores, encaminhando-os para os programas sociais existentes como o Bolsa-Escola;
- o Programa Coleta Seletiva Solidária deverá garantir vale-transporte aos trabalhadores dos núcleos de catadores organizados e das centrais de triagem;
- promover cursos de capacitação, garantir acompanhamento técnico, alfabetização e educação continuada para melhorar as habilidades e as

condições de trabalho dos(as) catadores(as), bem como para capacitar o catador para atuar não apenas na triagem, mas em toda a cadeia produtiva dos materiais recicláveis, como no beneficiamento e na reciclagem dos materiais – etapas de maior valor agregado na cadeia produtiva;

- prestar contas regularmente à sociedade de todos os investimentos e serviços realizados na área de resíduos sólidos e assegurar recursos do orçamento municipal para a continuidade da implementação do Programa Coleta Seletiva Solidária;
- reduzir a taxa de resíduos sólidos domiciliares como forma de incentivar a separação e doação do material reciclável para os catadores e suas organizações;
- promover investimentos e linhas de financiamento para que as associações e cooperativas de catadores avancem na estruturação de empreendimentos no setor da reciclagem;
- implementar a coleta seletiva de material orgânico, incentivando a compostagem no nível comunitário e no setor público, na perspectiva de sua valorização social, cultural, ambiental e econômica;
- garantir que não seja instalada qualquer tecnologia de incineração na cidade de São Paulo”.

Por fim, estas propostas foram retomadas e atualizadas tanto pelos catadores em suas instâncias de organização e junto ao Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo e Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste, especialmente, no contexto da oficina promovida pela Escola de Cidadania e pela Área Meio Ambiente Urbano do Instituto Pólis, durante os dias 24 e 25 de setembro de 2005. Nesta oportunidade, os catadores retomaram a discussão sobre o modelo de coleta seletiva com inclusão dos catadores, as estratégias, as ações e os parceiros necessários para sua implementação. E poderia-se dizer que foi revalidado o modelo inicialmente proposto a Prefeitura pelos fóruns em 2002 (e que foi sendo modificado no processo de implantação pelo governo). Nesta ocasião foi utilizada a metodologia participativa para construção coletiva das propostas.

Conclusões

Conclusões

A iniciativa do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, assim como os demais fóruns que o integraram entre 2000-2005, além de promover um conjunto de discussões para formulação de propostas, construir ferramentas de ação e estratégias que interferiram na gestão de resíduos sólidos da cidade, também favoreceu um processo amplo de formação e aprendizagem política de atores plurais. Tanto a categoria dos catadores, quanto o coletivo de instituições e pessoas que atuaram na articulação de propostas e ações para construção da política pública de resíduos sólidos – na perspectiva do paradigma da sustentabilidade social, ambiental, econômica, política e cultural da cidade de São Paulo – fortaleceram-se com as lições aprendidas. Pode-se dizer que o conjunto dos atores sociais adquiriu consciência de que as grandes mudanças sociais são produzidas em redes plurais que aprendem a dialogar com as diferenças e a produzir consensos para atuar estrategicamente. O aprendizado indicou que somente a sociedade organizada é capaz de pressionar o poder público para efetivar políticas públicas que atendam às reais necessidades da população e, especialmente, às reivindicações dos mais excluídos. Esse processo evidenciou e fortaleceu, portanto, a capacidade de articulação dos catadores para influenciar na política pública, que foi o seu resultado de maior importância. Ao longo destes anos foi possível perceber que o movimento dos catadores, tanto em São Paulo como no Brasil, foi ampliando sua visão crítica e sua organização de forma autônoma, o que interferiam diretamente na dinâmica do Fórum.

Também houve o amadurecimento do conjunto das instituições que viveram este processo. As propostas elaboradas na Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo e as estratégias de negociação com o poder público municipal, tornaram-se referência para outros municípios e atores sociais regionais, o que também pode ser considerado um resultado bastante positivo. Este processo também provocou a ampliação do debate na sociedade e influenciou positivamente a opinião pública em relação à gestão sustentável dos resíduos sólidos, especialmente no que diz respeito ao potencial socioeconômico dos resíduos recicláveis com a integração dos catadores.

Entre os acúmulos e desafios conquistados e vivenciados durante a experiência do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo destacamos:

1. No processo de formação do Fórum, a questão da presença de crianças e adolescentes na catação de recicláveis esteve sempre presente e o Fórum Paulista de Erradicação do Trabalho Infantil foi mobilizado para atuar conjuntamente na erradicação deste tipo de prática. No entanto, não houve definição de políticas neste sentido. O quadro de crianças nas ruas sujeitas a mutilações, contaminação com resíduos perigosos e sem qualquer perspectiva de inserção social e de um futuro digno, continua a exigir vontade política para resolver este problema. A inclusão escolar de crianças e adolescentes catadores requer a estruturação de uma política pública construída de forma participativa, que garanta a integração dos mesmos em condições dignas e sem discriminação, isto é, que assegure seus direitos segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

2. O Fórum procurou incidir intensamente para que a Prefeitura promovesse a integração das diversas secretarias de governo. No entanto, constatou-se a extrema dificuldade para estabelecer canais de comunicação entre os órgãos públicos, o que expressa a cultura política de atuação fragmentada e a desarticulação no funcionamento da máquina pública. Exceção feita ao processo de estruturação do "I Encontro de Educação Socioambiental" do Programa Coleta Seletiva Solidária, em que nove secretarias se envolveram (Ver Capítulo I).

3. Um aspecto relevante na atuação do Fórum foi a introdução de práticas de gestão compartilhada no processo de implantação do Programa de Coleta Seletiva Solidária. A iniciativa da sociedade organizada de criar estratégias para convocar o governo a desenvolver a gestão de forma participativa foi bem sucedida, se levada em conta a falta de uma cultura política de participação social na gestão da *coisa pública*. Apesar desta contribuição no avanço da experiência de construção coletiva da política pública de coleta seletiva com inclusão dos catadores, teria sido necessária a formalização do Grupo de Gestão Compartilhada do Programa Coleta Seletiva Solidária (criado pela Prefeita Marta Suplicy, enquanto instância de caráter deliberativo). Também o modelo desenhado pelos fóruns e pactuado com o governo foi parcialmente assumido, porque não integrou os núcleos e os catadores avulsos ao processo. Da mesma forma, a maneira como foram implantadas as centrais de triagem, na sua maioria, não refletiu o esforço dos fóruns para que houvesse todo um cuidado com o "tempo" dos catadores e dos núcleos. A agenda do governo, voltada para as eleições de 2004, fez com que fosse imposto um ritmo na abertura das centrais e, conseqüentemente, no funcionamento do trabalho das cooperativas que as operaram, o que provocou uma série de problemas que se refletiram ao

longo do tempo. Esses problemas não foram aqui abordados e merecem ser alvo de estudo em outra oportunidade.

Contudo, no percurso de toda esta construção as dificuldades podem ser vistas como oportunidade de aprendizagem coletiva na formação política dos participantes: processos de *governança* requerem que se pressione o governo e o Legislativo para a formalização de instâncias de construção compartilhada de políticas públicas, tal como foi o Grupo de Gestão Compartilhada do Programa Coleta Seletiva Solidária. Sem isso, tornou-se muito difícil cobrar a implementação de compromissos políticos assumidos, ainda que publicamente, como foi o caso da assinatura da Plataforma Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo.

4. Um desafio fundamental que se colocou na época, e continua até o momento, refere-se à situação de desigualdade de garantias entre cooperativas sob regime de permissão e empresas privadas sob regime de concessão. É imprescindível que se encaminhe um amplo processo de discussão no qual se defina os termos de um novo projeto de lei que traga alterações substantivas à Lei nº 13.478/02 na questão que envolve os catadores.

5. Outro desafio a ser enfrentado no futuro refere-se à elaboração de uma Política Municipal de Resíduos Sólidos, detalhando as diretrizes contidas no Plano Diretor de Resíduos Sólidos com metas e programas inter-setoriais.

6. Por fim, o maior desafio que aparece como resultante deste processo é o de implementar uma política pública que instaure um sistema capaz de promover, ao mesmo tempo, a integração entre o trabalho dos catadores avulsos e as cooperativas organizadas, de maneira a garantir um serviço de coleta seletiva adequado à cidade, ou seja, com sustentabilidade socioambiental.

Foi objetivo desta publicação fazer o registro dos passos, as dificuldades e conquistas da experiência do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, apontando sua contribuição para a mudança de visão do governo e da sociedade na perspectiva da valorização do trabalho dos catadores. Foi também intenção da mesma registrar essa experiência em que a parceria com as outras redes foi determinante no processo de formulação de políticas públicas e de interpelação do poder público. Esta iniciativa visou contribuir para a mudança de visão do governo e da sociedade no sentido da valorização do trabalho dos catadores enquanto categoria de trabalhadores que já prestam um serviço estratégico para a sociedade na perspectiva da sustentabilidade ambiental e social.

Este trabalho destacou elementos que indicam o potencial da organização da sociedade, enquanto parte do processo do "fazer" políticas públicas, potencializando a aposta na cidade de São Paulo como exemplo da construção de um novo paradigma de gestão de resíduos sólidos para o país.

Bibliografia

ABREU, Maria de Fátima. Carta de Brasília: Caixa Econômica Federal, 2001.

CALDERONI, Sabetai. São Paulo: Humanitas / FFLCH-USP, 2003.

CONCEIÇÃO, Márcio Magera. Os empresários do lixo – um paradoxo da modernidade. Campinas: Editora Átomo, 2003.

DE LEENER, Philippe. Glossaire de l'hors développement, nº1. Dakar: ENDA GRAF, 1994.

Dossiê Fórum Centro Vivo. Violações dos direitos humanos no Centro de São Paulo: a criminalização da pobreza e os retrocessos na gestão democrática da cidade. Fórum Centro Vivo da cidade de São Paulo 2005/2006. Disponível em <http://www.polis.org.br> (Acessado em 05/03/07).

GONÇALVES, Pólita. Rio de Janeiro: DP&A/FASE, 2003.

HOLZMANN, Lorena. "Gestão cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática". In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (orgs.). São Paulo, Contexto, 2000.

Plataforma de Educação Socioambiental do Programa Coleta Seletiva Solidária. Diversas instituições. Encontrável em: www.polis.org.br.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

SORBILLE, Reynaldo Norton. "A autogestão e o desafio da viabilidade econômica". In: PONTE, Osmar de Sá (org.). Fortaleza: Expressão, 2000.

VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaque. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

Anexos

Anexo I

Carta de Brasília

"Os participantes do I CONGRESSO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, que contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de 17 estados brasileiros, e os 3 mil participantes da I MARCHA NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, no dia 7 de junho do mesmo ano, apresentam a toda a sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, as reivindicações e propostas que seguem. E o fazem contando com a força nascida de um longo processo de articulação, apoiado pelo Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, que teve seu ponto alto no "I Encontro Nacional de Catadores de Papel", realizado em Belo Horizonte-MG, em novembro de 1999, onde decidiu-se pela organização do presente Congresso.

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que regulamenta a profissão catador de materiais recicláveis e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

Em relação ao poder Executivo, propomos:

1. Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.
2. Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.
3. Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos

com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.

4. Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.

5. Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.

6. Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de Combate à Pobreza para as ações emergenciais.

Em relação à cadeia produtiva:

1. Garantir, nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorize os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.

Em vista da cidadania dos Moradores(as) de Rua:

1. Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.

2. Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o direito à cidade.

3. Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.

4. Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.

5. Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.

6. Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.

7. Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como "saúde da família" e similares, "saúde mental", DST/AIDS/HIV e outros, instituindo "casas-abrigo" para apoio dos que estão em tratamento.

Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento e acreditamos que a transformação da realidade atual será progressiva e crescente.

Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho.

Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias a serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa.

Pelo fim dos lixões!

Reciclagem feita pelos catadores, já!

Brasília, junho de 2001

Anexo II

Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo

Apresentação

Nos dias 27 e 28 de junho de 2000, 60 instituições (relacionadas ao final desta publicação) atuantes nas áreas social e/ou ambiental criaram o Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo e formularam propostas para enfrentar os desafios de:

- erradicar o trabalho infanto-juvenil no lixo;
- reaproveitar os resíduos sólidos urbanos com participação dos catadores na coleta, triagem e comercialização;
- reduzir a geração dos resíduos sólidos urbanos;
- segregar os resíduos perigosos nas fontes geradoras.

As propostas apontam as principais mudanças a serem realizadas na atual situação de gestão do lixo identificando:

- as características que deve ter o sistema de gestão dos resíduos sólidos urbanos para possibilitar o reaproveitamento e processo de coleta, tratamento e disposição social e ambientalmente adequados;
- as ações prioritárias para viabilizar a erradicação do trabalho infanto-juvenil, a incorporação dos catadores no sistema de gestão dos resíduos sólidos urbanos, a redução da geração de resíduos sólidos urbanos e a segregação dos resíduos perigosos na fonte geradora;
- o papel a ser desempenhado pelo Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo;
- os atores sociais a serem envolvidos.

Considerou-se primordial apresentar aos candidatos à Prefeitura e Câmara de Vereadores do Município de São Paulo o presente documento, "*Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo*", com as propostas produzidas no encontro "Lixo e Cidadania: compartilhando a gestão do lixo de São Paulo".

Esta iniciativa, em São Paulo, soma-se à atuação do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, hoje integrado por 48 entidades, cuja diretriz central é a promoção da gestão compartilhada de resíduos sólidos urbanos pelos órgãos públicos e por instituições da sociedade. A principal estratégia do Fórum Nacional é o desenvol-

vimento da campanha "Criança no lixo nunca mais", lançada em 1999 e coordenada pelo UNICEF, que visa sensibilizar os governantes e o conjunto da sociedade para que, até 2002, todas as crianças e seus familiares, que hoje vivem no e do lixo, tenham seus direitos sociais efetivados e uma vida digna e humana.

Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo

O Fórum é composto pelas instituições que se declararem participantes do mesmo, podendo incluir permanentemente novas instituições de interesse do Programa Nacional Lixo e Cidadania.

É aberto para recolher contribuições e promover a participação de outras instituições e personalidades em suas atividades.

Atua em âmbito municipal, com visão metropolitana, sendo aberto à participação de atores da Região Metropolitana de São Paulo que tenham interesse nas atividades do Fórum, comprometendo-se com a Plataforma.

O Fórum é, fundamentalmente, um espaço de formulação e negociação de propostas de ação entre seus componentes, garantindo-se às instituições que o integram autonomia na execução das ações decididas.

Sua atuação é voltada para o comprometimento dos diferentes níveis de governos e demais instâncias do poder público com a implementação das propostas da Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo.

Exerce também o controle social no processo de implementação das políticas públicas relacionadas à Plataforma.

Atua na articulação e mobilização dos atores sociais estratégicos para a implementação de suas propostas e promoção de amplas ações junto à sociedade.

Articula consultores, técnicos e outros atores no processo de reflexão e debate de propostas.

Promove a democratização das informações referentes à gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, centralmente da cidade de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo.

O problema na cidade de São Paulo

São Paulo produz cerca 14 mil toneladas de resíduos a cada dia, que são destinados a dois aterros sanitários, ambos estimados com apenas mais um ano de vida útil, a duas usinas de compostagem e um incinerador que funciona há 32 anos, altamente poluente.

Não obstante a coleta regular, feita pelo poder público, uma grande quantidade destes resíduos vem sendo jogada a céu aberto, em terrenos baldios,

córregos, nos rios Pinheiros e Tietê, impactando a saúde humana e o ambiente (água, ar e solo), muitas vezes de forma irreversível. As represas Billings e Guarapiranga, as mais importantes reservas hídricas para abastecimento de água dos 17 milhões de habitantes da Grande São Paulo, já estão em estágio avançado de assoreamento e contaminação.

Neste contexto, a questão social, que envolve a atividade de milhares de catadores, dentre os quais ao menos 4 mil moram nas ruas, apresenta-se como um grande desafio – pessoas atingidas pelo desemprego, e pelo processo mais amplo de exclusão social, retiram diariamente do lixo sua sobrevivência. Este trabalho realiza-se em condições bastante precárias e indignas, sendo comum encontrarem-se, sob viadutos e pontes, praças e terrenos baldios, famílias inteiras de catadores misturadas ao lixo.

Cabe ressaltar que grande parte destes catadores, especialmente os que moram nas ruas, não conta com qualquer forma de organização e que existe um número significativo de crianças trabalhando na catação com seus familiares, agravando este quadro.

Propostas do Fórum

O sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos deve possibilitar a redução, o reaproveitamento dos resíduos e processos de coleta, tratamento e disposição, social e ambientalmente e adequados.

Para possibilitar o reaproveitamento de resíduos e processos de coleta, tratamento e disposição, social e ambientalmente adequados, requer-se do sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos as seguintes características:

- O sistema deve se organizar com base na co-gestão – gestão pública compartilhada com a sociedade – construído e gerido de forma participativa, devendo desenvolver ações para promover, de forma transparente, o efetivo envolvimento de todos os segmentos da sociedade;
- O sistema deve se organizar e atuar sob uma concepção de desenvolvimento sustentável, promovendo ações educativas de mudanças de valores e hábitos no conjunto da sociedade, esclarecendo a população para os benefícios sociais, econômicos e ambientais envolvidos nos processos de redução da geração, reutilização de produtos e reciclagem de materiais (3 Rs), precedida da separação de resíduos nas fontes geradoras;
- O sistema deve promover mudanças nos processos produtivos das atividades urbanas para implantação do consumo responsável, da redução, da reutilização e separação dos materiais recicláveis e ampliação do aproveitamento biológico da fração orgânica dos resíduos;

- O sistema deverá promover formação e capacitação permanentes dos agentes do processo;
- O sistema deve contar com um órgão público com os recursos necessários, gerido com autonomia, agilidade e sob controle social. O funcionamento deste órgão deve ser sistêmico, integrando as ações dos demais órgãos da administração;
- O sistema implantará, por força de lei, a coleta seletiva e reciclagem dos resíduos de forma descentralizada e em parceria prioritária com os catadores, organizados em cooperativas e/ou outras formas associativas.

Incorporar a participação dos catadores no sistema de gestão de Resíduos Sólidos Urbanos

Para incorporar a participação dos catadores no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos é necessário:

- Criação de uma instância para uma gestão compartilhada de resíduos sólidos urbanos – Conselho Lixo e Cidadania;
- Promoção pelo poder público, em parceria com diversos setores da sociedade, do reconhecimento legal e fortalecimento do catador enquanto categoria profissional autônoma, por meio de:
 - acesso ao processo licitatório e às condições de infra-estrutura pelas organizações de catadores;
 - criação da figura de "cessão" de áreas para utilização pelos catadores;
 - provimento de infra-estrutura para que as organizações dos catadores tenham sustentabilidade;
 - promoção de programas de capacitação dos catadores, estimulando-os à participação e à organização;
 - estabelecimento de parcerias entre catadores e poder público na execução de serviço de limpeza de forma descentralizada;
 - autorização legal para apropriação dos resíduos secos pelos catadores;
 - formalização de contratos com os catadores, organizados sob diversas formas associativas, para a coleta seletiva de resíduos;
- Cadastramento dos catadores com orientação sobre formas de associativismo e promoção de sua organização em cooperativas ou outras formas de pessoa jurídica para que possam dispor de subsídios e tributos e se tornarem protagonistas no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos;
- Promoção de estudos sobre o marco institucional-legal das entidades cooperativadas, sobre a apropriação dos custos na cadeia de produção de resíduos, sobre os tributos e as despesas públicas no sistema de gerenciamento dos resíduos, e sobre as experiências como as da ASMARE, em Belo Horizonte, COOPAMARE e COORPEL, em São Paulo, e Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul, para apoiar os trabalhos em cada local;

- Viabilização econômico-financeira dos projetos das organizações de catadores por meio de:
 - acesso às linhas especiais de crédito para financiamento;
 - parcerias e convênios entre indústrias e organizações de catadores e entidades populares para absorção dos resíduos industriais, fomentando o desenvolvimento da economia solidária;
 - criação de incentivos para o mercado de reciclados;
 - garantia da destinação de recursos federais/estaduais, existentes ou a criar, para o fomento à reciclagem.

Erradicar o trabalho infanto-juvenil na catação do lixo urbano em São Paulo

Para erradicar o trabalho infanto-juvenil na catação do lixo na cidade de São Paulo é necessário:

- Implantação de políticas públicas integradas de inclusão socioeconômica dos catadores e de retirada das crianças e adolescentes do trabalho com lixo;
- Implementação de políticas de geração de renda – Programa Bolsa-escola, Renda mínima, etc.;
- Criação de condições básicas para a educação e capacitação de crianças e adolescentes, assegurando sua presença na escola;
- Criação de programas de complementação escolar;
- Criação de programas específicos de educação infantil para evitar a presença de crianças na catação;
- Criação de melhores condições de fiscalização do trabalho infanto-juvenil;
- Criação de programas de habitação para retirar as crianças e adolescentes e seus familiares-catadores da sub-habitação;
- Criação de programas específicos de saúde e educação sanitária;
- Construção de redes sociais de apoio à proposta de erradicação do trabalho infanto-juvenil no lixo;
- Sensibilização e mobilização da sociedade para o problema do trabalho infanto-juvenil.

Reduzir a geração de resíduos sólidos urbanos na cidade de São Paulo

Para reduzir a geração de resíduos sólidos urbanos na cidade de São Paulo é necessário:

- Implementação de programas de informação e esclarecimento do conjunto da sociedade sobre o impacto ambiental, social e econômico dos resíduos, para o desenvolvimento da cultura do consumo responsável e sustentável – consumir com critérios;

- Criação e implementação, pelo poder público, de programas educativos de mudanças de hábitos e atitudes que reduzam a geração de resíduos e aumentem a responsabilidade dos agentes sociais com o ambiente;
- Difusão de práticas de redução na geração de resíduos, de diminuição do desperdício alimentar e de outras formas de consumo responsável;
- Desenvolvimento de projetos e programas sobre modalidades de reaproveitamento de materiais e produtos com ações educativas específicas, direcionadas aos diversos setores – sociedade, setores privado e público;
- Estímulo à implementação de políticas de embalagens retornáveis/reaproveitáveis, à criação de produtos com *ecodesign*, desmontáveis, recondiçionáveis e com maior vida útil, visando reduzir a geração de resíduos nos vários pontos da cadeia produtiva;
- Promoção do envolvimento dos geradores de resíduos em ações integradas com os órgãos municipais para a solução dos problemas sociais, econômicos e ambientais da região relacionados com a produção, coleta, tratamento e disposição dos resíduos.

Segregar os resíduos perigosos nas fontes geradoras na cidade de São Paulo

As ações necessárias para garantir a segregação de resíduos perigosos podem ser agrupadas em três conjuntos: ações gerais, aplicadas a todos os tipos de resíduos perigosos, ações aplicadas especificamente aos resíduos domiciliares e ações aplicadas especificamente aos resíduos dos serviços de saúde.

Ações gerais:

- Implantação de mecanismos que assegurem a participação da sociedade na formulação, implementação e avaliação de políticas para resíduos perigosos;
- Desenvolvimento de programas educativos para a sociedade em geral e para setores específicos;
- Priorização dos 3 Rs no manejo intra-unidade geradora e também no tratamento pós-coleta dos resíduos perigosos;
- Diversificação das formas de tratamento de resíduos sólidos de saúde;
- Implementação de políticas públicas que responsabilizem o produtor pelo tratamento e disposição final adequados, com infra-estrutura de coleta diferenciada;
- Fiscalização efetiva dos procedimentos de tratamento e disposição final dos resíduos perigosos.

Ações específicas para resíduos domiciliares:

- Sensibilização da população sobre os riscos dos resíduos perigosos;
- Implantação de extensa rede de entrega voluntária;
- Responsabilização do produtor pela transmissão de informações ao con-

sumidor, tais como especificação no rótulo sobre os riscos inerentes ao produto e à embalagem (uso e descarte);

- Normatização (leis e incentivos) da coleta, tratamento e destino final adequados para cada tipo de resíduo.

Ações específicas para resíduos de serviços de saúde:

1. Criação de rotinas que facilitem a classificação e separação dos materiais, promoção, pelo poder público, de debate sobre o incinerador Vergueiro.

Instituições que serão inicialmente mobilizadas para realizar a Plataforma

- Associação Brasileira de Normas Técnicas
- Associação das Agências de Publicidade
- Associação Comercial de São Paulo
- Associação dos Moradores dos Cingapura
- Associação das Escolas Católicas
- Assembléia Legislativa – Comissão de Defesa do Consumidor
- Assembléia Legislativa – Comissão de Política Urbana, Metrop. e Meio Ambiente
- Assembléia Legislativa – Comissão Técnica
- Banco do Brasil
- Câmara Municipal – Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania
- Câmara Municipal – Comissão Técnica
- Câmara Municipal – Comissão de Saúde
- Cáritas Brasileira
- CDRH – Conselho de Recursos Hídricos
- Centro Vigilância Sanitária
- Centro Técnico de Embalagens de Alimentos
- Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
- Comissão de Meio Ambiente da Câmara Americana do Comércio
- CONAR
- CGT – Confederação Geral do Trabalho
- Comissão Estadual de Recursos Hídricos
- Conselho Tutelar da Família
- Conselhos de Professores
- Conselho Regional de Economia
- Delegacia Regional do Trabalho
- EMLASA – Empresa Metropolitana de Planejamento
- Escola Paulista de Medicina
- FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- Federação das Sociedades Amigos de Bairro

- Força Sindical
- Fórum Nacional da Reforma Urbana
- Fórum de Desenvolvimento da Zona Leste
- Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
- Frente Municipal Parlamentar pela Criança
- Fundação Padre Anchieta
- Fundação Travessia
- Governo do Estado de São Paulo
- Instituições Universitárias
- Meios de comunicação
- Ministério Público – Promotoria do Meio Ambiente
- Movimento Nacional Meninos(as) de Rua
- Núcleo Seletivo do Glicério
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil (Comissão de Defesa do Consumidor)
- ONGs ambientalistas
- Partidos políticos
- Pastoral da Criança
- Pastoral do Menor
- Pastoral do Povo da Rua
- Prefeitura Municipal de São Paulo
- Prefeituras da Região Metropolitana de Estado de São Paulo
- Projeto Equilíbrio
- Reitoria da PUC – SP
- Reitoria da Universidade Anhembi-Morumbi
- Rotary Club de São Paulo
- SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SESC – Serviço Social do Comércio
- SESI – Serviço Social da Indústria
- Sindicato dos Bancários
- Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Adm. de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo
- Sindicato dos Hospitais
- Sindicato dos Engenheiros de São Paulo
- Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
- Sindicato dos Trabalhadores de Serviço de Limpeza Urbana de São Paulo
- Sindicato da Construção Civil
- SINPRO
- SOS Criança
- USP – Faculdade de Educação
- Vicariato do Povo de Rua
- Viva o Centro

Instituições que compõem o Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo e assinam a Plataforma:

1. ABEPET – Associação Brasileira dos Fabricantes de Embalagens de PET
2. ABIQUIM – Associação Brasileira da Indústria Química/Plastivida
3. ABIVIDRO – Associação das Indústrias Automáticas de Vidro
4. ABRELPE – Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
5. Ação Local Boa Vista
6. ACTESP – Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado de São Paulo
7. Água & Vida
8. ANAMMA – Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente
9. ANAP – Associação Nascentes das Águas Puras
10. APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Unidade de Mauá-SP
11. APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Unidade de São Paulo-SP
12. APU – Associação dos Profissionais Universitários da SABESP
13. ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável, Belo Horizonte-MG
14. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – Comissão de Defesa do Meio Ambiente
15. Associação Cristã Verdade e Luz, São Bernardo do Campo
16. Associação Reciclázaro
17. Associação Vida Natural
18. CADES – Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
19. Caixa Econômica Federal – Área de Desenvolvimento Urbano
20. CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
21. Centro Gaspar Garcia
22. CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal
23. CETESB – Cia. de Tecnologia e Saneamento do Estado de São Paulo
24. CIVES – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania
25. Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares do Estado de São Paulo
26. Comitê Metropolitano dos Catadores
27. CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
28. CONDECA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
29. Condomínio Conjunto Nacional

30. CONESAN – Conselho Estadual de Saneamento, Câmara Técnica de Planejamento
31. Conselho Municipal de Saúde
32. COOPAMARE – Cooperativa dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável, São Paulo-SP
33. COOPERMAPE – Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu
34. COOPRA – Cooperativa de Reciclagem Ampla de Materiais de São Caetano do Sul-SP
35. CRUMA – Cooperativa de Reciclagem Unidos pelo Meio Ambiente
36. Federação das Cooperativas de Trabalho
37. Fórum dos Mutirões da Cidade de São Paulo
38. Fórum das Organizações que Trabalham com Moradores de Rua
39. Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
40. Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste
41. Fórum Recicla São Paulo
42. Frente Parlamentar Lixo e Cidadania
43. Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança
44. Fundação Friedrich Ebert
45. Fundação ORSA
46. Fundacentro
47. Greenpeace
48. ICC – Instituto de Capacitação Comunitária
49. INEVAT – Instituto de Estudos Vale do Tietê
50. INDER – Instituto de Desenvolvimento Regional
51. Instituto 5 Elementos
52. Instituto de Governo e Cidadania do ABC
53. Instituto do PVC
54. Instituto ECOAR para a Cidadania
55. Instituto GEA
56. IPA do Brasil – Centro de Habilitação PROMOVE
57. IPSUS – Instituto Pró-Sustentabilidade
58. ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
59. Jornalistas *Amigos da Criança*
60. Ministério Público – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude
61. Ministério do Trabalho e Emprego – Delegacia Regional do Trabalho – Coordenadoria do Grupo Especial de Combate ao Trabalho Infantil
62. Ministério Público do Trabalho
63. OAF – Organização de Auxílio Fraternal
64. PMSP – LIMPURB
65. PMSP – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente-SVMA
66. Pólis – Instituto de Estudos, Assessoria e Formação em Políticas Sociais

67. Programa Lixo e Cidadania em São Bernardo do Campo-SP
68. Projeto Pedra Sobre Pedra
69. Projeto Vira Lata
70. Projeto Vitória
71. PROLATA
72. PUC – Pontifícia Universidade Católica, Pastoral Universitária
73. Rádio Cultura
74. Rede Ethers de Desenvolvimento Humano e Social
75. Sapo Ecológico
76. Secretaria do Governo e Gestão Estratégica do Estado de São Paulo
77. SINDINESFA – Sindicato do Comércio Atacadista de Sucata Ferrosa e Não-Ferrosa do Estado de São Paulo
78. SINTAEMA – Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente
79. UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
80. Universidade Federal de Viçosa – Laboratório de Engenharia Sanitária e Ambiental
81. USP – Escola Politécnica
82. USP – Programa USP Recicla
83. Verso Cooperativa de Psicologia

Registros fotográficos



Ato Público convocando os candidatos à prefeitura de São Paulo-SP a assinar um termo de intenção para implementar a Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo. 21/09/04. Foto: Yamila Goldfarb



Ato Público convocando os candidatos à prefeitura de São Paulo-SP a assinar um termo de intenção para implementar a Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo. 21/09/04. Foto: Yamila Goldfarb



Ato Público convocando os candidatos à prefeitura de São Paulo-SP a assinar um termo de intenção para implementar a Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo. 21/09/04. Foto: Yamila Goldfarb



Ato Público convocando os candidatos à prefeitura de São Paulo-SP a assinar um termo de intenção para implementar a Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo. 21/09/04. Foto: Yamila Goldfarb



Ato Público convocando os candidatos à prefeitura de São Paulo-SP a assinar um termo de intenção para implementar a Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo. 21/09/04. Foto: Yamila Goldfarb



Ato Público convocando os candidatos à prefeitura de São Paulo-SP a assinar um termo de intenção para implementar a Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo. 21/09/04. Foto: Yamila Goldfarb



Ato Público convocando os candidatos à prefeitura de São Paulo-SP a assinar um termo de intenção para implementar a Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo. 21/09/04. Foto: Yamila Goldfarb



Fotos tiradas durante o estudo realizado sobre as centrais de triagem em São Paulo-SP. 1º semestre de 2004. Foto: Yamila Goldfarb



Fotos tiradas durante o estudo realizado sobre as centrais de triagem em São Paulo-SP. 1º semestre de 2004
Foto: Yamila Goldfarb



Fotos tiradas durante o estudo realizado sobre as centrais de triagem em São Paulo-SP. 1º semestre de 2004.
Foto: Yamila Goldfarb



Fotos tiradas durante o estudo realizado sobre as centrais de triagem em São Paulo-SP. 1º semestre de 2004.
Foto: Yamila Goldfarb



Fotos tiradas durante o estudo realizado sobre as centrais de triagem em São Paulo-SP. 1º semestre de 2004.
Foto: Yamila Goldfarb



Fotos tiradas durante o estudo realizado sobre as centrais de triagem em São Paulo-SP. 1º semestre de 2004. Foto: Yamila Goldfarb



Fotos tiradas durante o estudo realizado sobre as centrais de triagem em São Paulo-SP. 1º semestre de 2004. Foto: Yamila Goldfarb



Fotos tiradas durante o estudo realizado sobre as centrais de triagem em São Paulo-SP. 1º semestre de 2004.
Foto: Yamila Goldfarb



Fotos tiradas durante o estudo realizado sobre as centrais de triagem em São Paulo-SP. 1º semestre de 2004.
Foto: Yamila Goldfarb



Fotos tiradas durante o estudo realizado sobre as centrais de triagem em São Paulo-SP. 1º semestre de 2004. Foto: Yamila Goldfarb



Fotos tiradas durante o estudo realizado sobre as centrais de triagem em São Paulo-SP. 1º semestre de 2004. Foto: Yamila Goldfarb



Fotos tiradas durante o estudo realizado sobre as centrais de triagem em São Paulo-SP. 1º semestre de 2004. Foto: Yamila Goldfarb



Ato de assinatura do termo de intenção para a implementação da Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo. 30/08/2000. Foto: Yamila Goldfarb



Pintura da fachada da Coopamare. 11/2005. Foto: Arquivo Coopamare



Ato de Abraço à Coopamare. 11/2005. Foto: Yoli Aparecida Kock



Instituto**Pólis**

Rua Araújo, 124 - Centro - CEP 01220 020
São Paulo - SP - telefone: 0xx11 2174 6800
fax: 0xx11 2174 6848 - endereço eletrônico:
polis@polis.org.br - página na internet: www.polis.org.br

Equipe técnica: Agnaldo dos Santos, Ana Claudia Chaves Teixeira, Anna Luiza Salles Souto, Anderson Kazuo Nakano, Christiane Costa, Elisabeth Grimberg, Fernanda Versolatto, Hamilton Faria, Inácio Silva, Iara Rolnik Xavier, Jane Casella, João Nassif, Jorge Kayano, José Augusto Ribeiro, Júlia Tavares, Juliana Sicoli, Lizandra Serafim, Maria do Carmo Albuquerque, Mariana Romão, Nelson Saule Júnior, Osmar Leite, Othon Silveira, Patricia Cardoso, Paula Freire Santoro, Paula Pollini, Pedro Pontual, Rafael Martins, Renato Cymbalista, Silvio Caccia Bava, Tania Masseli, Veronika Paulics, Vilma Barban, Viviane Nebó

Colaboradores: Carolina Miranda, Éllade Imparato, Gabriela Lotta, Isadora Tsukumo, Gisela Cunha Viana Leonelli, José Carlos Vaz, Katia Hale, Luis Eduardo Tavares, Patricia Bertucci, Patricia Cobra, Paulo Romeiro, Tomás Moreira

Estagiários: Adriano Borges, Arthur Vilela, Auana Diniz, Cláudia Abramo, Gerson Brandão, Filipi Gonçalves, Milena Silva, Patricia Silva

Equipe administrativa: Benedita Aparecida Alegre, Cristina Rodrigues, Fabiana Maria da Silva, Gisele Balestra, Viviane Chaves, Messias Pinto, Rosângela Maria da Silva, João Carlos Inácio

Coordenadoria executiva

Coordenação geral: Silvio Caccia Bava, Ana Claudia Teixeira, Anna Luiza Salles Souto

Sócios: Ana Claudia Teixeira, Anna Luiza Salles Souto, Anderson Kazuo Nakano, Christiane Costa, Evaniza Lopes Rodrigues, Evelina Dagnino, Francisco de Oliveira, Hamilton Faria, Heloísa Helena Canto Nogueira, Jane Casella, Jorge Kayano, José Antônio Moroni, José Carlos Vaz, José Geraldo Simões Jr., Ladislau Dowbor, Marco Antonio de Almeida, Maria do Carmo Albuquerque, Martha Esteves de Almeida Gil, Nelson Saule Júnior, Osmar de Paula Leite, Paula Freire Santoro, Paulo Augusto Oliveira Itacarambi, Pedro de Carvalho Pontual, Peter Kevin Spink, Renata Junqueira Ayres Villas-Bôas, Renato Cymbalista, Renato Sérgio Jamil Maluf, Rosangela Paz, Rubens Harry Born, Silvia Maria Sampaio Camurça, Silvio Caccia Bava, Tereza Martins Rodrigues Belda, Valmir de Souza, Vera da Silva Telles, Veronika Paulics, Vilma Barban

Conselho diretor e fiscal

Diretora presidente: Tereza Martins Rodrigues Belda

Diretora vice-presidente: Martha Esteves de Almeida Gil

Conselheiros: Ana Claudia Teixeira, Anna Luiza Salles Souto, Elisabeth Grimberg, Francisco de Oliveira, Hamilton Faria, Heloísa Helena Canto Nogueira, Jane Casella, Jorge Kayano, José Carlos Vaz, Ladislau Dowbor, Marco Antonio de Almeida, Nelson Saule Júnior, Osmar de Paula Leite, Paulo Augusto Oliveira Itacarambi, Peter Kevin Spink, Renata Junqueira Ayres Villas-Bôas, Silvio Caccia Bava, Vera da Silva Telles, Veronika Paulics

O INSTITUTO PÓLIS é uma entidade civil, sem fins lucrativos, apartidária e pluralista fundada em junho de 1987. Seu objetivo é a reflexão sobre o urbano e a intervenção na esfera pública das cidades, contribuindo assim para a radicalização democrática da sociedade, a melhoria da qualidade de vida e a ampliação dos direitos de cidadania.

Sua linha de publicações visa contribuir para o debate sobre estudos e pesquisas sobre a questão urbana. Volta-se para o subsídio das ações e reflexões de múltiplos atores sociais que hoje produzem e pensam as cidades sob a ótica dos valores democráticos de igualdade, liberdade, justiça social e equilíbrio ecológico. Tem como público os movimentos e entidades populares, ONGs, entidades de defesa dos direitos humanos, meios acadêmicos, centros de estudos e pesquisas urbanas, sindicatos, prefeituras e órgãos formuladores de políticas sociais, parlamentares comprometidos com interesses populares.

A temática das publicações refere-se aos campos de conhecimento que o INSTITUTO PÓLIS definiu como prioritários em sua atuação:

Desenvolvimento Local e Gestão Municipal – democratização da gestão, descentralização política, reforma urbana, experiências de poder local, políticas públicas, estudos comparados de gestão, indicadores sociais.

Democratização do Poder Local e Construção da Cidadania – lutas sociais urbanas, conselhos populares, mecanismos juridico-institucionais de participação, direitos de cidadania.

Sustentabilidade, Cultura e Qualidade de Vida – desenvolvimento cultural, políticas culturais, programas de combate à fome, políticas de segurança alimentar, saneamento ambiental, políticas ambientais. Estes campos de conhecimento são trabalhados na dimensão local e apresentam três linhas de trabalho como referencial analítico: a discussão sobre a qualidade de vida, a busca de experiências inovadoras e a formulação de novos paradigmas para a abordagem da questão urbana e local.

Para isso, o INSTITUTO PÓLIS, além das publicações, realiza Seminários, cursos, workshops, debates, vídeos, pesquisas acadêmicas e aplicadas. Possui uma equipe de profissionais habilitados para responder às exigências técnicas e às demandas próprias para a formulação de um projeto democrático e sustentável de gestão pública.

publicações pólis

- 01 Reforma Urbana e o Direito à Cidade (Esgotada)
- 02 Cortiços em São Paulo: o Problema e suas Alternativas (Esgotada)
- 03 Ambiente Urbano e Qualidade de Vida
- 04 Mutirão e Auto-Gestão em São Paulo: uma Experiência de Construção de Casas Populares
- 05 Lages: um jeito de governar
- 06 Prefeitura de Fortaleza: Administração Popular 1986/88
- 07 Moradores de Rua
- 08 Estudos de Gestão: Ronda Alta e São João do Triunfo
- 09 Experiências Inovadoras de Gestão Municipal
- 10 A Cidade faz a sua Constituição
- 11 Estudos de Gestão: Icapuí e Janduís
- 12 Experiências de Gestão Cultural Democrática
- 13 As Reivindicações Populares e a Constituição
- 14 A Participação Popular nos Governos Locais (Esgotada)
- 15 Urbanização de Favelas: Duas Experiências em Construção
- 16 O Futuro das Cidades (Esgotada)
- 17 Projeto Cultural para um Governo Sustentável (Esgotada)
- 18 Santos: O Desafio de Ser Governo
- 19 Revitalização de Centros Urbanos
- 20 Moradia e Cidadania: Um Debate em Movimento
- 21 Como Reconhecer um Bom Governo?
- 22 Cultura, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano (Esgotada)
- 23 São Paulo: Conflitos e Negociações na Disputa pela Cidade
- 24 Dicas . Idéias para a Ação Municipal (Esgotada)
- 25 Desenvolvimento Local . Geração de Emprego e Renda
- 26 São Paulo: a Cidade e seu Governo . O olhar do Cidadão
- 27 Políticas Públicas para o Manejo do Solo Urbano: Experiências e Possibilidades
- 28 Cidadania Cultural em São Paulo 1989/92: Leituras de uma Política Pública
- 29 Instrumentos Urbanísticos contra a Exclusão Social
- 30 Programas de Renda Mínima no Brasil: Impactos e Potencialidades
- 31 Coleta Seletiva: Reciclando Materiais, Reciclando Valores (Esgotada)
- 32 Regulação Urbanística e Exclusão Territorial
- 33 Desenvolver-se com Arte
- 34 Orçamento Participativo no ABC: Mauá, Ribeirão Pires e Santo André
- 35 Jovens: Políticas Públicas . Mercado de Trabalho (Esgotada)
- 36 Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo
- 37 Conselhos Gestores de Políticas Públicas
- 38 Diretrizes para uma Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
- 39 Gênero e Raça nas Políticas Públicas
- 40 Aspectos Econômicos de Experiências de Desenvolvimento Local

- 41 O Reencantamento do Mundo: Arte e Identidade Cultural na Construção de um Mundo Solidário
- 42 Segurança Alimentar e Inclusão Social : A escola na promoção da saúde infantil
- 43 Fortalecimento da Sociedade Civil em Regiões de Extrema Pobreza
- 44 Controle Social do Orçamento
- 45 Fundos Públicos e Políticas Sociais
- 46 Aspectos Econômicos de Experiências de Desenvolvimento Local: um olhar sobre a articulação de atores
- 47 Os Sentidos da Democracia e da Participação
- 48 Você quer um bom conselho? Conselhos Municipais de Cultura e Cidadania Cultural

outras publicações

Ordenamento Jurídico: Inimigo Declarado ou Aliado Incompreendido?

Alternativas Contra a Fome

Poder Local, Participação Popular e Construção da Cidadania

Para quê Participação Popular nos Governos Locais?

Democratização do Orçamento Público e os Desafios do Legislativo

Os Desafios da Gestão Municipal Democrática

Direito à Cidade e Meio Ambiente

Falás em Torno do Lixo

125 Dicas - Idéias para a Ação Municipal

Guia do Estatuto da Cidade

Novos Contornos da Gestão Local: Conceitos em Construção

Monitoramento e Avaliação do Empoderamento

A Situação dos Direitos Humanos das Comunidades Negras e Tradicionais de Alcântara

La Construcción Democrática desde Abajo en el Cono Sur

O Papel do Estado na Construção Democrática

Cadernos de Proposições para o Século XXI

Série Desafios da Gestão Municipal Democrática

Série Observatório dos Direitos do Cidadão

Cadernos Pólis

Pólis Paper

Direito à Moradia no Brasil

Direito à Moradia em João Pessoa

para adquirir esta e outras publicações do pólis

Procure o Setor de Publicações do Instituto Pólis no telefone 55 11 2174 6824, pelo correio eletrônico: atendimento@polis.org.br ou visite o sítio na Internet www.polis.org.br.

Essa publicação foi editada em São Paulo, composta na tipografia Rotis Semi Sans e Impressa na gráfica Max Print em papel Reciclato da Suzano.